

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Faculdade de Educação Física

***REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DESPORTIVA
EM MOÇAMBIQUE: DIAGNÓSTICO SOBRE AS
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DA CIDADE DE MAPUTO***

Edmundo Roque Ribeiro

Campinas, 1999

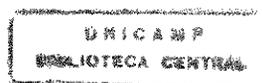
Edmundo Roque Ribeiro

**REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DESPORTIVA
EM MOÇAMBIQUE: DIAGNÓSTICO SOBRE AS
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DA CIDADE DE MAPUTO**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade Estadual de
Campinas.

Orientador : Prof. Dr. Ademir Gebara

Campinas, 1999



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/Unicamp
	R354r
V	Es.
TOMBO BC/	39868
PROC.	248/00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	11/04/00
N.º CPO	

CM-00134426-7

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF
UNICAMP**

R354r	<p>Ribeiro, Edmundo Roque</p> <p>Reflexão sobre a política desportiva em Moçambique: diagnóstico sobre as instalações desportivas da cidade de Maputo / Edmundo Roque Ribeiro. – Campinas, SP : [s.n.], 1999.</p> <p>Orientador: Ademir Gebara</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.</p> <p>1. Educação Física. 2 Esportes. 3. Instalações desportivas. I. Gebara, Ademir II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física III. Título.</p>
-------	---

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Edmundo Roque
Ribeiro e aprovada pela Comissão Julgadora
em 03 de dezembro de 1999

Data: 02 / 12 / 1999

Assinatura do orientador

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ademir Gebara', is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Ademir Gebara

Dedico este trabalho:

*À memória de minha querida mãe, **Ruth Clara** pelo amor, dedicação e sacrifícios que realizou pela educação e bem estar dos seus filhos.*

*À minha esposa **Claudia Simbine** e aos meus filhos **Christian** e **Stephanie**, pelas privações e sacrifícios que a minha ausência significou nas suas vidas e pelo precioso tempo tomado de nossa convivência.*

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao *Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq* – pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível a pesquisa.

À *Universidade Estadual de Campinas* pela rede de infra-estruturas e condições oferecidas pelo programa de formação.

A *Universidade Pedagógica de Maputo*, pelas passagens áreas e pela licença concedida para continuidade de estudos.

A *Coordenação da Pós-Graduação da FEF*, que tornou possível a realização do trabalho de campo e pelo apoio na impressão final da dissertação.

Ao meu orientador, o *Prof. Dr. Ademir Gebara*, pela aceitação e integração do meu projeto no grupo de história, pela disponibilidade, contribuições e orientações dadas, por sua amizade.

À *Prof. Dr.^a Beatriz Rocha Ferreira*, por tornar possível o meu ingresso na UNICAMP, pela disponibilidade em ajudar sempre manifestada, pela sua preciosa participação crítica na banca e pelas sugestões que orientaram a conclusão do trabalho.

Ao *Prof. Dr. Marcelo W. Proni*, pela atenção sempre demonstrada, pelas contribuições oferecidas na reformulação do projeto, pela sua participação objetiva na banca e pelas sugestões para o término do trabalho

Agradeço ainda :

Aos meus queridos irmãos (*Fátima, Nino e Samo*) com destaque para o *Samo*, principal responsável pela minha educação e formação, pelo seu apoio, amizade e estímulo constante.

A família *Muandula*, e ao *Gonçalves* pela Educação dos meus filhos durante a minha ausência.

Ao meus colegas, *Kleber, Wanderley, Ricardo, Pillati, Fernando, Dagmar, José Luís, Edilson, Frason, Constantino, Sandra, Larissa, Sílvia, Alcyane, Anna, entre outros* pela amizade e afabilidade com que me receberam, pelas ricas contribuições fornecidas nos seminários e pelos momentos de lazer compartilhados.

Ao meu amigo, e colega, *António Prista*, por ter “aguentado com barco” da academia, pela colaboração na análise estatística e em muitos outros momentos.

À minha querida *Renata*, pela atenção e amizade em todos os momentos.

Aos delegados da disciplina de Educação Física, aos administradores distritais, aos representantes dos seguintes órgãos governamentais: DECM, MCJD, MINED - em especial, ao *Joel, Ilídio, Jamisse, Chelele, Dava, Acácio J. M. Picial e Ruben*.

À maravilhosa família que me hospedagem e aconchegou durante a minha estadia no Brasil, com destaque para a *Nice, o Renato, a Márcia e o Ilídio*.

Aos meus colegas da Faculdade de Ciências de Educação Física e Desporto de Maputo, em especial ao *Ângelo, Leonardo, Áspacia, Tomé, Graziano e à Issília*.

A *Flávia, ao Matavele, à Glória, à Rosângela, ao Luís, à Vitória, à Marta, à Elaine, à Eliana, à Tatiana, ao Ivo, ao Jairo* e todos os outros amigos e amigas de meu cotidiano.

Aos funcionários da secretária da pós-graduação, e da FEF em geral, pela atenção e profissionalismo com que sempre me atenderam, com destaque para *Dulce, Gonzaga, Fátima, Tânia, Kleber, Sinval, Geraldinho, Paulo, Beroti, Carmen, Zezinha, entre outros...)*

Aos professores *Jorge Perez, Miguel Arruda, Antónia Bankova, A. Bramante e Gustavo G.*) pela consideração e disponibilidade demonstradas.

Aos professores *António Marques e Pedro Sarmento* da Universidade do Porto, pelo apoio em material bibliográfico.

À *Marli, à Inês e ao James* pela revisão do texto.

A todos muito **KANIMAMBO** (obrigado)

SUMÁRIO

<i>Resumo</i>	
<i>Abstract</i>	
<i>Introdução</i>	01
<i>Objetivos</i>	05
<i>Importância do estudo</i>	06
<i>Método</i>	06
<i>Construção e aplicação do questionário</i>	11
<i>Confiabilidade do questionário</i>	13
Capítulo 1 - Espaço urbano, desporto e instalações desportivas.	
1.1. O Espaço Urbano e Desporto	16
1.2. Tipos de Equipamento	26
1.3. Planeamento e Avaliação das Instalações Desportivas	28
Capítulo 2 – Reflexões sobre a cidade de Maputo e as políticas desportivas.	
2.1. Caracterização do Espaço Urbano da Cidade de Maputo	33
2.1.1. Localização Geográfica e Desenvolvimento Histórico	33
2.1.2. Formação de Lourenço Marques	39
2.1.3. Equipamento Cultural e Desportivo de Lourenço Marques	42
2.1.4. O Espaço Urbano da Cidade de Maputo	44
2.2. Políticas Desportivas e Instalações Desportivos	47
2.2.1. Prioridades da Política Desportiva Colonial	47
2.2.2. Opções da Política Socialista	49
2.2.3. Política Municipal – uma esperança que surge	61

Capítulo 3 - Diagnóstico sobre as Instalações Desportivas da Cidade de Maputo

3.1. Divisão Administrativa da Cidade de Maputo	67
3.2. Avaliação Quantitativa das Instalações Desportivas	70
3.2.1. Tipos de Instalação Desportiva	72
3.2.2. Proprietários e Propriedade das Instalações Desportivas	74
3.2.3. Distribuição das Instalações Desportivas por Distrito Urbano	85
3.2.4. Quantidade de Habitantes por Instalação Desportiva	88
3.3. Avaliação Qualitativa das Instalações Desportivas das Escolas Públicas	90
3.3.1. Iluminação	90
3.3.2. Piso	92
3.3.3. Vestiários	93
3.4. Avaliação sobre a Utilização das Instalações Desportivas das Escolas Públicas	94
3.4.1. Usuários e Taxa de Ocupação	94
3.4.2. Taxa de Ocupação das Instalações por Tipo de Instalação	96
3.4.3. Taxa de Ocupação por Distrito Urbano	98
Considerações Finais	100
Referências Bibliográficas	109
ANEXOS	114
Anexo –1 Convocatória	
Anexo –2 Questionário sobre Instalações Desportivas	
Anexo – 3 Lista das instalações desportivas da cidade de Maputo	

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Percentagem de crescimento / de praticantes desportivos	58
GRÁFICO 2. Instalações desportivas da cidade de Maputo	73
GRÁFICO 3. Proprietários das instalações desportivas	75
GRÁFICO 4. Propriedade das instalações desportivas	83
GRÁFICO 5. Tipo de instalação por proprietário	84
GRÁFICO 6. Instalações desportivas por distrito urbano	85
GRÁFICO 7. Proprietários das instalações desportivas por distrito urbano	86
GRÁFICO 8. Tipo de instalação desportiva por distrito urbano	88
GRÁFICO 9. Instalações com iluminação	90
GRÁFICO 10. Instalações com iluminação por distrito	91
GRÁFICO 11. Estado do piso	92
GRÁFICO 12. Estado do piso por distrito	93
GRÁFICO 13. Utilização das instalações desportivas	95
GRÁFICO 14. Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares	96
GRÁFICO 15. Taxa de ocupação comunitária por tipo de instalação	97
GRÁFICO 16. Utilização das instalações ao fim de semana por distrito	98
GRÁFICO 17. Taxa de ocupação por distrito em atividades escolares e comunitárias	99

LISTA DE TABELAS

TABELAS 1. Amostra por tipo de instalação desportiva	12
TABELAS 2. Amostra por distrito urbano	13
TABELAS 3. Confiabilidade das variáveis categóricas	13
TABELAS 4. Confiabilidade das variáveis quantitativas	14
TABELAS 5. Superfície urbana da cidade de Maputo	68
TABELAS 6. Numero de habitantes por instalação desportiva	89
TABELAS 7. Tipo de instalação por distrito urbano	90
TABELAS 8. Potencial de uso por instalação	94

ABREVIATURAS

MCJD	Ministério da Cultura Juventude e Desporto
DND	Direcção Nacional do Desporto
SEEFD	Secretaria de Estado de Educação Física e Desporto
INPF	Instituto Nacional de Planeamento Físico
DECM	Direcção de Educação da Cidade de Maputo
DU	Distrito Urbano
FRELIMO	Frente de libertação de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique

RESUMO

O presente trabalho assentou-se em reflexões sobre a problemática do espaço urbano e mais particularmente a questões ligadas ao espaço desportivo. O ponto de partida para o nosso trabalho foram as assimetrias desportivas evidenciadas no espaço urbano da cidade de Maputo e na política desportiva moçambicana.

O estudo teve por objetivo: (1) Entender a formação e a distribuição do espaço urbano da cidade de Maputo (2) Analisar em linhas gerais, a política desportiva moçambicana e, em específico as questões ligadas as instalações desportivas. (3) Diagnosticar a situação da rede de instalações desportivas da cidade de Maputo (quanto ao tipo de instalação, propriedade, principais proprietários e numero de instalação por habitante).(4) Diagnosticar a qualidade e o uso das instalações desportivas das escolas públicas. (5) Fornecer subsídios para a elaboração de uma política desportiva municipal.

A realização do estudo foi possível mediante a combinação dos seguintes métodos: Pesquisa bibliográfica sobre o espaço urbano; planeamento e avaliação de instalações desportivas; análise documental de documentos e relatórios de instituições ligadas ao planeamento físico, aos serviços urbanos e à administração desportiva de Moçambique; trabalho de campo sobre a qualidade das instalações desportivas escolares, e por fim, procedemos a análise estatística descritiva, com utilização do programa estatístico SPSS.

Observa-se que apesar da distribuição do espaço urbano da cidade ter estreita relação com o recente passado colonial, a manutenção das assimetrias distritais em relação às instalações desportivas, está em parte relacionada à uma política desportiva governamental distanciada da promoção de atividades desportivas de lazer. Observam-se desigualdades nas proporções de equipamento por proprietário, nota-se que as instalações desportivas municipais são precárias e que as instalações das escolas públicas são sub-utilizadas.

Recomendam -se ações visando corrigir as assimetrias existentes, bem como a elaboração de uma política desportiva que privilegie o lazer do cidadão.

Palavras chave: lazer, espaço urbano, política desportiva e instalações desportivas.

ABSTRACT

The urban space in general and specifically the questions related to sport facilities were the main reflections of this work. The point of departure of this work was the asymmetries of the urbanization of the city of Maputo and the Mozambican Sport policies.

The purposes of this work were: (i) to understand the formation and distribution of the urban space of the city of Maputo, (ii) to analyze the Mozambican sport policy in general and particularly regarding to sport facilities, (iii) to diagnose the situation of the sport facilities network related to its kind, propriety, ownership and density in terms of the number of habitant per facility, (iv) to diagnose the quality and the utilization of the sport facilities of the public schools, (v) to aid to the elaboration of a municipality sport politics.

The methods used in this study were: (i) bibliographic review about urbanization, planning and evaluation of the sport equipment, (ii) analysis of papers and reports of the institutions related to the physical planning, urban services and Mozambican sport administration, (iii) field work using a questionnaire to research the quality of school sport facilities and, (iv) descriptive statistics analysis using the SPSS program.

The results show that although the urban sport distribution of the city reflects an influence from the colonial recent past, the maintenance of the regional asymmetries related to the sport facilities, is partially related to the governmental sport policies far from the promotion of sport activities as leisure. One observes inequality of the facilities with respect to ownership, the municipality has precarious sport facilities and the public school facilities are sub-used. From these results it is recommended to correct the existing asymmetries as well as the elaboration of a sport policy prioritizing the citizen leisure.

Key words: urban space, sport policies, sport facilities, diagnosis

INTRODUÇÃO

No mundo inteiro, um dos fenômenos sócio-econômicos e demográficos de grande impacto nas condições de vida da população é o crescimento das cidades e das áreas metropolitanas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento¹.

Santos (1965) torna patente que, apesar do crescimento das cidades nos países em desenvolvimento poder significar certa vontade de desenvolvimento e modernização, tais cidades exibem também marcas de pobreza, de desigualdades, de desorganização e de insuficiência em seus serviços públicos. Tais desigualdades afetam o direito a uma vida digna para todos os cidadãos e, portanto, devem ser corrigidas.

Devido à necessidade de correção dessas desigualdades (existentes na organização do espaço urbano e na oferta de serviços públicos), torna-se necessária a realização de estudos que diagnostiquem a proporção desses problemas. A partir dessa perspectiva, optamos pela realização do presente estudo, partindo da oferta de serviços da área do desporto e, mais especificamente, da distribuição e uso das instalações desportivas da cidade de Maputo, bem como da análise da política desportiva que envolve o setor.

Centramos nossas atenções sobre Maputo, por ser a cidade primaz de Moçambique e, como tal, possui todos os problemas característicos deste tipo de cidade. De origem colonial, depois da independência de Moçambique em 1975, Maputo foi transformada na capital do país. Desde então, passou a constituir o principal centro de migração das populações rurais moçambicanas, marco dominante de desenvolvimento econômico, educacional, cultural e artístico do país e local de convergência dos principais interesses nacionais. Não obstante o desenvolvimento e a modernização da cidade e que vem sendo realizada nos últimos anos, a elevada concentração populacional, acompanhada de deficiências nos seus serviços públicos e carências sociais (como a falta de habitação,

¹ Palen (1975:377-378) afirma que “... a expressão ‘países em desenvolvimento’ constitui um eufemismo. Várias outras expressões, tais como ‘países em vias de desenvolvimento’, ‘países do Terceiro Mundo’ e ‘país não comprometido’ foram também utilizadas e, às vezes, refletindo divergências ideológicas; contudo, na essência, são todas elas maneiras de dizer ‘país pobre’ (...) muito embora a diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos seja parafraseada com menos dureza, a principal distinção é que uma categoria inclui os que ‘têm’ e os que ‘não têm’ (...). Os países em desenvolvimento são assim chamados devido às relações com o poder econômico dos países desenvolvidos, que são usadas como critério de comparação. ‘Desenvolvimento’, por conseguinte, é mais um estado relativo do que absoluto. Países em desenvolvimento são subdesenvolvidos no contexto de uma comparação econômica com a Europa ou com os Estados Unidos”.

saneamento básico ineficiente, falta de segurança e de espaços de lazer), compromete a efetivação do bem-estar social da população.

Sob uma perspectiva simplista, a problemática do lazer em Moçambique e nos países em desenvolvimento (quando comparada à de países desenvolvidos), provavelmente, não constitui algo que necessite atenção. Justifica-se essa afirmação com argumentos que defendem a resolução prioritária dos problemas primários da população (alimentação, habitação, saneamento, educação, saúde), para só então considerar-se a resolução de questões relativas às atividades de lazer, que seriam do domínio de sociedades de países desenvolvidos. Em nossa opinião, tal justificativa torna-se insustentável, se levarmos em conta que os ensinamentos retirados da evolução social dos países desenvolvidos, e o contributo próprio da área do Lazer, indicam-nos que as atividades de lazer constituem parte integrante nas ações para a melhoria da qualidade de vida da população.

A Carta Internacional de Educação para o Lazer, elaborada pela Associação Mundial de Recreação e Lazer (1995), constitui prova evidente da importância que vem sendo dada ao lazer no contributo para a humanização das sociedades e melhoria da qualidade de vida. Seu primeiro artigo particulariza-o como um direito básico do ser humano, que deve ser reconhecido e protegido, e como tal, ninguém deve ser excluído da sua prática, independentemente da cor, credo, sexo, religião, incapacidade física ou condição econômica; No segundo artigo, o lazer e a recreação são considerados serviços sociais tão importantes quanto a educação e a saúde e recomenda-se a sua ampliação a todos os setores da sociedade, com a garantia de acesso justo, com variedade e qualidade adequadas. O artigo número três da carta assinala a necessidade do apoio e o oferecimento de serviços priorizando as comunidades locais. Finalmente, no quarto artigo, recomenda-se que seja enfatizada a satisfação pessoal, o desenvolvimento das relações pessoais e integração familiar e social, além do fortalecimento das identidades culturais e a manutenção da qualidade do meio ambiente.

Sem nos alhearmos da realidade sócio-econômica do país, acreditamos que qualquer esforço visando a melhoria da qualidade de vida da população e seu processo de aquisição da cidadania deve levar em conta a resolução paralela dos problemas do lazer, através de seu desenvolvimento em todas as áreas urbanas e rurais, independentemente do seu

tamanho e evolução. Entendemos que onde houver seres humanos, sempre haverá a necessidade de se expressarem através das atividades de lazer.

O Lazer engloba um campo amplo de atividades, e, segundo Camargo (1986) — dependendo do enfoque que lhes é dado — são classificadas em: atividades artísticas, sociais, manuais, intelectuais, turísticas e atividades físicas de lazer. O tema abrangente, e não caberia neste trabalho a abordagem de toda a problemática do lazer. Assim, limitaremos-nos ao enfoque dos espaços e recintos onde se praticam atividades físicas de lazer e, mais concretamente, àqueles que estejam ligados a prática de atividades desportivas.

A prática de atividades físico-desportivas pode ser influenciada por fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, entre outros, relacionados, ao tipo de instalação desportiva e sua localização. Tais fatores podem contribuir ou constituir uma barreira para a prática do lazer e, conseqüentemente, para melhoria da qualidade de vida da população.

Tem-se verificado que uma das principais barreiras para a prática de atividades de lazer, tem sido as desigualdades do espaço urbano e as assimetrias na distribuição do equipamento de lazer, que produz áreas privilegiadas e outras carentes. Esta situação ocorre principalmente em cidades caracterizadas por um crescimento urbano não acompanhado por um planejamento urbano adequado.

Entendemos que a cidade de Maputo esta em franca expansão e apresenta vários problemas. A cidade é fruto de uma sociedade colonial em que predominava uma segregação social e racial acentuada, e como tal, cremos que existam desigualdades no espaço urbano herdadas desse período, cremos no entanto que existirão outras, fruto da situação vivida depois da independência.

Entendemos que as assimetrias na distribuição das instalações desportivas na cidade de Maputo, assim como o acesso as instalações, não são somente originadas, pelo passado colonial da cidade, mas também por políticas públicas - pós-independência - distanciadadas do bem estar da população.

Com o interesse voltado para a oferta de espaços para a prática de atividades de lazer da população — considerando que estas atividades tornam a existência humana mais digna e constituem um meio de melhoria de qualidade de vida do homem independentemente da sua posição social e local de residência — o nosso estudo vai no sentido de identificar a existência ou não de instalações desportivas, acessíveis a população em geral, e a sua distribuição no espaço urbano, pretende-se também identificar a existência

ou não de uma política desportiva visando o desenvolvimento de atividades de lazer em Moçambique.

Talvez não constitua novidade — e provavelmente qualquer cidadão de Maputo poderá observar, sem muito esforço — que a cidade está dividida em duas áreas bem distintas: uma área com construções de alvenaria, altos edifícios, ruas pavimentadas e plena de serviços públicos; e outra, periférica, de construções precárias e sem serviços básicos. A divisão da cidade pode ser confirmada através dos dados apresentados no Resumo do Plano Estrutura da Cidade de Maputo (1985), elaborado pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF). Este documento indica que o nível de urbanização da cidade é desigual em termos habitacionais e disponibilidade de infra-estruturas e serviços.

Aparentemente as desigualdades existentes no espaço urbano da Cidade de Maputo, são sobejamente conhecidas, que o estudo das mesmas torna-se desnecessário. Entretanto observando com mais atenção ao nosso redor, observamos algumas ações que nos levam a deduzir que talvez as desigualdades espaciais, e mais concretamente a distribuição dos equipamentos culturais e desportivos existentes na cidade de Maputo não estivessem tão claras.

Alguns acontecimentos e ações governamentais - tais como, a recente construção de um circuito de manutenção física, em área pouco habitada e já equipada de várias outras instalações, a restauração seguida de vedação e interdição aos populares de uma pista de atletismo localizada em um bairro residencial, assim como a destruição de espaços e instalações desportivas seguida da locação das mesmas para outros fins (tais como os de servir como mercados informais, habitações precárias, local para atividades religiosas, entre outros) – provocaram em nós questionamentos relacionados ao espaço urbano da cidade de Maputo, a distribuição das instalações desportivas, assim as políticas desportivas do país.

Perguntamo-nos, o que teria levado os dirigentes a edificar instalações desportivas em zona(s) onde já existiam várias outras, havendo bairros carentes de tais instalações? Que política justificaria tais ações? As ações observadas levam-nos a supor a inexistência de informações exatas das assimetrias na distribuição das instalações desportivas e, assim como a existência de uma política desportiva distanciada do bem estar da população.

Partindo destas colocações elaborarmos algumas perguntas que orientarão a nossa pesquisa:

- 1- Como se vêm desenvolvendo a cidade de Maputo?
- 2- Quais as raízes da distribuição assimétrica do espaço urbano da cidade ?
- 3- Como se encontram distribuídas as *instalações desportivas*² na cidade de Maputo (por *distrito urbano*³) e quem são seus principais *proprietários*⁴?
- 4- Qual é a situação das instalações desportivas quanto ao *tipo*⁵ e à utilização em atividades desportivas de lazer?
- 5- Que políticas norteiam o desenvolvimento desportivo no país?

Objetivos

Com base nas questões anteriormente levantadas, delineamos os seguintes objetivos para o nosso estudo:

- 1- Entender a formação e distribuição do espaço urbano da cidade de Maputo;
- 2- Analisar em linhas gerais, a política desportiva moçambicana e, em específico as questões ligadas às instalações desportivas;
- 3- Diagnosticar a situação do parque de instalações desportivas da cidade de Maputo, (quanto ao tipo de instalação, *propriedade*⁶, principais proprietários e número de instalação por habitante);
- 4- Diagnosticar a qualidade e uso das instalações desportivas das escolas públicas.
- 5- Contribuir para a elaboração de uma política desportiva municipal.

²Instalação desportiva: infra-estrutura ou superfície específica sinalizada, onde se praticam atividades desportivas (Ver Cap. 3).

³ Distrito urbano: área territorial limitada, formada pelo conjunto de vários bairros. A cidade de Maputo está subdividida administrativamente em 5 distritos urbanos, cada um deles representado por um administrador distrital (Ver Cap. 3).

⁴Proprietários: pessoas singulares ou coletivas que têm posse de determinada instalação. (Ver cap. 3)

⁵Tipo de instalação: natureza da instalação quanto a algumas características específicas da superfície ou modalidade praticada (por exemplo, campos de futebol, ginásios, piscinas, pavilhões, quadras polidesportivas descobertas e instalações especiais). (Ver Cap. 3)

⁶Faremos referência, no decorrer deste trabalho, a três tipos de “propriedade”: instalações de propriedade privada, pertencentes a particulares, onde predominam interesses privados; instalações de propriedade pública, pertencentes ao Estado, onde predomina o interesse público; e instalações que são propriedade do terceiro setor, pertencentes a ONGs, igrejas ou clubes, onde prevalece o interesse público (Ver Cap. 3).

Importância do Estudo

A importância que a prática de atividades de lazer tem para o bem-estar da população e a existência de prováveis barreiras impeditivas, para que todos os estratos populacionais tenham acesso a tais atividades, criam a necessidade de realização de estudos que abordem a problemática do lazer nos seus vários aspectos. Dada a carência constatada⁷ de estudos sobre lazer em Moçambique, e, mais especificamente, sobre infra-estruturas desportivas, cremos que a presente pesquisa possa contribuir modestamente para:

- a elaboração de uma política desportiva e de um plano de atividades desportivas do Município de Maputo, que abranja todas as camadas da população;
- a avaliação da situação das instalações desportivas de Maputo permitindo, desse modo, corrigir as carências em instalações desportivas por distrito urbano;
- a otimização das instalações escolares;
- a elaboração de um método de análise qualitativa que possa ser utilizado como modelo para avaliação de instalações desportivas restantes da cidade, adaptado à especificidade de cada setor.

Devido a fatores extrínsecos de período de realização e delimitação do estudo, este teve as seguintes limitações:

- o estudo qualitativo limitou-se a instalações escolares públicas;
- não foram ouvidos os usuários das instalações desportivas;
- não foram estudados os hábitos desportivos da população.

Método

Este estudo foi realizado durante o primeiro semestre de 1999 e descreve a organização do espaço urbano da cidade de Maputo, a forma de distribuição das instalações

⁷ Foram identificados apenas 3 trabalhos sobre o assunto. O primeiro refere-se à Carta Desportiva Nacional, elaborada em 1980, onde se encontra o primeiro levantamento quantitativo das instalações desportivas nacionais. No entanto, os arquivos dessa carta encontram-se desaparecidos — o que impede a viabilidade de uma estudo comparativo. O segundo refere-se ao levantamento estatístico da atividade desportiva em Maputo, realizado em 1981. Finalmente, temos conhecimento de que se encontra em andamento o levantamento nacional das instalações desportivas, que, no entanto, depara-se com problemas metodológicos, além de não possuir prazo de conclusão.

desportivas, a situação das instalações desportivas escolares e analisa a política desportiva de Moçambique. Escolhemos Maputo, por ser a cidade mais povoada de Moçambique e a que mais problemas de espaço apresenta.

A realização desta pesquisa deu-se através da combinação de vários métodos, a saber: revisão bibliográfica acerca do espaço urbano, do lazer e suas políticas desportivas, bem como do diagnóstico, planeamento, gestão e avaliação de instalações desportivas; análise de documentos de instituições ligadas ao planeamento físico e aos serviços urbanos e de instituições e serviços vinculados à educação e administração desportiva de Moçambique; trabalho de campo com aplicação de um questionário com o objetivo de conhecer as características e o uso de instalações desportivas escolares.

Devido à estrutura e divisão administrativa da cidade, o levantamento quantitativo preliminar das instalações desportivas, quanto à localização, tipo e principais proprietários, foi realizado com o envolvimento dos administradores distritais de cada um dos 5 distritos urbanos de Maputo e com os chefes de Departamento da Educação, da Cultura e do Desporto da Cidade de Maputo. Paralelamente aos encontros preliminares de identificação das instalações desportivas existentes em cada um dos distritos urbanos, realizamos visitas às instalações desportivas cuja existência suscitava algumas dúvidas.

O segundo passo de nosso trabalho seria a realização da avaliação qualitativa das instalações desportivas. Inicialmente propusemo-nos realizar este tipo de avaliação em todas as instalações da cidade. Verificamos, entretanto, que seria um trabalho bastante árduo e impraticável dentro do curto espaço de tempo de que dispúnhamos. Nesse sentido, optamos por avaliar apenas as instalações desportivas das escolas públicas, após termos identificado que as mesmas representavam mais de 50% das instalações da cidade. A avaliação qualitativa foi realizada através da aplicação de um questionário aos *delegados*⁸ da disciplina de Educação Física, em 81 escolas públicas de Maputo.

A revisão bibliográfica permitiu-nos verificar que a avaliação das instalações desportivas é multifatorial, uma vez que dependendo do ângulo de abordagem haveria vários aspectos a serem considerados, desde a finalidade do uso, localização, capacidade de acolhimento, raio de acesso, faixas etárias e frequência de utilização, área útil, condições de acesso, tipo de instalação, entre outros fatores. Da revisão bibliográfica efetuada retivemos

⁸ Delegado de disciplina: representante dos professores de uma disciplina escolar perante a direção pedagógica da escola.

as contribuições de alguns autores, adaptando-as às características do nosso estudo e limitações temporais e instrumentais ocorridas. De Sisquella (1992), aproveitamos seu roteiro de estudo sobre instalações, com exceção da análise do m^2 ⁹; Berga (1992) contribuiu com o modelo criado na determinação das taxas de utilização e avaliação setorial por grupo de usuários.

Apesar de entendermos que a proposta metodológica de Berga proporcionaria uma informação mais completa a respeito das instalações desportivas de Maputo, não a seguimos na íntegra como inicialmente nos propusemos, devido ao grande volume de dados e informação exigida, difíceis de colher e sintetizar em curto espaço de tempo. Dessa forma, fizemos algumas alterações na metodologia proposta pelo autor.

Optamos, por aplicar o método proposto, abrangendo apenas as instalações desportivas das escolas públicas. Nossa escolha recaiu sobre tais instalações por estas representarem mais de 50% do parque desportivo da cidade; por se localizarem em todos distritos urbanos, pela acessibilidade de informação a respeito das instalações junto aos delegados da disciplina de Educação Física e por pressupormos que são subaproveitadas.

As taxas de utilização das instalações desportivas foram calculadas levando-se em conta apenas as horas de uso semanais divididas em dois períodos da semana (dias úteis e finais de semana), e não em número de horas por pessoa e por semana, como propõe Berga. Essa modificação deveu-se ao fato de os delegados de Educação Física não possuírem informações exatas da quantidade de pessoas que utilizavam as instalações escolares fora dos períodos letivos, e por não termos achado relevante tal informação referente às atividades escolares, uma vez que a superlotação das turmas escolares é já conhecida.

Outros autores, como Povill (1993), Almeida (1986) e Puig (1993), por sua vez, contribuíram na determinação das variáveis qualitativas. Como não possuímos recursos financeiros e instrumentos de medição adequados para realizar uma avaliação técnica qualitativa pormenorizada das instalações desportivas escolares, optamos por variáveis que, em nossa opinião, estão relacionadas à qualidade e à segurança dos praticantes e que podem influenciar a procura e o uso de uma instalação. Assim sendo, delimitamos nossa avaliação à existência ou não de vestiários e de iluminação e ao estado de conservação do piso.

⁹ Não trabalhamos com indicadores em m^2 /habitante devido ao fato de não possuímos medidas exatas da área útil de cada instalação desportiva.

Sintetizando a contribuição desses autores, após adequá-la à nossa realidade e aos nossos objetivos, estruturamos o trabalho de campo em duas partes:

Primeira Parte – Levantamento geral das instalações desportivas

Elaboração do censo dos espaços e instalações desportivas da Maputo, considerando os seguintes aspectos:

- 1- Identificação das instalações desportivas e dos espaços de prática desportiva existentes;
- 2- Classificação das instalações desportivas, quanto ao tipo e natureza dos seus proprietários;
- 3- Determinação da proporção número de habitantes/instalação desportiva.

A identificação das instalações desportivas e dos respectivos proprietários foi feita tendo pôr base dois tipos de fontes:

Fontes escritas:

- Documento, elaborado pela Direção dos Serviços Urbanos do Conselho Municipal de Maputo, sobre as instalações desportivas;
- Carta Desportiva Escolar da cidade, elaborada pelo Departamento de Educação Física e Desporto da Cidade de Maputo

Fontes orais :

- Diretor nacional adjunto da Direção Nacional do Desporto (DND);
- Responsável do Departamento do Desporto da Cidade de Maputo;
- Responsável do Departamento de Educação Física e Desporto Escolar da Cidade de Maputo;
- Presidente do Sindicato dos trabalhadores de Moçambique;
- Administradores dos Distritos Urbanos;

Devido a ausência de dados sistematizados sobre o equipamento desportivo da cidade, recorreremos à combinação das fontes de informação escritas e orais. No decorrer do trabalho constatamos que as nossas fontes possuíam informações restritas ao seu setor de atividade sendo que, muitas vezes, tais informações eram incompletas, dadas de forma orais por não se encontrarem devidamente documentadas ou atualizadas. Para averiguarmos as informações fornecidas, realizamos alguns encontros visando conferir a informação que ia

sendo fornecida por nossas fontes, nos casos em que persistiam dúvidas, fomos aos respectivos locais visitar as instalações desportivas e fazer o registro das mesmas.

A partir das pesquisas de campo e dos encontros realizados, constatou-se que algumas instalações desportivas ou foram destruídas, dando lugar a outras construções, ou tiveram suas características iniciais alteradas. Averiguamos também que, ao longo dos anos, algumas instalações desportivas foram sendo construídas e espaços improvisados foram surgindo, sem que houvesse controle ou qualquer registro oficial dessa infra-estrutura.

Segunda parte – Avaliação das instalações desportivas das escolas públicas

Nessa fase desenvolvemos as seguintes atividades:

- estabelecimento de taxa de ocupação das instalações desportivas (em horas/semana), considerando as características específicas de cada tipo de recinto desportivo, bem como a separação entre atividades escolares e atividades comunitárias;
- elaboração de um questionário de levantamento da situação das instalações desportivas;
- adequação e correção do questionário através da aplicação de um questionário piloto;
- aplicação do questionário aos delegados de disciplina;
- análise dos dados levantados;
- determinação do tipo e das características das instalações e sua distribuição por distrito;
- determinação da utilização e da origem dos usuários nos dois períodos da semana (dias úteis e finais de semana);
- determinação da capacidade total de uso das instalações;
- determinação da taxa de ocupação das instalações desportivas (em horas semanais de uso);
- relação dos indicadores qualitativos ao uso das instalações.

O tratamento estatístico e a análise dos dados do questionário e do levantamento geral das instalações desportivas, foram realizados com a utilização dos programas de informática SPSS e Excel 4.0. Utilizando a Estatística Descritiva, calculamos a distribuição

de frequências agrupadas em várias categorias, e representamos a informação em tabelas percentuais e gráficos.

Construção e Aplicação do Questionário

O questionário (Anexo 2) foi construído baseando-se nas contribuições de vários autores, particularmente, Berga (1992) e Almeida (1986), Quivy (1992) e Muchelli (1979) e na confrontação de idéias, a respeito do tema, entre colegas e professores consultados.

O questionário, foi organizado do seguinte modo:

- identificação do inquirido;
- identificação da escola , seu estatuto e localização;
- identificação do tipo de instalação desportiva na escola
- caracterização das instalações desportivas, quanto ao piso, iluminação, existência ou não de vestiários, etc.;
- caracterização do uso das instalações desportivas nos dois períodos da semana, quantidade de horas e procedência dos praticantes.

Com o intuito de testarmos e adequarmos o questionário, submetemo-lo à um grupo de professores e delegados de disciplina de Educação Física, estudantes da Faculdade de Ciências de Educação Física e Desporto (Maputo), que no final deram a sua opinião geral sobre o questionário e sobre as perguntas que suscitaram maior dificuldade em responder por falta de clareza ou falta de informação. No término foram feitas as devidas correções do mesmo.

Devido ao pouco tempo disponível para a realização da pesquisa e à falta de transporte para visitar todas as escolas , principalmente as que se encontravam em áreas de difícil acesso e a fim de garantir uma boa taxa de retorno dos questionários, solicitamos à Direção de Educação da Cidade de Maputo autorização para realização de uma reunião com os delegados da disciplina de Educação Física para aplicação do questionário. Teve-se o cuidado de enviar antecipadamente uma carta (anexo 1) aos delegados de disciplina, na qual explicamos os objetivos do encontro e anexamos um roteiro dos dados pretendidos pelo pesquisador.

A reunião realizou-se nas instalações do Instituto Nacional de Educação Física. Iniciamos o encontro, com uma explicação detalhada dos objetivos trabalho, assim como foram feitos alguns esclarecimentos em relação a conceitos e procedimentos para o preenchimento do questionário. Em seguida, cada um dos presentes preencheu o questionário na presença do pesquisador.

Compareceram ao encontro 29 delegados de disciplina, representando um total de 40 instalações desportivas. Com o intuito de aumentar nossa amostra, o pesquisador deslocou-se a mais 15 escolas, obtendo, assim, uma amostra total de 81 instalações desportivas, correspondentes a 44 escolas

O método usado na coleta da informação garantiu-nos um retorno significativo de questionários. Obtivemos uma amostra de 34,5% do universo total das instalações desportivas da cidade, percentual equivalente a 67 % das instalações desportivas escolares. Tal amostra corresponde a 76,4 % do universo total das instalações desportivas das escolas públicas.

As porcentagens da amostra por tipo de instalação estão apresentadas na tabela 1, onde se verifica que a amostra abrangeu valores significativamente altos em todos os tipos de instalação, com destaque para os ginásios e pavilhões.

Tabela 1 - Amostra por tipo de instalação desportiva

Tipos de instalação desportiva	Total das instalações desportivas escolares	Amostra	
		Quant.	%
Campo de futebol	18	9	50
Campo polivalente descoberto	48	30	63
Campo polivalente coberto	12	10	83
Ginásio	10	10	100
Espaço improvisado	33	22	69
Total das instalações pesquisadas	121	81	67

Obs.: As piscinas não foram incluídas pelo fato de apenas 2 escolas públicas possuem tal tipo de instalação, e em os casos as piscinas encontram-se inoperantes. As piscinas escolares herdadas do projeto "experiência do caniço"¹⁰ estão destruídas.

A tabela 2 apresenta a amostra de questionários por distrito urbano (DU). Observa-se que a amostra é equivalente a mais de 65% nos distritos 1, 2, 3 e 5, com destaque para os

¹⁰ No passado colonial havia, aproximadamente, 20 piscinas instaladas nas escolas da periferia, que faziam parte do projeto chamado "experiência do caniço". Tal projeto implantou unidades escolares nos bairros de caniço, compostas por instalações desportivas com uma 1 piscina e um ginásio ao ar livre. Atualmente, grande parte dessas piscinas ou estão degradadas ou encontram-se enterradas, existindo, em seu lugar, outras construções. Uma exposição mais aprofundada sobre o caniço, pode ser visto na obra de Noronha Feio, *Desporto para liberdade : ensaio sobre a experiência do caniço*, 1976.

valores obtidos no DU 3 (90 %) e DU 2 (83 %). No DU 4, obtivemos uma amostra de apenas 28% ¹¹. Em virtude da baixa porcentagem da amostra do DU 4, os resultados desse distrito serão acatados com reserva.

Tabela 2 – Percentagens da amostra por distrito urbano

Distrito Urbano	Total das instalações Desportivas escolares	Amostra	
		Quant.	%
Distrito Urbano 1	62	42	68
Distrito Urbano 2	18	15	83
Distrito Urbano 3	10	9	90
Distrito Urbano 4	18	5	28
Distrito Urbano 5	13	10	77
Total das instalações pesquisadas		81	67

Confiabilidade do Questionário

O teste de confiabilidade da informação fornecida pelos delegados de disciplina foi realizado através da reaplicação do questionário a 10 desses delegados, o que abrangeu a reavaliação de 19 instalações desportivas. A porcentagem de concordância entre as respostas do primeiro e do segundo questionário foi calculada a partir da comparação entre as respostas dadas nos dois questionários.

Na Tabela 3 apresentamos o grau de confiabilidade das informações prestadas quanto as variáveis categóricas.

Tabela 3 – Confiabilidade das variáveis categóricas

Variáveis categóricas	Concordância		Kappa
	n.º de casos	%	
Tipo de instalação	14/19	0,74	0,62*
Vestiário	18/19	0,95	0,91*
Piso	19/19	1,00	1,00*
Iluminação	19/19	1,00	1,00*
Utilização em dias úteis	19/19	1,00	1,00*
Utilização em finais de semana	17/19	0,89	0,70*
Confiabilidade		0,93	

Kappa – Medida de concordância;

* Nível de significância =0,000

¹¹ Os valores baixos obtidos no DU 4, ocorreram devido à falta de transporte adequado para visitar essas áreas e aos problemas de comunicação entre a Direção da Educação e as Escolas, sendo que, este último fato pode ser constatado pela baixa adesão, à reunião programada, dos delegados desse distrito (constatou-se, através da análise de outros documentos, que a falta de informação nesse distrito é comum, logo, o canal de comunicação e o funcionamento administrativo desse distrito urbano necessitam ser verificados).

De um modo geral, a confiabilidade das informações é alta, ou seja, as respostas fornecidas nos dois questionários foram quase similares. Alguns itens, no entanto, apresentam-se com ligeiras diferenças entre as respostas dadas no primeiro e no segundo questionário, o que pode ter a seguinte interpretação: quanto ao tipo de instalação desportiva, verifica-se que 5 respostas diferem entre a primeiro e o segundo questionário. Julgamos que as diferenças sejam motivadas pela discrepância existente nos conceitos e na classificação das instalações desportivas (5 instalações primeiramente foram consideradas de campos polivalentes, e no segundo questionário foram consideradas de espaços improvisados); por sua vez, as diferenças no uso da instalação nos finais de semana ocorrem devido ao fato de que as atividades neste período estão fora do controle dos delegados de disciplina.

Finalmente, as diferenças encontradas nas variáveis quantitativas (Tabela 4), podem ser explicadas pelo fato de termos trabalhado com médias e não com quantidade de horas exatas.

Tabela 4 – Confiabilidade das variáveis quantitativas

Variáveis quantitativas	Coefficiente de correlação
Horas diárias de aulas de educação física	0,79
Horas semanais de educação física	0,90
Horas diárias de treinos desporto escolar	0,76
Horas semanais desporto escolar	0,89
Horas diárias de atividade comunitária	0,85
Horas semanais de atividade comunitária	0,89
Confiabilidade	0,85

Confiabilidade total do questionário - 0,89

Apresentamos, a seguir, um breve resumo das questões que serão abordadas nos capítulos da presente dissertação.

No Capítulo 1 apresentamos uma resenha da bibliografia sobre as diferentes contribuições e perspectivas mais comuns na análise das relações existentes entre o espaço urbano e o desporto. Apresentamos, ainda, algumas contribuições em redor do conceito de equipamento e das principais formas de planeamento e avaliação das instalações desportivas.

No Capítulo 2, contextualizamos o leitor no espaço geográfico, histórico e sócio-político do país, com o objetivo subsidiar uma melhor compreensão sobre os problemas do espaço urbano e das políticas desportivas. Abordamos a formação e o desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Maputo e a segregação social do espaço. Na segunda parte do capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre a política desportiva moçambicana, de âmbito nacional e municipal.

No Capítulo 3, apresentamos a divisão administrativa da cidade de Maputo e alguns aspectos do seu espaço urbano. Evidenciamos os resultados da avaliação quantitativa das instalações desportivas, quanto ao tipo, proprietários, e proporção de instalações por distrito urbano e por habitante. Na segunda parte, são expostos os resultados da avaliação qualitativa das instalações desportivas das escolas públicas quanto à existência de iluminação, estado do piso e dos vestiários e os períodos (ao longo da semana escolar e dos finais de semana) em que as instalações estão livres ociosas.

Nas Considerações Finais, encerramos a exposição do nosso projeto de pesquisa, fazendo algumas reflexões sobre os assuntos abordados ao longo do trabalho e enumerando algumas sugestões, que possam contribuir para o desenvolvimento de uma política desportiva de lazer na cidade de Maputo.

CAPÍTULO 1

ESPAÇO URBANO, DESPORTO E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

1.1. O Espaço Urbano e o Desporto

O crescimento das cidades e das áreas metropolitanas é um dos fenômenos sócio-econômicos e demográficos que, no mundo inteiro, tem causado grande impacto nas condições de vida da população. Quando esse fenômeno não é acompanhado do desenvolvimento das forças produtivas, aliado a um planejamento, os centros urbanos apresentam insuficiências na infra-estrutura, resultando, dessa situação, cidades com diversos problemas. Entre eles, podemos citar: carência de habitação, deficiência nas redes sanitária e educacional, ineficiência dos meios de comunicação e de transporte, desemprego, falta de espaços para ocupação do tempo livre, poluição do meio ambiente, etc.

Os problemas causados por um crescimento urbano inadequado, são expostos por Marcelino (1983) ao afirmar que a existência de um crescimento urbano, caracterizado por “aceleração e imediatismo”, e agravado pelo êxodo rural, gera desníveis na ocupação do solo, provocando a concentração de benefícios urbanos nas áreas centrais, em detrimento das áreas da periferia, que são transformadas apenas em cidades dormitórios.

Outras consequências negativas, do crescimento das cidades não acompanhado por um planejamento urbano adequado, podem ser vistas, no texto da Organisation Mondiale pour l'Éducation Préscolaire citado por Medeiros (1975, p.178), onde se afirma que:

No mundo inteiro a população aumenta, cresce a circulação dos automóveis nas estradas e nas ruas, erguem-se fábricas nos espaços livres, que antes permitiam às crianças brincar em segurança, e cidades substituem aldeias e fazendas. A paisagem natural de prados, bosques e colinas uniformiza-se sob uma capa cinzenta de concreto. É necessário que as autoridades competentes intervenham para regularizar esta evolução, antes que não sobrem terrenos para satisfazer as necessidades vitais das crianças e dos adolescentes.

Observa-se que as questões sobre a cidade e os espaços urbanos têm sido alvo do interesse de políticos, de ativistas sociais e de cada um dos seus habitantes. A cidade tem estado sob a atenção de diversos estudiosos das ciências sociais (historiadores, sociólogos,

economistas, antropólogos, urbanistas, geógrafos e outros), os quais têm proporcionado as mais diversas definições consoantes a esse objeto de estudo.

Segundo Parker (1978), apesar da cidade ser objeto de estudo de várias áreas, raramente ela é apresentada como “*centro cultural que engloba, (...) a totalidade das atividades de repouso, divertimento, informação desinteressada e participação voluntária na vida cultural de todo o gênero e de todo o nível*”. (Parker, 1978, p.165),

A cidade é considerada como um dos vários núcleos localizados em uma região ou país. (Santos, 1965) considera-a uma aglomeração de homens organizados, que interagem em diferentes esferas visando o desenvolvimento da cidade. Correia (1989), por sua vez, classifica-a como espaço urbano constituído, no conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si.

Apesar do estudo sobre o espaço urbano como local de práticas de lazer (entre elas as atividades desportivas) ser recente, já podem ser encontrados vários tipos de abordagem sobre a relação *espaço urbano-desporto* que contribuem para o entendimento do espaço desportivo e seu planejamento.

Cunha afirma que o espaço é entendido, manipulado e construído de acordo com a utilização que o homem faz dele, sublinhando que o desporto afirma-se no espaço urbano através da realização de atividades desportivas, pelo comportamento de seus agentes e pela localização das instalações. Para o autor, o desporto representa uma vertente do estudo do espaço

através da produção de um espaço próprio, do espaço desportivo formal ou apenas com vocação ou utilização desportiva: o terreno de jogo, o local onde as competições desportivas se desenvolvem, mas também o espaço de transição e acessibilidade às manifestações e práticas desportivas... (Cunha, 1993:52).

Segundo o mesmo autor, o espaço analisado sob uma perspectiva psicológica é considerado a partir do ponto de vista do indivíduo, organizado pelo sujeito, e pode ser caracterizado e diferenciado através da diversidade das atividades, vivências, comportamentos e atitudes do homem. Nessa perspectiva, Cunha (1993) destaca o trabalho de Kurt Lewin, autor da *Teoria do Comportamento*, segundo a qual o comportamento de um indivíduo, no conjunto das decisões que toma, é influenciado pelo espaço que o rodeia.

O espaço é visto não como algo neutro, e sim como um elemento com propriedades, que gera forças dinâmicas positivas ou negativas, dando ao mesmo um significado e orientação. Kurt Lewin criou também a *Teoria de Campo*, na qual determina que o espaço adquire

significados e propriedades diferentes, consoante o valor ou a valência que comporta, pela tensão positiva ou negativa que detém e transmite às decisões compartimentais dos indivíduos. Estar próximo ou estar longe de uma coisa ou objeto significa estar sob a influência de uma forte tensão nesse sentido. O comportamento final da pessoa é resultante da sua reacção a estas tensões, a todos os factos que acontecem neste 'espaço da vida' (Cunha, 1993:53).

A Teoria de Campo é destacada pela importância e aplicabilidade que tem no campo do desporto, pois, as características do espaço podem ser fonte de atração ou constituir barreiras para o acesso às práticas desportivas. A atração referida não se limita apenas aos aspectos arquitetónicos e estéticos das instalações desportivas construídas, e sim ao conjunto de todos os espaços naturais onde estão localizados os espaços desportivos, os espaços intermediários e a funcionalidade de tais espaços no geral. Cunha (1993) afirma que se os espaços, no conjunto,

não assumirem valências positivas no comportamento e nas decisões individuais, então a aderência às práticas desportivas que se desenvolverem neles será menor, dado que as tensões criadas têm também uma valência negativa e afastarão os praticantes potenciais (Cunha, 1993:54).

Ainda sob uma perspectiva psicológica, o autor faz referência a Moles e Rohmer, que definem e concebem o espaço em relação ao modo como ele é vivenciado pelo homem. Para esses dois autores, tal espaço é hierarquizado e estratificado em vários níveis que o homem vai conquistando, desde a sua infância até a idade adulta. O espaço define-se pelo conjunto de atividades, comportamentos e atitudes que o sujeito desenvolve num local de determinadas dimensões. Segundo os autores, o espaço vivenciado é constituído pela sobreposição de várias camadas. O espaço começa a partir de uma dimensão onde o indivíduo lida com seu próprio corpo, denominado de "*ponto aqui*" estão associados a este espaço valores que têm diretamente a ver com a imagem do próprio corpo, a higiene e a

saúde. O “*ponto aqui*” é tomado como o ponto a partir do qual o espaço encontra-se estratificado e hierarquizado em vários níveis ou estratos que os autores denominaram de “*conchas*”: o gesto imediato, a sala da casa, a casa, o bairro, a cidade centrada, a região e o vasto mundo.

O espaço vivenciado é descrito como algo dinâmico, onde o homem, através das suas vivências, vai progressivamente interagindo, em cada uma das conchas, com o mundo que o rodeia. No nível *gesto imediato*, o homem ganha as primeiras noções de estrutura, das dimensões e da distância entre os objetos. No nível *sala da casa*, os limites dos objetos mais próximos são superados pelo acesso ao conjunto de todos eles. As noções de estar próximo ou estar afastado tomam sentido e adquirem um significado mais amplo, permitindo uma visão global. A sala da casa é o primeiro espaço de socialização onde a criança inicia jogos com o seu parceiro. *A casa* é o local onde se destaca a socialização entre indivíduo e um grupo cada vez maior com o qual ele se identifica. No nível *bairro* o circuito de sociabilização amplia-se: é nas relações com a vizinhança que se formam os primeiros grupos naturais relacionados ao desporto, e é também neste nível que se formam os clubes desportivos com responsabilidade social de proporcionar uma oferta de modalidades desportivas e instalações desportivas para coletividade do bairro. *A cidade centrada* aparece com linguagens, símbolos e imagens múltiplas; surgindo como amplo espaço de oportunidades e relações. A cidade, é definida como um espaço de atração, onde se encontram inúmeros serviços de utilidade para o indivíduo.

Cunha (1993) realça que, em termos desportivos, é nesta concha (a cidade centrada) que se encontram não só os clubes e as instalações de bairro, como também todos aqueles espaços com dimensões maiores, peso institucional, e grau de especialização mais elevado, diferentes dos níveis anteriores. É nesta que se realizam os grandes espectáculos desportivos e acontecem as festas dos grandes clubes. Nesta esfera, a oferta desportiva diversifica-se e especializa-se, é nela, que os diversos setores desportivos encontram a oportunidade de manifestar a sua presença.

Nos níveis *região e vasto mundo*; as interações com o espaço vão-se tornando mais complexas, mais distantes ou inexistentes. A necessidade de se percorrerem distâncias impõe limites e passa a exigir planeamento e recursos. Em termos desportivos, fazem parte destas conchas os quadros competitivos regionais, a visita a espaços naturais e competições internacionais.

Segundo Cunha (1993), numa perspectiva geográfica, o espaço é visto como fruto da iniciativa humana e expressão do projeto de cada sociedade. Considera-se que o homem transforma o meio natural, condicionando-o a fim de realizar seus objetivos. Para Correia (1989) o espaço urbano apresenta-se fragmentado de acordo com os diferentes usos da terra, por meio dos quais definem-se, distintas áreas (comerciais, industriais, residenciais, de lazer, etc). Segundo o autor, o espaço urbano, ainda que fragmentado, é articulado, pois cada uma das partes mantém relações espaciais de intensidade variável com as demais. A articulação manifesta-se cotidianamente através de fluxos de veículos e pessoas, que se deslocam (para o emprego, compras, visitas e espaços de lazer) entre áreas residenciais.

Correia (1993) acrescenta que o espaço urbano é reflexo da sociedade, uma vez que a divisão do mesmo em áreas residenciais segregadas reflete a complexa estrutura social de classes. O espaço urbano, além disso, é reflexo social tanto das ações que se realizam no presente, como daquelas que se realizaram no passado e que deixaram marcas impressas nas formas espaciais do presente.

Segundo Santos (1987), a organização espacial fragmentada da cidade e a concentração de benefícios em determinadas áreas, aliada às leis de mercado, produzem desigualdades sociais que, conseqüentemente, fazem com que o homem passe a valer de acordo com o lugar que habita. O autor esclarece que, quando certas regiões não dispõem de bens e serviços, somente aqueles com posses para se deslocar aos locais onde esses bens se encontram podem consumi-los e que, as pessoas desprovidas de tais recursos são obrigadas a resignar-se à não utilização desses bens.

Morar na periferia é se condenar duas à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado do trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo tradicional. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquela lugar (Santos, 1987: 115).

Ainda dentro da concepção geográfica de espaço urbano, Cunha realça a contribuição do britânico John Bale, que estabelece analogias entre a geografia, o espaço e o desporto, quando relaciona e situa alguns desportos com determinados países e regiões, a saber: o baseball com a América, o cricket com a Inglaterra, a pelota basca com o Norte da Espanha e Sul da França.

Bale desenvolve considerações entre o desporto, o espaço e a política, expondo as relações existentes entre os praticantes e os lugares onde o desporto acontece. O autor afirma que *“o espaço desportivo coloca as pessoas em compressão. O espaço desportivo comprime o espaço normal, dado que coloca em comum, na mesma atividade e no mesmo local, em interação quem usualmente não gosta de interagir...”* (Bale apud. Cunha, 1993:58). O autor critica a organização espacial dos clubes, ordenada segundo a teoria dos lugares centrais, sustentando que a mesma, provoca discrepâncias na distribuição dos equipamentos desportivos fazendo com que, *“muitos dos lugares que (...) deveriam possuir determinados equipamentos não os têm na realidade”* (Bale apud. Cunha, 1993:58).

Sintetizando, Cunha (1993) afirma que a perspectiva geográfica fornece ao desporto uma visão diferente; ao olhar para dentro si mesmo.

o desporto cria os seus próprios espaços, intervém na construção do território e nos processos de afirmação social que nele se inscrevem. Identifica os agentes e o significado das suas acções. Denota a localização da procura e oferta desportiva, prevendo os fluxos e as dinâmicas que conseqüentemente se desenvolvem”(Cunha, 1993:58).

Cunha (1993) aponta, ainda, que para os sociólogos o espaço é essencialmente uma fonte de regulação social, local de interação entre indivíduos e grupos sociais e, ainda, um espaço de lutas, antagonismos, compromissos e solidariedade. Esclarece que a regulação social é efetuada pelo espaço através de símbolos atuantes sobre o indivíduo e sobre o seu comportamento (desde os semáforos que regulam o trânsito, os muros das casas que determinam os limites de propriedade, os monumentos que atribuem significado aos locais onde se encontram, até os ministérios e edifícios públicos) e que, em diferente medida, todos eles assumem um papel regulador.

Sob a perspectiva sociológica, as cidades são vistas não apenas como um conjunto de construções, mas também de símbolos com significado próprio. Cunha (1993) afirma que o espaço físico adquire um componente simbólico e se assume como espaço-representação, que se codifica e ganha expressividade para os seus utilizadores. Para ele, o desporto é um símbolo da civilização urbana que contribui para a representação do espaço: os símbolos e as vivências em que o fenómeno desportivo é rico, espelham as suas

características, significados e representações. Sublinha ainda que é dentro dessa perspectiva que o desporto contribui para o estabelecimento do conceito de espaço–representação.

Para o autor, o desporto fornece um significado desportivo ao espaço através da multiplicidade de instalações e instituições desportivas existentes que, por si só e pela sua localização, assumem-se como símbolos no próprio espaço. As instalações desportivas proporcionam um sentido ao espaço em que estão inseridas, devido ao tipo de atividades que nelas se realizam, pois constituem pontos de atração e geram fluxos de pessoas. Dessa forma, o espaço diferencia-se, organiza-se e manifesta as suas propriedades através do desporto. Na sociedade atual, as perspectivas ideológicas, face ao espaço, ao seu conceito e a forma de com ele se relacionar são diferenciadas entre os diferentes grupos sociais:

A existência em número suficiente ou não de instalações ou espaços desportivos, com boa ou má qualidade, apropriada ou não, aos desejos e necessidades de um determinado território, produz efeitos a concepção do espaço representação que esta presente na memória dos constituintes dessa população. O espaço assume-se como um símbolo e representa um valor, para cada um desses habitantes (...) viver numa cidade ou município ou freguesia, significa usufruir ou não de um valor desportivo, entendido este sob o conceito de espaço – representação (...) a acessibilidade dos cidadãos a estes espaços, é então diferenciada em relação aos diversos grupos sociais que deles desfrutam desigualmente. Há espaços públicos de livre acesso e há-os também interditos e reservados a apenas alguns (Cunha, 1993:60).

Ainda no entender do autor, as atividades desportivas têm alguns aspectos que diferenciam e afirmam o poder de cada grupo social no acesso às instalações desportivas. Com o acesso diferenciado às instalações e práticas desportivas, forma-se um espaço-representação onde o acesso às instalações desportivas traduz-se em: *termos espaciais*, pela proximidade física relativa dos cidadãos em relação às instalações; *termos financeiros*, pela capacidade de custear as despesas inerentes à utilização das instalações e a deslocação até as mesmas; *termos temporais*, pela necessidade de possuir tempo livre suficiente para praticar atividades desportivas e não desperdiçá-lo em vencer distâncias até os locais de prática; *termos de oferta*, através da existência de variedade e quantidade de instalações desportivas; *termos de gestão*, pela capacidade de otimizar as instalações disponíveis, de modo a permitir que mais cidadãos tenham acesso a mesmas.

Dentro da perspectiva sociológica do espaço e do desporto, Cunha considera que a concentração das instalações desportivas numa mesma zona da cidade

revela uma concepção de quem quer especializar e unificar o desporto, como sendo apenas um sector económico da vida social, isolando-o deste modo, da vida do cidadão comum e entregando-o somente a especialistas do espectáculo (Cunha, 1993:60).

O autor é da opinião que o acesso às práticas desportivas e à afirmação dos diferentes grupos sociais pela via da capacidade económica de cada grupo deve ser desencorajada. Para ele, deve existir uma gestão criteriosa nas instalações de interesse público a fim de diminuir as clivagens e o confronto existentes entre grupos sociais, de forma a melhorar a acessibilidade às atividades e instalações desportivas; estas devem localizar-se, preferencialmente, próximo aos locais onde os cidadãos e os grupos sociais desenvolvem as suas atividades ou naqueles em que estejam criadas condições de acessibilidade, em termos de transporte.

O desenvolvimento da urbanidade e o desenvolvimento desportivo são paralelos, concorrendo ambos para os mesmos objetivos devido às oportunidades que proporcionam na obtenção de uma melhoria dos níveis de qualidade de vida. A prática desportiva é, portanto, um indicador da qualidade de vida de um povo e faz parte da vida moderna, além de ser um benefício e uma característica da urbanidade, entendida esta como o modo de vida do habitante de uma cidade. Cunha afirma que as práticas desportivas tem direito a um espaço na cidade.

o desporto tem também o seu direito de cidade e os cidadãos direito ao seu acesso. A cidade não pode nem deve impedir, pela sua estrutura urbana e elementos constituintes, bem como pelos processos desportivos que nela se desenvolvem, a afirmação e vivência desportiva dos seus habitantes, constituindo para tal os espaços adequados (Cunha 1993:61).

Segundo o autor, o espaço analisado sob uma perspectiva económica era, inicialmente, considerado um recurso necessário ao processo produtivo, o espaço se assumia como um recurso escasso e finito e atraía os economistas tradicionais. Mais tarde essa ideia foi-se modificando, e surgem abordagens sobre as relações comerciais entre várias regiões, sobre distâncias e transportes utilizados e localização dos centros de

produção, cria-se a teoria dos lugares centrais, onde o espaço é hierarquizado e onde são definidas áreas de influência; ele, então, passa a ser organizado em torno da procura econômica, representada pelos mercados.

Os economistas conseguem abstrair e conceitualizar o espaço a partir da suas características, visto que o recurso à matemática permite-lhes um tratamento abstrato das variáveis que se manifestam no espaço físico. Cunha afirma que atualmente o espaço, pelas significações e variáveis que possui, ganha outras propriedades (não apenas físicas) e apresenta uma infinidade de dimensões que contribuem para o seu entendimento.

A contribuição das pesquisas econômicas e de cálculo acerca do espaço para o campo desportivo manifesta-se na aplicação das técnicas de análise espacial à gestão do fenômeno desportivo. A possibilidade de tradução numérica das variáveis desportivas ajuda a clarificar as opções necessárias à definição das políticas desportivas, permitindo que estas sejam mais justas e conscientes quando dirigidas a um determinado país, região ou município.

Sintetizando a contribuição das várias abordagens sobre o espaço, Cunha declara que:

O desporto , através do espaço , é fonte de regulação social. Ele pode esbater (ou muitas vezes acentuar) o confronto entre níveis e grupos sociais , que na cidade se apropriam diferentemente do espaço urbano, e que no desporto disputam espaços instalações e actividades desportivas . o desporto manifesta diferentes graus de acesso às práticas e espaços desportivos, por cada grupo social e cada indivíduo que a ele pertence. As políticas desportivas tendem assim , para que esta diferenciação não se acentue e não se faça por via das acessibilidades materiais , mas sim por opção própria e livre de cada um dos intervenientes. A detecção destas assimetrias através do estudo do espaço, constituem fortes contributos para uma correcta definição de objectivos de uma política desportiva.(Cunha 1993:62).

A introdução da variável *espaço* na análise do processo desportivo obriga a repensar a problemática do planejamento do desporto. As heterogeneidades do espaço e suas especificidades criam a necessidade de respostas diferenciadas. Os processos de planejamento e a gestão desportiva devem contornar as barreiras indiretas que se colocam

aos cidadãos e às diferenças espaciais, no sentido de aumentar a acessibilidade ao desporto a todas as classes e grupos sociais.

O acesso do desporto ao espaço urbano, integrando-o às proximidades dos locais de outras atividades humanas, deve ser preocupação daqueles que se encontram nos processos de decisão e que detêm a capacidade de influenciar, quer a nível desportivo, quer a nível urbano.

Para a adequação, com vista à distribuição espacial orgânica dos diversos equipamentos sociais, públicos ou privados, e a relação funcional harmônica, entre todos os setores da vida urbana, importa estabelecer medidas disciplinadoras da utilização do espaço urbano; de modo mais específico, para a democratização cultural, exige-se regular a distribuição dos equipamentos para facilitar o acesso de toda a população, ou implementando prioritariamente, em áreas carentes (Requixa, 1980:71).

Verifica-se que é de extrema importância a interação entre o setor desportivo e os urbanistas para que exista um uso equilibrado do espaço. Observa-se que, nas grandes cidades - onde as atividades de lazer não foram consideradas no planeamento urbano -, os equipamentos específicos de lazer concentram-se, em geral, nos centros comerciais e áreas nobres da cidade, distantes dos locais habitados pela maioria da população. Essa concentração dos espaços e equipamentos de lazer, aliado às deficiências verificadas na rede de transporte urbano e às diferenças sócio-econômicas, funciona como uma barreira a mais para a prática de atividades desportivas, principalmente para as classes desfavorecidas¹². Segundo Marcelino (1983) as classes desfavorecidas são duplamente excluídas das atividades de lazer, devido as precárias condições do espaço doméstico em que vivem.

Exatamente as camadas mais pobres da população, empurradas para dentro de suas casas no tempo disponível para o lazer, são as que menos condições têm de desenvolver atividades produtivas no ambiente doméstico. O espaço é exíguo tanto em termos de área construída como de quintais ou áreas abertas coletivas - quando existem (Marcelino, 1983:61).

¹² Outras barreiras são apontadas por Marcelino, ao afirmar que "...dessa forma, a classe social, nível de instrução, a faixa etária, o sexo, o acesso ao espaço, a questão da violência crescente nos grandes centros urbanos, entre outros fatores, limitam o lazer a uma minoria da população, principalmente se considerarmos a frequência na prática e a sua qualidade" (Marcelino, 1996:24)

Requixa (1980) sugere a elaboração de políticas públicas de lazer, comprometidas com uma concepção humanista da cidade, em que sejam privilegiados e dignificados os seres humanos e seja destacada a crescente função cultural da cidade e a melhoria da qualidade de vida.

1.2. Tipos de Equipamento

Ao longo das várias leituras realizadas, verificamos a existência de diferentes designações de equipamento, o que de certa forma cria uma certa ambigüidade no termo. Encontramo-lo fazendo referência a espaços ou locais de prática de atividades específicas, como sinônimo de instalações, ou até mesmo para referir-se a materiais e acessórios usados em determinadas atividades. Dependendo do ângulo de abordagem, deparamo-nos com diferentes formas de analisar e classificar o equipamento.

Santini (1993) considera que, ao nos referirmos a equipamento, duas formas de análise são possíveis. Na primeira, o equipamento e o espaço confundem-se, sendo que muitas vezes as palavras são utilizadas como sinônimos. Na segunda forma de análise, equipamentos e espaços são distintos, pois o espaço é encarado como um suporte para os equipamentos. Nessa perspectiva, os equipamentos são considerados como sendo objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade. A partir dessa categorização, a autora extrai dois conceitos operacionais para os equipamentos de lazer: um deles, baseado na primeira forma de análise, a qual considera os equipamentos de lazer o conjunto de instalações que servem de apoio às atividades de lazer; baseado na segunda forma de análise, os equipamentos de lazer são entendidos como instalações específicas, onde o que prevalece é o uso dado a elas.

Costa (1971) classifica os equipamentos desportivos baseado em níveis de prática desportiva, indicando a existência de *equipamentos primários* — espaços e equipamentos destinados às atividades física de crianças da rede pré escolar —, *equipamentos básicos* — espaços livres e equipamentos que visam a Educação Física, Desportiva e Recreativa para adultos e adolescentes —, e, por fim, *equipamentos pesados* — aqueles concebidos para a alta competição.

Sisquela (1992) classifica os equipamentos com base em seus custos, grau de complexidade, especificidade, dimensão, local de implantação e sua importância para a

região. Determinando quantidades e tipos de equipamento para cada nível, o autor fala em *equipamentos de escola, equipamentos de bairro, equipamentos de distrito e equipamentos de cidade*.

Segundo Stucchi (1997), os equipamentos de lazer podem ser classificados segundo as características físicas de construção, dimensões e localização geográfica. Baseando-se em Camargo, Stucchi classifica os equipamentos em dois grupos: *equipamentos específicos* e *equipamentos não específicos*. Dependendo da dimensão física do espaço e das atividades programáticas, os equipamentos específicos podem ser *especializados, polivalentes* (de médias e grandes dimensões), *de turismo*, e os equipamentos não específicos podem significar um ambiente utilizado para atividades de lazer, porém que não foi planejado e construído visando tais fins (rua, habitação, local de trabalho, etc.).

Stucchi (1997) considera que os equipamentos podem ser classificados ou de acordo a programação específica ou com a faixa de interesses culturais específicos; sob estes critérios, o autor denomina-os de *equipamentos especializados*, fornecendo como exemplos teatros, auditórios, cinemas, academias de ginástica, parques aquáticos, centros desportivos de modalidades coletivas e individuais (voleibol, futebol, natação, tênis e outros). Dependendo do interesse e da atividade cultural predominante, os *equipamentos especializados* podem ser agrupados em *equipamentos culturais* e *equipamentos desportivos*. Resumindo as apresentações feitas no Congresso Europeu Desporto para Todos, de 1992, em Oeiras os *equipamentos desportivos* podem ser entendidos como todos os espaços, ambientes e infra-estruturas para a prática de atividades físico-desportivas.

De modo geral, observa-se que a concepção de equipamento é bastante ampla, pois pode abarcar desde os locais de práticas poli-desportiva e culturais tradicionais, até espaços não convencionais para a prática de atividades físico-desportivas e de lazer, tais, jardins, praças públicas, fábricas, igrejas, praias, etc.

Quanto ao conceito de instalação desportiva, encontramos-lo com um significado mais restrito, referindo-se a uma série de recintos concebidos e construídos através de normas muito concretas e com objetivos puramente desportivos. Povill (1993a) conceitua uma instalação desportiva como uma unidade estatística entendida e representada pelo conjunto de campos de construções, instalações e equipamentos idôneos, para a prática de um ou mais desportos, compreendendo também o espaço reservado ao público e aos serviços necessários para o bom funcionamento do estabelecimento.

O Atlas Desportivo Nacional Português, citado por Sarmento (1998), classifica as instalações desportivas de acordo com seu nível de complexidade, da seguinte maneira:

Recinto Desportivo — superfície específica, sinalizada onde se pratica alguma atividade desportiva.

Instalação Desportiva — estrutura constituída pelo conjunto de recintos desportivos do mesmo tipo com os respectivos anexos funcionais (vestiários, balneários, almoxarifado etc.)

Complexo Desportivo — conjunto de instalações e/ou recintos desportivos de vários tipos, presentes na mesma área.

Complexo Integrado — conjunto de todas as instalações desportivas e não desportivas (zonas comerciais e zonas de serviço) que funcionam simultaneamente no mesmo lugar.

De acordo as características específicas relacionadas ao meio, às dimensões e ao tipo de modalidade específica praticada, os recintos desportivos podem ser classificados em: grandes campos de jogos; pequenos campos de jogos; ginásios; pistas de atletismo; piscinas e recintos especiais.

Uma vez apresentada a síntese das principais classificações e designações de *equipamento*, observar-se que o conceito deste termo é bastante amplo e deixa certas indefinições. Por isso no presente estudo, adotaremos o termo *instalação desportiva* para designar o nosso objeto de estudo constituído por aquelas superfícies específicas e sinalizadas para a prática de alguma atividade desportiva.

3. Planejamento e Avaliação das Instalações Desportivas

As instalações desportivas são considerados como um fator básico do desenvolvimento desportivo de um país em todas as suas vertentes (escolar, alta competição e lazer). Chabert (1989) considera que a inexistência de instalações desportivas, ou de uma política para a sua implantação, num curto prazo de tempo, atuam como bloqueios a qualquer projeto de desenvolvimento desportivo.

A importância das instalações desportivas para o desenvolvimento desportivo de uma sociedade pode ser confirmada através da Carta Internacional da Educação Física e do Desporto, citada por Chabert (1989). Na referida carta, considera-se, entre outros aspectos, que as instalações e o material desportivo são indispensáveis para prática de atividades físico desportivas. No seu 5.º artigo afirma-se que:

5.1 - Os equipamentos e o respectivo apetrechamento¹³ devem ser previstos e instalados em quantidade suficiente para permitir, com toda a segurança, uma participação intensiva nos programas escolares e extra-escolares de educação física e desporto.

5.2 - Os governos, os poderes públicos, as escolas e os organismos privados (...) devem unir esforços para planificar a construção e plena utilização de instalações, equipamentos e apetrechamentos para a educação física e o desporto.

5.3 - Os planos de urbanismo e de ordenamento rural devem considerar as necessidades, a longo prazo, de instalações, equipamentos e apetrechamentos para a educação física e o desporto (Chabert, 1989:40).

Sisquela (1992) afirma que a planificação desportiva deve fundamentar-se e refletir as procuras e necessidades reais da população, sugerindo a realização de estudos de prospeção a partir dos núcleos territoriais e através de todos os setores ligados ao mundo do desporto. O âmbito desses estudos deve incidir sobre a população (utilizadores destes serviços), as atividades em que as pessoas participam e sobre as instalações desportivas.

Para Sisquela (1992), o planeamento desportivo de um território exige um prévio levantamento e identificação das instalações existentes, bem como a respectiva avaliação das mesmas, de modo a serem identificadas as carências. Um dos métodos utilizados para o conhecimento da situação real é a realização periódica de censos, pois são instrumentos concretos que nos fornecem uma visão completa sobre a situação desportiva. O autor sugere a realização de um censo exaustivo, considerando-se a existência de vários agentes produtores desportivos — tanto públicos (municípios, instituições educativas, etc.) como privados (federações, empresas, entidades ou clubes desportivos e/ou culturais, escolas privadas etc.) — e a grande diversidade (em tamanho e tipologia) das instalações desportivas.

¹³ No Português de Portugal, o termo “apetrechamento” significa “fornecimento de materiais para determinado fim”.

Segundo Povill (1993a), o censo não se deve restringir apenas às instalações desportivas formais, e sim a todos os espaços de uso desportivo. Além disso, afirma que é importante que o censo dos equipamentos desportivos verifique o uso que se faz desses espaços, visando melhorar a quantidade e qualidade de oferta. Com este intuito, o autor destaca alguns itens que, incidem sobre a oferta:

(...) a **localização**, com referência especial a sua acessibilidade; as **tipologias**, para evidenciar as características dos espaços e das instalações com referência a todas as atividades praticadas e que seja possível praticar; **tecnológicas**, com referência à eficiência de estruturas, construções, materiais e possibilidade de adaptação; **de uso** para verificar se o uso atual corresponde às possibilidades da instalação; **de gestão** aplicando a análise custo/benefício, especialmente para comprovar a relação entre o tipo de instalação e o uso que dela se vem efetuando (Povill, 1993a).¹⁴

Lassime [19--] reitera que o tempo consagrado ao lazer e desporto na vida quotidiana está condicionado pela distância das instalações em relação à residência do usuário, o autor considera que, a distância e a localização das instalações desportivas em relação ao público consumidor afetam o rendimento das mesmas, principalmente quando se trata de atividades de tempo livre.

Doren et all (1983) sustentam que, normalmente, o consumidor utilizará uma dada instalação com uma determinada frequência em função da distância em que esta se encontre de sua casa, assim, quanto mais longe a instalação estiver longe de sua casa, menos a utilizará, e vice-versa. Segundo os autores, ainda que o serviço seja gratuito, a distância é uma barreira que se opõe a consumo de serviços de recreação pelo fato do usuário ter de superar essas distâncias — o que pressupõe, por vezes, gastos adicionais. Continuando os autores afirmam que ultrapassado o problema da distância, o rendimento das instalações desportivas pode ser afetado pela sua qualidade. Os autores sublinham que, resolvido o problema da acessibilidade das instalações em termos de localização, transporte ou do custo dos ingressos, a qualidade das instalações tornar-se-á o fator determinante do afluxo de pessoas, ou seja, será mais provável que as instalações de melhor qualidade experimentem demandas excessivas, em relação às de inferior qualidade.

¹⁴ Tradução do autor.

O planejamento e a avaliação específica das instalações desportivas impõem, algumas dificuldades, a quem se propõe realizar tal tarefa devido à diversidade de fatores que ditam a existência de diferentes tipos de instalações desportivas, tais como: dimensão, superfície utilizada, características de utilização do espaço, tempo, número de intervenientes, entre outros. Segundo Cunha (1997), deve ser considerado que as regras oficiais de diferentes desportos, assim como a faixa etária, requerem variações nas dimensões da instalação e no número de jogadores em campo, provocando maiores ou menores concentrações na utilização do espaço.

A revisão bibliográfica de autores como Sisquella, Berga, Almeida, Povill, Lassime e Bramante demonstra que o estudo sobre as instalações desportivas (diagnóstico, planejamento, reserva e gestão das instalações) é multifatorial, uma vez que há vários aspectos a serem considerados, entre eles, aspectos demográficos, modos de vida, diferentes contextos de *habitat*, qualidade da instalação, localização, etc.. Verificou-se também que determinadas instalações desportivas poderiam ser objeto de análise, quanto as características, físicas, estado de conservação, modos e ritmos de utilização, meios de gestão, relação quantidade de instalações por habitantes, localização, capacidade de acolhimento, raio de acesso, escalões etários, área útil, condições de acesso, entre outros aspectos.

Sisquella (1992) propõe um roteiro de estudo das instalações desportivas de uma cidade segundo o qual devem ser considerados os seguintes aspectos:

- Determinação da relação entre espaços desportivos e habitantes;
- Distribuição territorial das instalações;
- Indicadores m^2 /habitante;
- Identificação dos agentes proprietários e gestão das instalações desportivas (diferenciando as instalações de propriedade pública das instalações do setor privado);
- Determinação da relação entre a oferta e procura de horas de prática desportiva por habitante.

Berga (1992) expõe um método de análise que se diferencia dos habituais pelo fato de não se basear no habitual “standard” área de instalações desportivas/habitantes, mas sim na oferta da prática desportiva considerada pelo número de horas de prática desportiva por

habitante. Este método, como sistema de análise, da realidade existente destaca-se pelo fato do mesmo ser aplicável para quantidades muito variadas de população e serve como base de projeção das necessidades, principalmente se a análise considerar bairros, distritos urbanos, núcleo urbano ou área de crescimento. O autor propõe que se faça uma análise pormenorizada de todas instalações municipais, no que se refere à capacidade de utilização desses espaços desportivos, distinguindo instalações escolares de instalações para competição e lazer, assim como espaços de propriedade pública e privada.

Para a avaliação qualitativa das instalações desportivas e dos serviços prestados, autores como Povill (1993b), Almeida (1986), Puig (1993) e Bramante (1999) mencionam o uso de alguns indicadores, tais como: iluminação, piso, vestiários, limpeza, área e altura das instalações, vedação, bancadas, estado de conservação, etc. A avaliação destes indicadores pode ser quantitativa, qualitativa ou relacionada ao tipo e qualidade do material utilizado na construção da instalação e acessórios, entre outros.¹⁵

¹⁵ Dependendo dos objetivos do estudo, a avaliação destes indicadores poderia chegar a pormenores tais como: quantidade de balneários para professores e para alunos, quantidade de duchas, existência de água quente ou não, sauna e etc. Quanto à iluminação, esta poderia ser avaliada pela localização, tipo e número de lâmpadas no teto ou número de postes, potência da luz em Watts. O piso poderia ser avaliado quanto ao tipo de material utilizado (sintético, betuminoso, cinza, tijolo, arenoso, natural, relvado, madeira, etc.)

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES SOBRE A CIDADE DE MAPUTO E AS POLÍTICAS DESPORTIVAS.

2.1 Caracterização do Espaço Urbano de Maputo

2.1.1 Localização Geográfica e Desenvolvimento Histórico de Moçambique

A primeira parte deste capítulo visa contextualizar o espaço geográfico e histórico de Moçambique, objetivando de subsidiar uma melhor compreensão do espaço urbano de sua capital e da realidade sócio política do país.

A República de Moçambique, localizada na costa oriental da África Austral, possui uma superfície de 799.390 Km², faz fronteira, ao Norte, com a Tanzânia, a oeste, com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul, e, a sul, com a Suazilândia. O recenseamento geral da população, realizado em 1997, indica que o país possui 16.099.246 habitantes¹⁶, sendo 71,4% população rural e 28,6% população urbana. O país, formado por 11 províncias, tem como capital a cidade de Maputo, localizada no extremo Sul .

A história de Moçambique esteve ligada a quase quinhentos anos de dominação colonial portuguesa, marcada pela opressão dos povos nativos e por desigualdades econômicas, sociais e culturais, cuja principal vítima foi a população local. A colonização, recentemente vivida, ainda tem as suas marcas bem patentes na atual sociedade moçambicana.

A sociedade e educação moçambicanas foram (re)construídas em cima das "ruínas" deixadas pelo colonialismo. No passado colonial podemos encontrar a origem de muitas das marcas sociais e culturais que ainda desafiam ao homem moçambicano (...). Nesse passado estão as raízes de muitos dos problemas que continuam desafiando o projeto de construção de uma sociedade moçambicana livre e soberana (Gomez, 1993:9).

Segundo Nilsson & Abrahamsson (1995), os primórdios da história moçambicana caracterizaram-se pela formação de vários estados e por lutas de resistência colonial. Os autores descrevem que, na chegada dos portugueses à ilha de Moçambique em 1498, os

¹⁶ Dados obtidos através do BUREAU DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, Resultados do recenseamento geral da população, 1997 [online] www.uem.mozambique.mz

contatos destes com a população Bantu, que vivia nas zonas do interior, era quase inexistente. A presença portuguesa durante muito tempo ficou limitada à zona costeira pois, inicialmente, o principal objetivo da presença europeia era a criação de bases para o crescente comércio marítimo entre Europa e Ásia, para o qual a África Oriental contribuía com marfim e ouro.

Nilsson e Abrahamsson (1995) relatam que, durante a chegada dos portugueses na Costa Oriental da África, desenvolviam-se, na região, importantes mudanças políticas. Começara a desintegração do grande Zimbabwe, o maior estado da região, ao mesmo tempo que se formava o estado de Monomotapa, cuja influência foi gradualmente crescendo desde a extensão do rio Zambeze (ao norte), ao rio Limpopo (ao sul) e do deserto de Kalahari (a oeste) ao Oceano Índico (a leste). Tais autores descrevem ainda que, no final do século XVIII, a escravatura começou a dominar a região, cuja origem deveu-se aos plantadores de açúcar franceses, alojados nas ilhas Reunião e Bourbon, no Oceano Índico. Esse comércio de escravos, que se prolongou até os finais do século XIX, levou, de Moçambique, aproximadamente um milhão de pessoas, criando clivagens na sociedade africana, entre as tribos envolvidas como intermediárias na caça e no comércio escravo e aqueles que eram vendidos como escravos. O comércio de escravos teve conseqüências devastadoras. A caça de escravos destruiu a estrutura e o modo de vida existente: com o intuito de escapar aos seus caçadores, a população era forçada a imigrar e a formar novas habitações, muitas vezes em áreas menos férteis.

Nilsson & Abrahamsson (1995) afirmam que, até ao fim do século XIX, a influência portuguesa era bastante limitada pois, na prática, todo o território era controlado por alguns estados africanos que foram surgindo durante o período da comercialização de escravos. Os portugueses encontravam-se isolados em algumas regiões costeiras. A norte, a influência portuguesa ficou restrita, devido à cooperação existente entre governos locais de origem africana ou swahili e comerciantes internacionais de escravos — os reinos locais, convertidos ao islamismo, provaram, em vários confrontos realizados, possuir exércitos superiores ao dos portugueses. A região sul era dominada pelo Estado de Gaza, que se formara no decorrer do século XIX. Esse estado — formado pelo povo Nguni, que havia se deslocado da África de Sul para a zona sul de Moçambique — começou a expandir-se rapidamente para o norte, dominando áreas que os portugueses consideravam ser do seu domínio. Segundo os autores, a expansão do império de Gaza alcançou, provavelmente, a

margem sul do rio Zambeze e dominou as mesmas áreas pertencentes ao império de Monomotapa, cujo território hoje constitui a atual República de Moçambique.

Os referidos autores expõem que a história moderna moçambicana começou nos finais do século XIX, quando o centro econômico da região se moveu do norte para o sul. O período de escravatura atingia o seu término e Portugal não tinha capacidade política, nem econômica, para controlar o seu território colonial. Os soldados e oficiais do exército português, muitos deles preocupados em construir as suas próprias riquezas, clamavam independência em relação ao governo português sediado na Europa.

Com a descoberta de diamantes e ouro na África do Sul, houve uma crescente atividade econômica, no Transvaal, que criou a necessidade de uma linha férrea e de um porto para escoamento dos produtos: nessa conformidade desenvolveu-se o porto Lourenço Marques. A transferência do centro econômico da ilha de Moçambique para Lourenço Marques, no virar do século XIX, foi decisiva para o desenvolvimento da região, que começou a chamar-se Moçambique. Paralelamente a estes desenvolvimentos econômicos na região, ocorriam negociações entre as potências coloniais europeias, com o objetivo de partilhar a África entre si. A zona sul de Moçambique estava sobre a influência dos sul africanos, no entanto, Portugal, aproveitando-se das divergências existente entre as potências coloniais e mesmo não possuindo domínio efetivo, conseguiu ficar com Moçambique. O domínio dos portugueses na região foi contestado durante vários anos por ataques militares de resistência, dirigidos pelo último imperador do Estado de Gaza, Gungunhana. Somente em 1895, com a prisão e deportação deste para o arquipélago dos Açores, os portugueses puderam dominar e explorar, parcialmente, Moçambique.

Os dois autores descrevem que, até 1930, em consequência de uma condução política e econômica portuguesa inadequada, a exploração econômica das regiões norte e centro de Moçambique era dominada por companhias concessionárias estrangeiras, que estabeleceram administrações territoriais autônomas nessas regiões. No sul de Moçambique, crescia o recrutamento de mineiros para as minas sul africanas. Os autores afirmam que, com a ascensão do governo fascista português em 1926, a estratégia colonial alterou-se. Os contratos com as companhias concessionárias não foram renovados. A crescente indústria portuguesa passou a necessitar das colônias como fornecedoras de matéria prima. O papel mais importante atribuído à colônia moçambicana era o de produzir algodão para a indústria portuguesa e ser o mercado consumidor dos têxteis e vinhos de Portugal.

Na opinião de Nilsson e Abrahamsson (1995), entre 1930 e 1975, a economia moçambicana possuía dois alicerces. O primeiro era constituído pela prestação de serviços aos países da região. Aproximadamente um quarto das receitas era proveniente dos trabalhadores que iam para as minas da África do Sul e, outro quarto, das taxas ferroviárias e portuárias cobradas aos países vizinhos, que usavam o território moçambicano para as suas exportações. O segundo alicerce era formado pela exportação de produtos, tais como cana de açúcar, chá, copra, madeira e camarão. A produção de artigos de exportação baseava-se, principalmente, no trabalho forçado das populações locais, sendo estas totalmente excluídas dos benefícios destas exportações, além de não poderem dedicar-se adequadamente ao cultivo das suas plantações. A população negra não estava integrada à sociedade colonial, sendo que, as tentativas populares de reivindicar seus direitos eram travadas pelo uso da força¹⁷.

Gomez (1993) enfatiza que, ao longo dos anos, de dominação colonial, a maioria da população local era “*ignorada e escravizada*”, sendo usada predominantemente como força de trabalho. O autor relata que, com o surgimento do Estado Novo, Portugal, pressionado pela comunidade internacional e pelo surgimento do nacionalismo africano, depois da Segunda Guerra Mundial, viu-se obrigado a mascarar sua política colonial através de um discurso acerca da “*promoção social e assimilação cultural dos africanos*”. No entanto, esse discurso estava longe de ser uma realidade, pois a característica do regime colonial não possibilitava nenhuma forma de integração sócio-cultural e política dos moçambicanos na sociedade colonial.

A possibilidade de uma política colonial de cooptação de nacionalistas africanos foi, com freqüência, inviável, devido, em grande parte, ao modelo de colonização portuguesa, que desprezava a cultura e a organização sócio-política africanas. Mais ainda, o caráter fascista do regime colonial inviabilizava qualquer tipo de participação política e social dos africanos (Gomez, 1993:31).

Gomez (1993) afirma que, em 1961, Portugal, com intuito de abrandar a pressão internacional e pretendendo ser coerente com a pseudopolítica de “*promoção social e assimilação cultural dos africanos*”, abandona a sua política de assimilação, declarando

¹⁷O exemplo mais relevante foi o Massacre de Mueda, em 1960.

cidadãos portugueses todos os habitantes das suas colônias. Tal atitude colonial não passou entretanto de uma farsa, na medida em que não se verificou alteração na condição de vida dos nativos, pois, os mesmos continuaram a ser perseguidos e oprimidos, e, as grandes diferenças sociais no campo da educação, saúde e habitação mantiveram-se.

Até o momento da independência em 1975, a maioria dos moçambicanos, considerados em teoria portugueses, não viu melhorada sua condição de vida, nem possuía qualquer estatuto de cidadania(...). Se, de um lado, a legislação afirmava a preocupação com o bem-estar social e com a assimilação cultural dos africanos, de outro, o interesse fundamental pela exploração do trabalho africano ficava escondido atrás de uma concepção preñe de preconceitos racistas e paternalistas. A proibição do trabalho forçado, que sobreviveu praticamente até o fim do colonialismo, não passou do papel (Gomez, 1993:35).

A pseudo-intenção de “*promoção social e assimilação cultural dos africanos*” poderia ser ilustrada através de outros exemplos, como o fato de, antes da Independência, aproximadamente 90% da população ser analfabeta. Portugal, apercebendo-se do descontentamento existente, tentou implementar algumas mudanças sociais no intuito de formar uma classe média nativa aliada. Essa tentativa, porém, veio tardiamente e não surtiu efeito. Vários movimentos armados, haviam sido formados, tendo-se unido e, em 1962, uniram-se em uma só frente — a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) — que, fortemente apoiada pelos países do leste europeu e pela China, iniciou, em 1964, a guerra para a libertação de Moçambique, e que culminou a independência do país, a 25 de junho de 1975.

Após Independência, começou uma nova fase de mudanças sociais, políticas e econômicas, no país. A FRELIMO assumiu o poder e tentou implementar no país o sistema socialista. O Relatório Nacional sobre População e Desenvolvimento (1994) faz-nos uma breve descrição da situação do país, indicando que, após a independência, o governo realizou algumas ações no sentido de reverter a organização econômica caracterizada pela exportação de produtos agrícolas e de extração mineral, através da intervenção estatal sobre os principais meios de produção e infra-estruturas econômicas, abandonadas pelos portugueses durante os primeiros anos após a independência. Na área social, o governo nacionalizou casas de aluguel e infra-estruturas de saúde e de educação, de modo que se

tornassem acessíveis a toda a população. A agricultura, que ocupava a maior parte dos recursos do país, foi definida como a base do desenvolvimento da economia, sendo a indústria o seu fator de desenvolvimento.

Nos primeiros anos da independência, o Governo priorizou as áreas da saúde, educação e agricultura, sendo que, até 1981, foram registrados significativos avanços nos campos da educação e saúde. A rede escolar e sanitária estenderam-se por todo o país a custos acessíveis a toda a população, e, além disso, generalizou-se a prática de atividades desportivas e culturais.

Os benefícios sociais da Independência foram de pouca duração, devido à guerra civil iniciada depois da Independência¹⁸, à falta de meios para combater as condições climáticas pouco favoráveis, à adoção de políticas inadequadas e à conjuntura internacional, entre outros fatores. Os avanços adquiridos no campo social começaram a diminuir, e, desde então, a produção agropecuária decresceu significativamente, tornando Moçambique dependente da ajuda externa.

A guerra civil, não somente impediu o desenvolvimento do país — através da destruição das infra-estruturas económicas e sociais — bem como obrigou grandes contingentes populacionais a passarem a viver na situação de deslocados e refugiados, migrando para as grandes cidades, o que provocou o superpovoamento dos centros urbanos que, por sua vez, gerou no país uma grave crise económica e social, em virtude da queda da produção no campo e aumento das condições precárias de vida nas cidades.

Visando combater a crise económica então implantada, o governo deu início, em 1987, ao Programa de Reabilitação Económica (PRE), financiado pelo Banco Mundial. Segundo Marshall (1990), se, por um lado, este programa obteve algum sucesso no que se refere à economia (que se encontrava em declínio), os resultados sociais desta opção são duvidosos, pois o programa aumentou as diferenças sociais existentes (uma vez que beneficiou apenas comerciantes, grandes proprietários de terra, oficiais militares e funcionários públicos corruptos) e trouxe, para a maioria da população — em particular mulheres, crianças e pobres — um agravamento das condições de vida, notadamente no que se refere à saúde e à nutrição.

A economia de mercado implantada provocou mudanças radicais em todos os sistemas sociais, incluindo o sistema desportivo — do qual falaremos mais adiante.

Marshall (1990) apresenta dados que demonstram que os direitos à educação e à saúde, adquiridos após a independência, foram, paulatinamente, desaparecendo.

Em 1990, a constituição aprovou a introdução do sistema político multipartidário, abrindo, assim, um caminho para uma nova página na história do país. A assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992¹⁹, pôs término a 17 anos de guerra civil e possibilitou a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias em 1994, as quais foram ganhas pela FRELIMO. Com a realização das eleições e a aceitação dos resultados pelos grupos da oposição, estavam criadas as condições para uma paz efetiva — condição básica para a estabilização política e o desenvolvimento sócio-econômico do país.

O ano de 1997 ficou marcado pela realização das primeiras eleições municipais. Este fato tem grande importância, pois com ele começa um processo de descentralização política e econômica em relação à administração dos municípios. A descentralização concede aos municípios a autonomia de administrarem seus recursos e estabelecerem suas próprias políticas de desenvolvimento.

2.1.2. Formação de Lourenço Marques

Neste trecho, pretendemos resgatar e recolher informações que nos permitam entender o processo de urbanização da cidade assim como inteirarmo-nos das relações sociais existentes, das formas de ocupação do espaço e, mais especificamente, da distribuição do parque das instalações desportivas.

A formação da cidade de Lourenço Marques, atual Maputo, tem o seu início no século XVI, ao ser disputada por várias colônias. Entre o momento da descoberta da Baía de Lagoa, em 1544, pelo navegador português chamado Lourenço Marques, e a sua ocupação efetiva por Portugal, a baía foi ocupada pelos holandeses, que pretenderam, sem sucesso, estabelecer laços comerciais com os indígenas, visando, assim, conquistar Monomotapa²⁰. Depois da retirada holandesa, a Baía de Lagoa foi palco de incursões de ingleses, franceses e austríacos, o que obrigou Portugal a reforçar a sua presença militar na região, através da construção de um presídio e do envio de uma força militar, em 1805.

¹⁸ Guerra iniciada depois da independência por indivíduos descontentes com a política socialista adotada.

¹⁹ O acordo foi assinado entre o Governo e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), em outubro de 1992, em Roma.

²⁰ Império Africano, existente no século XVI.

Posteriormente, com o intuito de promover e reforçar a ocupação efetiva e o desenvolvimento da zona sul do território moçambicano, Portugal criou, em 1825, as Companhias Comerciais de Lourenço Marques e de Inhambane.

Para Mendes (1995), o crescimento de Lourenço Marques foi marcado por dois fatores, a saber:

A proclamação da sentença arbitral de Mac-Mahon²¹ em 1875, reconhecendo a Portugal os direitos das terras de Maputo, Inhaca e Catembe e a descoberta de minas na África de Sul, trouxe, como consequência, a construção imediata duma estrada de Lidemburg à capital moçambicana e o desenvolvimento do porto, que passou a ser utilizado por numerosos navios de diversas nacionalidades (Mendes, 1995:26).

Lourenço Marques, um povoado que desempenhava funções de centro administrativo e comercial da região, apresentava, desde há muito tempo, sinais evidentes de segregação social por área de residência e condição sócio-econômica.

Em 1866 viviam em Lourenço Marques 1094 habitantes. Emily Piedade numa descrição de Lourenço Marques, datada daquele ano refere-se à sua distribuição no povoado. Segundo ela, o centro era a atual Praça Sete de Março, onde estava instalada a casa do Governador. As diversas zonas do povoado eram habitadas por baneanes, árabes, filhos de Goa, cujas casas eram de pedra e zona dos portugueses mais pobres que habitavam em casas maticadas com tectos e colmo (Mendes, 1995:81).

Mendes (1995) faz referência que a primeira planta geral da cidade foi projetada em 1876, quando o povoado foi elevado à categoria de Vila, sem que, no entanto, fossem realizadas melhorias em sua estrutura. O progresso urbanístico da vila e a alteração da sua fisionomia acontecem, em 1887, com a chegada de uma expedição de Obras Públicas de Lisboa, a qual elaborou o primeiro plano de urbanização de Lourenço Marques, elevando-a de vila para a categoria de cidade. A autora acrescenta que a maioria dos habitantes de origem colonial estava instalada na parte baixa da cidade, enquanto que a população nativa

²¹Marechal Mac-Mahon, Presidente da República Francesa, que, no arbítrio internacional sobre a disputa da Baía de Lagoa (entreposto comercial de importância estratégica para as necessidades de importação e exportação de produtos de e para a África do Sul) entre portugueses e ingleses decidiu, favoravelmente, por

habitava o bairro do Xipamanine — bairro suburbano de caniço (casas de pau a pique) que data de 1928 — A autora ressalta ainda que, em 1930, já existia a segregação social do espaço, marcada pela condição sócio-econômica da população residente.

... a maioria dos europeus se localizava na zona da Ponta Vermelha, Polana e Alto-Maé, foi, este último bairro que nos últimos anos sofreu maiores transformações, não (sic) do ponto de vista arquitetônico mas também quanto à população, onde se registrava o número elevado de indianos (...). Os bairros da Polana e da Ponta Vermelha eram essencialmente ocupados por estrangeiros, pois correspondiam às melhores áreas da cidade, mais arejadas, com melhor exposição ao sol e sobranceiros à baía ... (Mendes, 1995:93-94).

Mendes assinala que, na década de 50, o desenvolvimento de Lourenço Marques é marcado pela industrialização, fato que permitiu a abertura de novos empregos na indústria e no comércio, bem como a instalação de melhores vias de comunicação. Com o desenvolvimento da cidade, deu-se o crescimento e a expansão de outros bairros de caniço, onde residia a principal força de trabalho colonial: os negros. Segundo a autora, a partir de 1960, o governo português reforçou as facilidades concedidas à emigração portuguesa para as colônias, aumentando as formas de promoção econômica e social da população portuguesa. Acelerou-se o ritmo de construção e cresceu o número de habitantes da cidade, passando de 178.565 habitantes, naquele ano, para 383.775, em 1970.

Observa-se que a cidade de Lourenço Marques, sob o ponto de vista do desenvolvimento urbano social, estava dividida em duas áreas residenciais distintas. De um lado, estava a designada “cidade de cimento” ou “cidade branca”, plenamente urbanizada e com infra-estruturas sociais; de outro, situava-se o “caniço”, com profunda carência de equipamentos e serviços sociais e com disposição caótica das construções existentes. Torna-se bem patente, na sociedade colonial, a existência de segregação social na localização, distribuição e uso do espaço urbano.

É de se destacar que o desenvolvimento comercial e industrial da cidade, o ritmo de construção e a promoção econômica e social da sociedade colonial então edificada eram marcados por uma forte segregação social, a qual beneficiava apenas uma minoria formada pelos detentores do poder — os brancos, indianos e chineses — que viviam na “cidade de

Lisboa. Até a Independência Nacional de Moçambique, em 25 de junho de 1975, o Dia de Lourenço Marques era comemorado a 24 de julho, data da sentença de Mac-Mahon em favor dos portugueses.

cimento”, onde se concentravam os hospitais, escolas, zonas comerciais e de serviços, cartórios, bancos, salas de cinema, teatros, hotéis, campos esportivos, restaurantes, bares, monumentos históricos e culturais, etc. Os negros, que constituíam a maioria da população, estavam confinados nos bairros de “caniço”, que se caracterizavam pela carência de espaços e serviços públicos — desde a falta de ruas, de policiamento e proteção contra incêndios, serviços sanitários, escolas, falta de remoção apropriada de lixo, sistema de esgotos. Nota-se que os negros eram duplamente excluídos dos bens sociais, culturais e desportivos existentes, porque tais bens não existiam em seus locais de residência e, porque o acesso a tais bens sociais localizados na cidade lhes era vedado, devido à política colonial de segregação que proibia o acesso dos nativos a determinados locais da cidade e devido a baixa condição sócio-econômica dos nativos que não lhes possibilitava o pagamento dos bens culturais e desportivos.

2.1.3. Equipamentos culturais e desportivos de Lourenço Marques

Analisando concomitantemente os estudos de Mendes (1995), o Plano Diretor de Urbanização (1969) e alguns dados extraídos de Noronha Feio (1978), observa-se que mais de 50% de todas as atividades desportivas do país encontravam-se concentradas, na cidade de Lourenço Marques, assim como a existência de assimetrias profundas na distribuição espacial das instalações desportivas e na prática de atividades desportivas entre os diversos distritos de Moçambique²².

Mendes (1995) assinala que, em 1973, das quarenta e três escolas do ensino primário que Lourenço Marques possuía, a maioria encontrava-se situada na cidade de cimento. A autora constata que as taxas mais elevadas de escolaridade pertenciam a brancos e indianos (a taxa de escolaridade dos negros era de apenas de 6%).

Em relação às atividades culturais, de lazer e desportivas, afirma que as atividades da imprensa estavam concentradas em Lourenço Marques. Do setor cultural, ilustra que, das trinta e três bibliotecas públicas existentes no país, vinte e cinco delas encontravam-se em Lourenço Marques. A cidade comportava, ainda, seis museus de arte, história e etnografia, um jardim zoológico, um jardim botânico e um aquário. Ao patrimônio cultural da capital moçambicana somavam-se doze cinemas e cinco casas de espetáculo, todas localizadas na

²² Antes da Independência, Moçambique era considerada província portuguesa e suas atuais províncias eram consideradas distritos.

zona central da cidade. Registrava-se a presença de apenas três salas de cinema na periferia: uma no bairro do Xipamanine, que era propriedade de indianos e projetava exclusivamente filmes destinados a Comunidade Indiana, e, as outras duas localizavam-se à saída da cidade de cimento e serviam, predominantemente, à população negra.

Quanto às instalações desportivas, Mendes (1995) indica que a cidade era servida por 26 clubes de desporto e lazer, quase todos instalados na área urbanizada do “cimento”. Com exceção de três que se encontravam localizados junto ao mar, não se assinala a existência de infra-estrutura desportiva na periferia da cidade. A autora observa ainda que as instalações de lazer eram, em sua maioria, constituídas por recintos de desporto ligados aos estabelecimentos de ensino e a clubes particulares, existindo poucas instalações municipais.

A utilização dessas instalações era fortemente marcada pela segregação racial e sócio-econômica. A autora assinala a existência de clubes freqüentados só por indianos, clubes de indianos e brancos e clubes cuja entrada dependia da condição sócio-econômica. Como observamos anteriormente, um número significativo de praticantes de atividades desportivas estava distribuído por modalidades elitizadas, devido ao elevado custo das instalações e do material desportivo:

Mesmo nos clubes instalados na área urbanizada, a freqüentada por brancos, foi possível observar que a clientela se dividiu consoante o escalão sócio-económico em que se inseria. Os clubes dos bairros de Sommerschild, Polana, Ponta Vermelha e Carreira de Tiro eram utilizados por população europeia economicamente poderosa, enquanto os utentes [usuários] dos clubes do Bairro de Malhangalene, da Av. Luciano Cordeiro e Av. Almirante Canto e Castro pertenciam a um grupo economicamente mais baixo, e onde já se detectava a presença de indianos e mesmo de mistos. No caso das instalações do grupo desportivo 1º de Maio registrava-se a freqüência de população negra, além daquela última (Mendes, 1995:223).

O Plano Diretor de Urbanização, de 1969, e Feio (1978) corroboram a existência de assimetrias profundas na distribuição espacial da atividade desportiva e das instalações desportivas no país, expondo que, mais de 55% dos praticantes de atividades desportivas encontravam-se em Lourenço Marques. As mesmas fontes indicam que, em 1966, a distribuição de praticantes de atividades desportivas era a seguinte: primeiro o atletismo e o futebol com 1.131 e 995 praticantes, respectivamente, seguindo-se cinco modalidades de

“elite”, a saber: pesca desportiva (410), vela (293), natação (274), judô (198) e tênis (189). A maior parte dos praticantes de atividades desportivas eram de raça branca nas modalidades de elite e, apesar da existência de alguns praticantes desportivos de raça negra nas duas primeiras modalidades (futebol e atletismo) a quantidade dos mesmos era insignificante em relação aos praticantes de raça branca.

A prática de atividades desportivas extensivas a toda a população não era preocupação colonial, razão pela qual as instalações desportivas e a prática das atividades recreativas e desportivas concentravam-se na cidade de cimento, em detrimento da periferia do caniço. Demonstrando, claramente, seu interesse político, Portugal investia apenas nos nativos africanos que se revelavam talentosos, abrindo espaços para os mesmos nos clubes da cidade e transferindo-os, mais tarde, para Portugal para jogarem nas seleções desportivas portuguesas. A prática desportiva era caracterizada pela organização dos clubes por grupo social e racial, como instrumento usado para fomentar rivalidades étnicas e tribais que serviriam essencialmente à política portuguesa de dividir para reinar.

O nosso recuo ao recente passado colonial, levou-nos a entender a atual distribuição do espaço urbano de Maputo como herança colonial. O espaço urbano foi construído baseado na segregação social e racial existente na sociedade colonial, onde a preocupação com a ascensão cultural e o melhoramento das condições de vida beneficiava apenas a população de origem asiática e europeia, em detrimento da população nativa, excluída do uso e dos benefícios dos espaços e instalações culturais e de outros bens sociais. Os moçambicanos eram meros instrumentos de trabalho, sem direito ao lazer.

A organização do espaço colonial, com forte concentração de serviços, espaços e instalações públicas de saúde, educação, culturais e desportivas na cidade, com predominância no setor habitado pelos portugueses — deixando a periferia habitada pela maioria da população sem serviços públicos — é um dos exemplos demonstrativos da pseudo-intenção de “*promoção social e assimilação cultural dos africanos*”, farsa que, aliada a tantas outras, levou os moçambicanos a lutarem pela sua independência.

2.1.4. O espaço urbano da cidade de Maputo

Após a Independência de Moçambique, a 25 de junho de 1975, Lourenço Marques passa a chamar-se Maputo, nome do maior rio existente ao sul de Moçambique. Maputo

apresenta as características típicas de uma cidade primaz²³ em um país em desenvolvimento, apontadas por Hauser (1975)²⁴, Santos (1965)²⁵ Palen (1975)²⁶. Como pudemos já observar, a cidade tem origem colonial, e, atualmente, o seu desenvolvimento urbano, paralelamente à modernização de vários setores públicos e privados, traz consigo o aumento de bairros periféricos, de desemprego, insuficiência e deficiência no funcionamento dos serviços públicos, com especial ênfase aqueles relacionados à educação, saúde, habitação, segurança e lazer.

Nos anos que se seguiram à independência, se a estrutura do espaço urbano pouco mudou, a composição e a ocupação do espaço, em contrapartida, sofreram mudanças radicais. A maioria dos portugueses abandonou a cidade, regressando ao seu país ou emigrando para a África do Sul. As habitações deixadas foram nacionalizadas e alugadas diretamente à população moçambicana ou arrendadas a empresas estatais e privadas e, algumas, foram entregues às embaixadas. A cidade de “cimento” passou a albergar uma nova população, na sua maioria vinda dos subúrbios da capital e de outras regiões do país.

Ao longo dos anos que se seguiram à independência, a cidade aumentou o número dos seus habitantes, sem que houvesse um acompanhamento e ações planejadas visando alterações na estruturação do seu espaço urbano e das infra-estruturas herdadas da época colonial. A cidade de cimento manteve-se com as mesmas características físicas, mas com acentuada degradação de algumas infra-estruturas, e, nos bairros periféricos, onde já se encontrava a maioria da população local, deu-se um incremento da densidade populacional sem que, entretanto, estivesse resolvido o problema da implantação de serviços públicos.

²³(Jefferson apud Palen 1975:384) define a cidade primaz como “...aquela ‘esmagadoramente grande em comparação com as demais’ (...) A cidade primaz é a única digna de nota”

²⁴ (Hauser & Schonore, 1975: 34) consideram que “As diferenças de urbanização das atuais áreas em desenvolvimento podem surgir, de igual modo, de suas heranças coloniais. Em muitos países da Ásia, América Latina e África, as cidades são mais produto da experiência colonial, isto é, o resultado de fatores exógenos, de preferência ao desenvolvimento econômico nativo. Muitas vezes nações subdesenvolvidas possuem apenas uma cidade maior, ‘a cidade matriz’, que domina a situação urbana (...). A cidade matriz deve a sua origem e crescimento, em grande parte, à sua função de entreposto entre a colônia e o país soberano, de preferência a um crescimento econômico nativo”.

²⁵ Santos (1965), considera que os países em desenvolvimento são caracterizados por um crescimento rápido das cidades e um aumento d população urbana. O autor considera que apesar destes dois fatores representarem a vontade de progresso e prepararem o processo desenvolvimento desses países, através da existência de certos sinais de conforto, as ditas cidades apresentam uma desorganização acentuada do espaço urbano e insuficiência dos seus serviços públicos.

²⁶Mais esclarecimentos sobre cidades primazes ou primaciais, suas origens e características, assim como sobre diferenças na urbanização, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, podem ser encontrados, na obra de John Palen, O Mundo Urbano (1975)

Com o agravamento da guerra civil, a cidade foi crescendo em todas as direções, apesar da existência de uma nova divisão administrativa²⁷ e de acompanhar o plano de urbanização de 1969, novos bairros suburbanos vão crescendo desordenadamente, ocupando zonas de reserva, sem que os serviços urbanos consigam controlar a expansão desses locais que acolhem milhares de novos residentes, imigrantes ou mesmo aqueles que se “transferem” da “cidade de cimento” de volta à periferia, devido aos (relativamente altos) custos de vida da cidade. Nos antigos bairros periféricos, a imigração e o retorno das famílias a esses locais fez com que os poucos espaços suburbanos de lazer sejam disputados entre a atividade comercial e construção de habitações. O exemplo mais flagrante é o campo de futebol do “Xipamanine”, onde se desenvolveram algumas estrelas do futebol moçambicano (Eusébio, Mário Coluna, entre outros) que hoje encontra-se transformado em um “Dumba-Nengue”, isto é, mercado informal.

Com a Independência, esperava-se que todos pudessem usufruir dos mesmos direitos e benefícios sociais. Cremos, entretanto, que estes — advindos da prática cultural e desportiva — continuam a ser irrealis para a grande maioria, pois, não obstante a estrutura social da cidade ter sofrido grandes transformações (verificando-se que parte da população negra habita a cidade de cimento e as barreiras raciais de acesso aos espaços e instalações estejam abolidas), as características físicas da cidade e a distribuição assimétrica dos espaços e instalações desportivas permanecem inalteráveis.

Entendemos que possam existir vários condicionamentos, de ordem econômica, cultural e social que impeçam ou limitem o uso das instalações desportivas, tais como a falta de hábitos desportivos, a condição sócio-econômica, o problema de transporte e outros. Julgamos, entretanto, que a inexistência de um planejamento urbano adequado e de uma política desportiva visando corrigir as assimetrias na distribuição das instalações desportivas, assim como rentabilizar as existentes, tem contribuído para acentuar as desigualdades sociais. Segundo Marshall (1990), tais desigualdades vem crescendo desde a introdução do

²⁷Segundo dados da Comissão Nacional do Plano (CNP), a cidade de Maputo está organizada em 5 distritos urbanos (DUs): a cidade de cimento corresponde ao DU n.º 1, com 17 km², e os restantes 4 distritos urbanos correspondem ao subúrbio, com uma área de cerca de 80 km². Dados extraídos do INPF indicam que, em termos habitacionais e de ordenamento e disponibilidade de serviços, a cidade de Maputo é caracterizada pela existência de áreas urbanizadas que estão ordenadas, possuindo infra-estruturas completas, e que correspondem a 25,5% da área total da cidade. As restantes áreas são semi-urbanizadas e não-urbanizadas, caracterizadas pela inexistência de ordenamento e de infra-estruturas públicas e ocupam 74,5% da área da cidade.

Programa de Reabilitação Econômica introduzido em 1996 no país. Tal programa prioriza a economia do mercado em detrimento dos programas sociais.

Santos (1987), chama a atenção, sobre o aumento das desigualdades sociais provocadas por uma gestão da sociedade baseada prioritariamente sobre as leis do mercado, ao comentar que, *“Deixado ao exclusivo jogo de mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos”*(Santos, 1987:43) e conclui afirmando que a falta de equipamentos sociais nos bairros da periferia torna o espaço “desabitado”, como se as pessoas nem lá estivessem. O autor ainda comenta que, sem a intervenção do poder público, o habitante da periferia é duplamente condenado à pobreza, devido ao modelo territorial desigual que *“(...) afinal determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar”* (Santos:1987:115).

Acreditamos que a existência de um planejamento urbano, aliado a uma política desportiva voltada para as atividades de lazer, priorizando a mobilização da população para a prática desportiva e o uso das infra-estruturas desportivas disponíveis, permitiria a correção do desequilíbrio existente na distribuição dos bens e serviços desportivos e serviria para democratizar os serviços desportivos e para melhorar a qualidade de vida da população, assim como reduziria as desigualdades sociais.

Ao longo dos anos tem-se observado que, na cidade de Maputo, que os “espaços vazios”, alguns dos eram utilizados pelas crianças nas suas brincadeiras, e, mesmo alguns espaços desportivos, têm dado lugar a postos de gasolina, igrejas, habitações e outros edifícios, e não têm sido criados espaços alternativos para o uso da população durante o seu tempo livre.

2.2. Instalações Desportivas e Políticas Desportivas

2.2.1. Prioridades da Política Desportiva Colonial

Da mesma forma que o espaço urbano colonial refletia a segregação social e racial, onde se destacava a preocupação com a elevação cultural e melhoramento das condições de vida apenas da população de origem asiática e europeia, as políticas desportivas coloniais caminhavam na mesma direção.

Um estudo realizado pelos Serviços Provinciais de Educação Física Coloniais²⁸ defende a extensão dos benefícios sociais da atividade desportiva, concentrados apenas na população portuguesa, com o argumento de se evitar o desperdício financeiro, de um investimento, em uma população negra que não possuía tempo livre devido à sua precária condição econômica.

Quanto maior o desenvolvimento duma população no campo econômico e social, maior propensão haverá para a prática de atividades de ar livre e lazer. Normalmente só as populações com índice de nível de vida relativamente alto, dispõem de tempos livres que a levem à prática de tais atividades(Feio, 1978:91).

Mesmo sendo conhecido que o sistema sócio-cultural e educativo colonial excluía o nativo da aquisição de conhecimento e dos bens culturais, e apesar do estudo reconhecer o lugar e a importância da prática de atividades desportivas no tempo livre, assim como o papel da escola na implementação de hábitos desportivos, na sua parte final os autores recomendam que as ações de fomento desportivo sejam dirigidas para aqueles setores da população com um nível de vida mais elevado e àqueles cuja preparação sócio-educativa desse garantias de uma efetiva administração e utilização da instalação. Com recomendações torna-se evidente o uso de falsos argumentos para justificar a falta de interesse das autoridades coloniais com o bem estar dos nativos moçambicanos.

Dados recolhidos do documento, *Proposta de apresentação da Lei de Bases do Sistema Desportivo* (1996), indicam que o enquadramento desportivo e a regulamentação da atividade desportiva durante o período colonial eram feitos pelo decreto legislativo nº 1.670, de 4 de maio de 1957, apoiado pela lei nº 2.083, de 5 de junho de 1956, que previa a criação de condições conducentes ao desenvolvimento da cultura física da população, através da organização desportiva, orientação pedagógica e assistência médica aos participantes.

O documento acima citado, afirma que, em 1968, foi criado o Fundo de Fomento Gimno-Desportivo colonial que destinava verbas para a implantação de infra-estruturas,

²⁸Feio indica a existência de um estudo intitulado "*Assimetrias espaciais do desenvolvimento sócio-econômico de Moçambique e as atividades gimnodesportivas*", onde foram analisadas e feitas correlações entre as assimetrias distritais e indicadores econômicos e de níveis de vida da sociedade moçambicana colonial. Segundo feio os resultados deste estudo não foram divulgados na íntegra e apresenta somente alguns trechos do mesmo no seu livro - Noronha Feio, *Desporto e Política*, 1978.

apetrechamento e aquisição de instalações para a prática desportiva, bem como para a elaboração de projetos e outras obras, em benefício da coletividade, associações e núcleos desportivos carentes. Descreve-se que o principal suporte da prática desportiva recreativa e semi-profissional do sistema desportivo colonial assentava-se sobre uma organização associativa e clubista que era variável, de acordo com sua localização espacial na cidade, enquanto o desporto juvenil desenvolvia-se essencialmente nas escolas, sob a responsabilidade de organizações juvenis estudantis denominadas “Mocidade Portuguesa” e “Escoteiros”.

Fala-se em apoio a núcleos e associações carentes, não se explicita quais eram os tais núcleos carentes, entretanto com base na informação disponível não é difícil deduzir que os principais beneficiados das ações do decreto legislativo e do fundo de fomento colonial acima citado, eram os núcleos e clubes formados pela população portuguesa residente da cidade de cimento. Observa-se que esse setor da população encontrava-se rodeada de uma grande concentração de instalações desportivas, em detrimento dos residentes da região suburbana, os nativos moçambicanos, cujas zonas residenciais eram carentes em equipamentos desportivos culturais. Podemos observar também, que a organização desportiva e a utilização das instalações desportivas e culturais evidenciavam uma política de segregação social e racial bastante acentuada. A política colonial priorizava o desenvolvimento desportivo dos grupos sociais portugueses e apenas se interessava pelo desenvolvimento desportivo dos nativos que se revelavam talentosos.

2.2.1. Opções da política socialista

Tal como aconteceu com o sistema econômico, com a educação, saúde e todos os outros, o sistema desportivo sofreu mudanças profundas após a independência de Moçambique, em 1975. Logo após a independência, surgiram os primeiros pronunciamentos visando expandir a Educação Física e os desportos a todos os setores populares. Dados apresentados no I Conselho Coordenador da Política Sectorial dos Desportos (1996), indicam que os objetivos e a prática de atividades físicas e desportivas depois da independência, estavam direcionados aos *“novos interesses do processo revolucionário designadamente educação, formação e massificação desportiva visando a criação do homem novo e a consolidação da unidade nacional.”*. Viviam-se grandes momentos de euforia, o povo e os dirigentes encontravam-se empolgados com a vitória

sobre o colonialismo, acredita-se que tudo era possível de ser realizado. Os objetivos políticos no campo desportivo estavam voltados para a generalização desportiva, principalmente voltada da alta competição e representação do país no exterior, como forma de promoção internacional do país.

Nesse período, com a assessoria dos países socialistas, foram realizadas algumas ações visando alcançar os objetivos acima propostos. Acabou-se com as associações e clubes desportivos formados com base racial, expandiu-se a prática de atividades desportivas para os bairros da periferia, estimulou-se a participação feminina no desporto, desenvolveu-se o desporto dos trabalhadores e o desporto militar, realizaram-se jogos desportivos escolares com o envolvimento de todas as províncias do país, organizaram-se grandes eventos desportivos, iniciou-se a formação de técnicos desportivos, criaram-se as seleções nacionais e iniciou-se a participação em competições africanas com alguns resultados de destaque: o país passou a ser conhecido no exterior, fato que empolgou ainda mais os dirigentes a acreditarem sempre mais no desenvolvimento de atividades desportivas, visando a seleção de talentos para servir a alta competição desportiva.

Contudo, não foi possível o prosseguimento de tais realizações desportivas com a mesma intensidade que ocorreu nos primeiros anos da independência, devido a fatores de ordem social, econômica, política entre outras.

Acreditamos que um dos fatores fundamentais para que não fossem alcançados os objetivos propostos e para que a atividade desportiva, em poucos anos, começasse a decrescer, foi a carência de técnicos e dirigentes desportivos no mercado de trabalho, além do baixo nível da formação técnica e acadêmica do corpo técnico e administrativo do campo desportivo.

Nos primeiros anos da Independência Nacional, tinham ficado no país menos de dez professores de Educação Física, visto que os professores anteriores haviam acompanhado o êxodo da população portuguesa, ocorrido durante esse período. A análise estatística (Prista, 1981) realizada em 1981 revela que 76% dos técnicos desportivos da cidade de Maputo não tinham qualquer tipo de formação desportiva e 10% possuíam formação básica para orientar atividades de iniciação desportiva e competições. Quanto à formação acadêmica, os dados indicam que 53% dos técnicos desportivos possuíam apenas habilitações equivalentes ou inferiores ao ensino primário (4ª série), finalmente os dados estatísticos revelam que, por áreas de atividade desportiva, 66% dos técnicos formados trabalhavam no

área de iniciação desportiva, 48% na área escolar, 35% no desporto federado e nenhum técnico formado para a área de recreação.

A direção das instituições desportivas do país (clubes, associações, federações, entre outras) estava sob administração de um corpo técnico com grande vontade política, no entanto, sem experiência específica de gestão desportiva. Em consequência, começam a surgir vários problemas ligados a treinamento, orientação desportiva, gestão e manutenção das infra-estruturas desportivas, as quais passaram por um estado progressivo de degradação.

Tal como aconteceu em outros setores sociais, o desenvolvimento da atividade desportiva em Moçambique foi severamente afetado com o agravamento da guerra civil, na década de 80. Houve um decréscimo na economia do país em virtude da destruição das infra-estruturas econômicas e sociais, agravada pela imigração da população rural — cuja produção era a base econômica moçambicana — para os centros urbanos. No que se refere ao sistema desportivo, a crise econômica provocou problemas financeiros aos clubes, que, não conseguindo se manter, reduziram o número de equipas existentes, mantendo basicamente os escalões superiores voltados para a alta competição. Em termos de instalações desportivas, a situação agravou-se ainda mais. Uma das consequências diretas do êxodo rural foi a ocupação descontrolada do espaço urbano: vários espaços reservados para fins culturais e desportivos, assim como algumas instalações desportivas, foram ocupados pelos deslocados de guerra, sem que as autoridades que tutelavam o desporto, devido, provavelmente, à delicada situação política vivida, tomassem alguma medida para impedir tal acontecimento.

Com o intuito de estancar a crise desportiva, o governo toma a decisão de vincular os clubes desportivos às principais empresas estatais e ministérios, de modo a poderem receber apoio financeiro através dessas empresas. A curto prazo, essa decisão atingiu parcialmente os seus objetivos, pois permitiu que a atividade desportiva dos clubes continuasse e, além disso, possibilitou, que várias instalações desportivas fossem reabilitadas e que outras fossem construídas, porém a médio prazo a ligação clube-empresa teve alguns aspectos negativos, manifestados na dependência total dos clubes das empresas integradoras. Dentro desse quadro (Chabert, 1989) indica a existência de algumas imprecisões no quadro jurídico e legal e indefinição dos direitos e obrigações das empresas, por um lado, e dos clubes, por outro.

Como exposto anteriormente, a partir de 1986, o país sofreu mudanças na sua política econômica: foi aprovado o programa de reabilitação econômica e social (PRE), que alterou radicalmente todo o sistema econômico e social vigente. Foi introduzido no país um sistema de economia aberta, de forma que, as empresas estatais, antes geridas pelas leis de uma economia centralizada, ficaram sujeitas à competição das leis de mercado, sem qualquer protecionismo estatal. Essa reforma econômica criou problemas financeiros às empresas e ao Estado e, em consequência, optou-se pela privatização de algumas empresas.

Diante das novas regras econômicas, os clubes transformam-se em pesados fardos para as empresas, que se vêem impossibilitadas de apoiar e suportar os encargos desportivos nas mesmas proporções anteriores, e, em consequência, reduzem drasticamente as verbas para o desporto, e desvinculando-se dos clubes. Como consequência imediata dessas medidas, temos: a redução do número de modalidades desportivas praticadas, a extinção de várias equipes do desporto recreativo e, inclusive, da alta competição e, o abandono e degradação das instalações desportivas. Os clubes sobreviventes, não podendo contar com a proteção econômica das empresas e do Estado, vêm-se obrigados a alugar suas instalações para entidades religiosas ou de outros fins, com o intuito de arrecadar recursos financeiros. Essa solução seria viável se não houvesse o problema de algumas das instalações desportivas estarem a ser utilizadas destinadas, exclusivamente, para fins não desportivos, com o perigo de tal uso se perpetuar definitivamente e terminar com a transformação das instalações em outras sem fins desportivos.

Os acontecimentos do leste europeu, que culminaram com a queda do Muro de Berlim e do sistema socialista, agravaram ainda mais o quadro de deterioração do sistema desportivo moçambicano, uma vez que a nova situação política mundial fez cessar os apoios logísticos e técnicos para a área do desporto, ao quais provinham, em sua maioria, dos países socialistas.

Indubitavelmente a guerra, a movimentação das populações, os técnicos não-formados e as mudanças políticas e econômicas verificadas, são fatores objetivos que influenciaram o desenvolvimento desportivo de Moçambique. Existe, no entanto, em nossa opinião, um fator que tem influenciado negativamente e impedido a expansão da atividade desportiva no país e, em certa medida, tem contribuído para o estado atual de abandono, de ocupação indevida e de destruição das infra-estruturas desportivas. Estamos nos referindo à prioridade dada ao desporto de alta competição. Abrimos um parêntesis a fim de esclarecer

que não somos contra a alta competição, pois estamos cientes que ela faz parte do fenômeno desportivo e, como tal, deve ser apoiada, assim como o próprio desporto federado, que a suporta. No entanto, julgamos incorreto que a política desportiva, de um país com poucos recursos, esteja exclusivamente baseada em uma estratégia de apoio ao desporto voltado para a competição desportiva, na busca de falsos benefícios políticos.

Pires (1996) considera que nos mais diversos países, independentemente de seu tamanho, o desporto não tem sido uma atividade neutra, afirmando que o mesmo é utilizado pelos governos das mais diversas maneiras (entre elas, o desporto utilizado como instrumento de afirmação nacional). Pedro afirma que *“o desporto é um míssil político utilizado pelos governos para afirmar ou sedimentar a identidade nacional e para apresentar uma imagem favorável de determinado sistema nacional”* (Pedro, 1997:02).

As relações entre desporto e política podem ser observadas em diversos momentos: na realização dos Jogos Olímpicos de 1936, em que o desporto foi utilizado para afirmação do regime nacional-socialista; nos jogos de Barcelona de 1992, quando serviram para consolidar a unidade nacional espanhola; a não-escolha, para sede dos Jogos Olímpicos, de Pequim — como sanção política — ou de cidades do Leste Europeu, objetivando o não-reconhecimento da ideologia socialista; o apoio financeiro ao desporto, concedido pelo presidente John Kennedy ao Comitê Olímpico Americano em 1964, objetivava frear a supremacia soviética; além disso, vale ressaltar que nos países africanos, recentemente libertos da condição de colônia, o desporto é considerado um meio de afirmação da identidade nacional.

Segundo Pires (1996), a utilização do desporto como instrumento político é um fenômeno antigo, constituindo uma relação inegável e da qual dificilmente poderemos nos esquivar. O autor considera que o desporto é um instrumento que trabalha ao serviço dos interesses dos países e sustenta que o mesmo deve ser utilizado pelos respectivos governos; considerando entretanto que tal utilização será legítima, desde que feita de forma justa, ou seja, a utilização do desporto será legítima se beneficiar a sociedade como um todo e não somente parte dela.

Encontramos como exemplo da relação entre política e desporto em Moçambique, o uso deste como instrumento político de projeção internacional do país, investindo-se de vultosas somas de dinheiro na área da alta competição. Julgamos a prioridade dada ao desporto de alto rendimento ilegítima, pois a política desportiva nacional deveria visar,

prioritariamente, a generalização da prática de atividade desportiva entre a população, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida, o que não acontece atualmente. Acreditamos que uma opção desportiva virada às práticas desportivas não competitivas, permitiria um uso mais adequado dos poucos recursos financeiros de um país em desenvolvimento.

Em Moçambique, tal como acontece em grande parte dos países, o desporto - assim como a saúde a educação e a segurança social - constitui um direito que deve ser assegurado pelo Estado. A constituição da República Moçambicana (1990), em seu artigo nº 93, declara que a Educação Física e o Desporto constituem um direito de todo o cidadão, realçando que é dever do Estado a promoção de sua prática e difusão através das instituições desportivas e escolares. Observa-se, entretanto, que, ao longo dos anos, o gozo desse direito tem sido realidade para uma minoria.

Pretendendo entender as principais linhas políticas que têm orientado o sistema desportivo em Moçambique, centramos nossas atenções em alguns exemplos relevantes da política desportiva do país, depois da independência, e, sobretudo, no Programa de Governo da República de Moçambique para 1995-1999.

O Programa do Governo para a área do desporto, indica que o governo dará prioridade à Educação Física e ao Desporto, por estas atividades cumprirem funções relacionadas com o desenvolvimento físico e mental dos cidadãos, além de servir de instrumento para reforçar a unidade nacional e consolidar a cooperação internacional. Nesse discurso, denota-se a concepção de desporto como instrumento político de afirmação da identidade nacional. A seguir, o documento expõe os seguintes objetivos governamentais para a área desportiva:

- a) Fomentar o desporto para todos, através do alargamento da rede de oferta desportiva, em todas as suas vertentes, e da promoção da prática desportiva para todos os cidadãos;
- b) Melhorar os níveis de alto rendimento;
- c) Reduzir as assimetrias regionais;
- d) Reforçar a solidariedade nacional e internacional.

A principal estratégia adotada pelo governo para implementação do seu programa é o incentivo ao associativismo desportivo, através da formação de clubes e núcleos

desportivos como estruturas de base para o desenvolvimento desportivo, passando o Estado a desempenhar um papel de coordenador e legislador das iniciativas da sociedade civil.

Se por um lado o governo passa a responsabilidade do desenvolvimento desportivo para a sociedade civil, dando a ela a autonomia de definir sua própria política voltada aos seus interesses, por outro lado contraria essa “autonomia”, ao determinar e priorizar o apoio do desenvolvimento de três modalidades desportivas com base em critérios relacionados à performance desportiva. É sabido que a eleição do atletismo, do basquetebol e do futebol baseou-se nos bons resultados obtidos em competições africanas (no caso do atletismo e do basquetebol) e nos impactos social e político (no caso do futebol). O programa estabelece, ainda, que o apoio às demais modalidades será dirigido apenas aos talentos que se forem revelando. No Programa do Governo (1995-1999) observa-se claramente que governo não abre mão da utilização do desporto com fins políticos – isso fica bem claro ao estimular a alta competição, argumentando que “ *a participação do país nas competições regionais e internacionais (...) é um contributo para a afirmação, prestígio e referência condigna*”.

Para o cumprimento dos seus objetivos e realização do programa, o governo definiu um quadro dos principais campos de atuação, a saber: ordenamento jurídico; infra-estruturas, material e equipamentos desportivos; formação de professores de Educação Física e técnicos desportivos, investigação; cooperação e intercâmbio desportivo.

No âmbito do ordenamento jurídico, entre outras atividades, o governo elaborou a Lei de Bases do Sistema Desportivo (1998) . No Cap. IV da referida lei, está definido o Sistema Desportivo Nacional, estruturado da seguinte forma: Subsistema do Desporto de Rendimento — abrange toda a atividade desportiva formal praticada nos clubes desportivos enquadrados pelas respectivas federações desportivas nacionais; Subsistema do Desporto para Todos — conjunto de atividades lúdicas e esportivas de Educação, Formação e Manutenção Física, praticadas em núcleos desportivos dos estabelecimentos de Ensino e Formação, no trabalho, nos locais de residência e nas forças de defesa e segurança; presídios e iniciativa privada.

No domínio de infra-estruturas, materiais, e instalações desportivas, o governo propôs-se:

- 1- elaborar do atlas desportivo nacional dados sobre os fatores do desenvolvimento desportivo, humanos e materiais;

- 2- estabelecer um plano integrado de reabilitação, manutenção, construção e gestão das infra-estruturas desportivas públicas, levando em conta, para tanto, o meio ambiente e as potencialidades locais, com duplo objetivo de otimizar os espaços desportivos existentes e criar outros que respondam às necessidades da população;
- 3- incentivar iniciativas privadas e do movimento associativo que tenham por objetivo ampliar a rede desportiva, além de dotar o mercado nacional de equipamento e material desportivo.

Somos da opinião que apesar do programa do governo abranger todas as áreas e privilegiar a generalização desportiva, as ações governamentais contrariam os objetivos propostos em seu plano. Analisando os argumentos apresentados na fundamentação da Proposta de Apresentação da Lei de Bases do Sistema Desportivo (1996) e o plano de realizações do governo, destaca-se um predomínio de ações voltadas para a prática e o estímulo da alta competição. Observa-se a predominância de uma concepção de estrutura desportiva baseada no modelo piramidal (Betti, 1991), em que o subsistema de Educação Física Escolar e Atividade Física de Lazer fica subordinado aos objetivos do desporto de alto rendimento, dificultando, assim, sua valorização como áreas autônomas, que possuem objetivos próprios. Este tipo de modelo, o qual pressupõe a existência de uma base de praticantes maior que o topo, fica ainda mais comprometida quando a maior parte das verbas são canalizadas para as atividades de alto rendimento desportivo.

Os problemas causados pelo apoio ao desporto de alto rendimento, podem ser encontrados na análise estatística de Prista (1981), dirigente desportivo dos Serviços de Educação Física e Desporto da Cidade de Maputo, na década de 80, o seu trabalho revelou a existência de pouca massificação desportiva em Moçambique, indicando como umas das principais causas o apoio exclusivo aos talentosos. O referido dirigente, naquela ocasião, afirmou:

A verdade porém é que nas condições de hoje, a massificação não se realizará não só pelos problemas sócio-culturais-econômicos, mas também porque em face a estes não respondemos ainda com ações que minimizem os obstáculos à massificação desportiva. Citamos por exemplo a concepção sob o prisma exclusivo de alta competição

(subdesenvolvida na prática) e a conseqüente dotação de meios só para esta atividade. (Prista, 1981:13).

Os anos passaram-se e, apesar desse alerta, pouco mudou na política desportiva nacional, e, conforme mostram vários exemplos, ainda estamos longe da democratização da prática de atividades desportivas em nosso país.

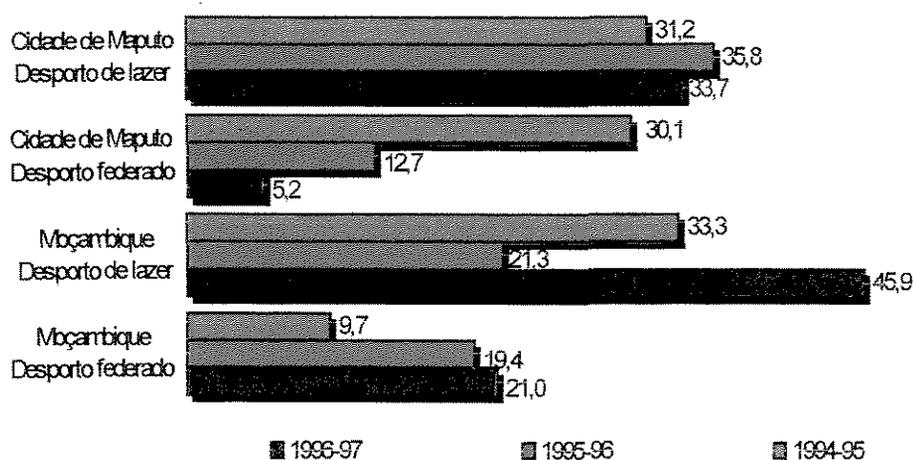
O Balanço Preliminar do Programa Quinquenal do Governo (1999), indica que, entre 1994 e 1998, na área do desporto, realizaram-se vários projetos visando a generalização da prática de atividades desportivas. O referido documento destaca, a abertura de vários núcleos desportivos, a grande movimentação de alunos ligados aos jogos escolares e a realização de torneios desportivos juvenis. Através do sistema desportivo montado, entende-se que o principal objetivo desses eventos é a descoberta de novos talentos e, conseqüentemente, caracterizam-se pela participação das crianças mais habilidosas, ficando as “menos dotadas” vetadas de participar de tais eventos. O resultado imediato dessa política voltada para os mais talentosos pode ser observado no crescimento insignificante do número de praticantes de atividades desportivas.

Apesar do documento atrás referido, assinalar o crescimento da generalização desportiva, podemos observar, pelo Gráfico 1, que, o número de praticantes de desporto de competição no país se manteve, ao passo que, na cidade de Maputo houve um decréscimo. Observa-se ainda que, em relação ao número de praticantes de atividades desportivas de lazer, no país, como um todo, houve um crescimento significativo, enquanto que, em Maputo o crescimento foi insignificante, chegando a diminuir em 1997. Estes decréscimos não é evidenciado no relatório, assim como não são apontadas as causas do mesmo.

De modo geral, observa-se que estamos distantes da generalização desportiva, pois o crescimento assinalado para o país na área de atividades desportivas de lazer torna-se insignificante, na medida em que mais de 50% desse crescimento refere-se à movimentação dos jogos escolares.

Quanto a nós, acreditamos que a fraca generalização da prática desportiva, deve-se, em certa medida, aos poucos recursos financeiros destinados para a área, ao mesmo tempo que, periodicamente assistimos, nos diversos órgãos de informação, às declarações de dirigentes governamentais, através das quais divulgam os altíssimos valores das verbas

Gráfico 1 - percentagem de crescimento / praticantes desportivos



destinadas à preparação das seleções desportivas nacionais e à sua participação em competições internacionais. Nas instâncias do Ministério da Cultura, Juventude e Desporto e suas direções provinciais, não há repasse de verba para o Departamento de Recreação e Desporto Para Todos, o que acarreta no arquivamento de vários projetos de promoção desportiva para a comunidade.

Outra ação que demonstra o desencontro das operações governamentais, em relação à expansão de atividades culturais e desportivas no seio da população, pode ser constatada no Parque dos Continuadores, localizado perto de três bairros residenciais. Antes de ter sido reabilitado, esse parque de propriedade pública era freqüentado por centenas de populares em suas horas de lazer, no entanto, após sua reabilitação, que visou acolher os III Jogos Desportivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, passou a ser interdito à população em geral. Desde então, o parque destina-se apenas à realização de eventos desportivos nacionais e internacionais e para o treinamento de atletas federados e alunos que estão se preparando para as seleções nacionais. Estamos perante o uso indevido – privatização- de um bem público.

Não conseguimos apurar as razões da construção do único “circuito de manutenção”²⁹ de acesso livre a toda a população, numa área predominantemente comercial da cidade de cimento, onde já existem várias outras instalações desportivas. Julgamos que a localização do circuito nessa área não foi a melhor opção, em virtude desta ser isolada dos centros residenciais mais populosos e por não possuir condições de segurança no período noturno. Entendemos que perdeu-se uma grande oportunidade de realização de um investimento que poderia vir a beneficiar um maior número de pessoas, pois a presente localização do circuito aumentou a concentração de instalações em uma mesma área, mantendo-se os residentes da periferia carentes em instalações desportivas. Não conhecemos nenhuma avaliação sobre os usuários do circuito, e não realizamos nenhuma observação sistematizada sobre o local, mas com base e, algumas visitas efectuadas ao circuito, podemos constatar que o mesmo é usado por atletas dos clubes das redondezas e por alguns populares residentes nas proximidades além de outros que dispõem de meio de transporte próprio. (sugere-se a realização futura de estudos sobre a instalação, para averiguar o seu uso).

Quanto ao plano de reabilitação das instalações desportivas, dispomos de poucos dados da Direcção Nacional do Desporto. Apesar disso, obtivemos informações de que o governo planejava a reabilitação de alguns campos polivalentes cobertos da cidade, pertencentes aos clubes que se dedicam à alta competição.

Embora o discurso do Governo incluía o desenvolvimento desportivo e a prática desportiva generalizada, através dos exemplos acima expostos, entendemos que o desenvolvimento desportivo governamental resume-se ao sistema de desporto de rendimento. Constatamos que o governo prioriza financeiramente esse desporto e utiliza-o como forma de afirmação da identidade nacional no exterior, esquecendo-se, entretanto, que, mais necessário do que o país ser conhecido como um expoente desportivo, é a existência de condições que possibilitem, a todos os habitantes, a prática de atividades culturais e desportivas, em seus respectivos bairros, resultando, assim, em benefícios sociais imediatos e reais.

Pires (1996) considera que *desenvolvimento* é um conceito de ordem qualitativa de grande complexidade, no qual está incluído, além do direito à educação, à saúde, à cultura ,

²⁹ pista para realização de caminhadas e corridas, alternadas com locais de realização de exercícios localizados

ao lazer e à felicidade, o desporto e as suas práticas, como componentes fundamentais para a construção e melhoria da qualidade de vida das populações. O autor afirma que não basta injetar dinheiro no sistema desportivo, principalmente no sistema federado, para se falar em desenvolvimento do desporto. O conceito de desenvolvimento do desporto deve ser entendido numa perspectiva global, ou seja, segundo o autor, desenvolvimento desportivo:

(...) significa antes de mais a criação das condições de acesso à pratica desportiva das populações, na medida em que o desenvolvimento não tem por objetivo exclusivo satisfazer as necessidades materiais do Homem mas, sobretudo, melhorar as suas condições de vida e contribuir para as suas aspirações no geral, como o é, entre outros, o direito à prática desportiva (Pires, 1996:165).

Pires (1996) considera que o desenvolvimento deve proporcionar às pessoas, independentemente do lugar onde habitam, o direito ao acesso as instalações que lhes fornecem os bens e os serviços, quer sejam eles de desporto ou de outra natureza. É pôr esse motivo que o desenvolvimento deve garantir, a todos, as oportunidades para satisfação das necessidades de cultura, lazer e desporto.

O apoio governamental predominante no desporto de alto rendimento constitui, a nosso ver, uma barreira para a expansão das atividades desportivas de lazer e um incentivo para o estado de destruição e utilização precária das instalações desportivas, uma vez que os poucos recursos financeiros existentes são canalizados para a preparação das seleções nacionais e organização de eventos. Observa-se que as justificativas para o fraco desenvolvimento desportivo e para a fraca generalização da prática desportiva são sempre as mesmas: a guerra, a crise econômica e a falta de verbas, entre outras. Não descartamos estes fatores, e até mesmo consideramos, que os mesmos contribuem para a falta de recursos financeiros para o desporto e para outros programas sociais. Por isso, somos defendemos a (re)inversão das prioridades desportivas do país, pois, julgamos ser necessário que os parques fundos desportivos sejam melhor direcionados, isto é, para as ações que melhorem a qualidade de vida da população através do desporto e não somente para a busca de medalhas e a aquisição de um falso prestígio internacional.

Concordamos com as idéias de desenvolvimento desportivo e elaboração de novas políticas desportivas, expostas por Pires (1996), quando afirma que:

O desenvolvimento representa uma determinada idéia de mudança, de um dado sistema social. Obriga à definição do tipo de sociedade desportiva, que se procura atingir. Pressupõe progresso social no sentido de uma sociedade melhor para que todos tenham acesso às suas vantagens. O desenvolvimento alcança fins que transcendem o econômico e que servem à justiça social, à educação, à saúde, à cultura ou ao desporto. Não chega a alimentar ‘as massas’ com o espetáculo desportivo e alguns resultados de valor internacional para que possamos falar em desenvolvimento.(...) que interessa ganhar muitos campeonatos se cada vez menos gente pratica desporto (Pires, 1996:65).

Segundo o autor, o desporto, o lazer e a recreação têm de ser considerados não como meros instrumentos de exercício do poder, e sim como condições indispensáveis para uma boa qualidade de vida das populações (nela incluindo o desporto e a dimensão de auto-estima de um povo, que passa, necessariamente, pela identificação com os valores da sua história e da sua cultura). O autor considera ainda que o desporto assume-se como um instrumento estratégico, utilizado das mais diversas formas pelos governos centrais no mundo inteiro, acrescentando que pode e deve também ser utilizado pelas estruturas políticas de outras dimensões, como as câmaras municipais integradas, na medida do possível, nos processos de desenvolvimento econômico e social das suas regiões.

2.2.3. Política Municipal – uma esperança que surge

O desporto não deve ser tomado somente como *desporto formal* (voltado preferencialmente para a alta competição), caso se pretenda melhorar o bem-estar geral do cidadão. Torna-se, então, necessário ter presente a existência de outras realidades desportivas.

A crítica à prioridade governamental pelo desporto de alto rendimento não é preocupação exclusivamente nossa; esta opção governamental tem sido criticada por pesquisadores de outros países. Pires (1996) alerta que, para os poderes políticos centrais, “*vale quem rende e quem pode dar mais valia política, pelo que a generalização da prática desportiva é assunto que não tem interessado à grande maioria dos políticos*”(Pires, 1996:120) e considera que, perante um quadro de desenvolvimento desportivo em que a política central privilegia o desporto de alta competição, os municípios

acabam tendo uma responsabilidade acrescida, com o processo de desenvolvimento desportivo voltado para a ocupação do tempo livre do cidadão.

O autor considera que o poder local tem uma responsabilidade na configuração do desporto para o futuro, erguendo-se contra a política do governo central (voltada para a alta competição), e, afirma que os municípios surgem como entidades capazes de retemperar as assimetrias desportivas provocadas pelo Estado Central:

Perante o desinteresse do Estado Central (...) as autarquias surgem, assim como uma réstia de esperança para todos aqueles que desejam praticar desporto sem terem de se sujeitar ao modelo de rendimento, da medida, do recorde, do espetáculo e do profissionalismo. (...) deve competir às autarquias que, numa forma geral, estão em comunhão directa com os cidadãos eleitores, estabelecer as devidas correções no Sistema Desportivo, criando as condições de acesso a pratica desportiva para a generalidade das pessoas. (...) as autarquias não podem ser meras estruturas repetidoras a nível local, dos erros e dos excessos, que são cometidos a nível nacional (Pires, 1996: pp.120-129).

Isto posto, julgamos que a recente criação de municípios, em Moçambique, constitua uma saída para o atual estado de desenvolvimento desportivo do país, com as atenções governamentais essencialmente voltadas para a alta competição. A criação de municípios com autonomia na gestão de seus recursos e na definição de sua política social constituirá uma esperança na edificação do bem-estar do cidadão, se não forem repetidos os equívocos da política governamental.

A implementação de municípios, em Moçambique, constitui um fenômeno recente no quadro administrativo do país. O Quadro Institucional dos Distritos Municipais só foi instaurado em 1994, pela Lei nº 3/94, e, as primeiras eleições municipais realizaram-se no primeiro semestre de 1998 em todo o país.

Como fato social e administrativo recente, ainda não existem muitos documentos, programas e políticas elaboradas em relação a cada um dos municípios. Para a realização de nossa pesquisa, trabalhamos apenas com os documentos existentes na época, a saber: o Quadro Institucional dos Distritos Municipais (1995) e o Plano de Actividades Culturais e Desportivas para a Cidade de Maputo (1998).

O Quadro Institucional dos Distritos Municipais esclarece que a municipalização do território faz parte do projeto de reforma administrativa governamental (caracterizado pelo

processo de descentralização) e considera a mesma como parte integrante da democratização multipartidária e das reformas econômicas. Segundo o documento, este processo visa reverter o princípio geral do sistema administrativo até então implementado no país, caracterizado pela centralização do poder de decisão nos órgãos centrais do Estado, passando a conceder determinada autonomia de decisão aos órgãos locais, representativos da comunidade e escolhidos democraticamente em eleições multipartidárias.

O Art. 1 define os distritos municipais como pessoas coletivas públicas de população e território, dotados de órgãos representativos e executivos que visam, de modo autônomo, satisfazer aos interesses das comunidades correspondentes.

O art. 3 estabelece que são atribuições (áreas ou fins de atuação) de exercício mínimo obrigatório dos distritos municipais, a realização de tudo aquilo que se refira aos interesses específicos, exclusivos ou não, das respectivas populações. Entre os vários desígnios de obrigação mínima, selecionamos os seguintes:

- a administração de bens próprios e a seu cargo;
- a promoção do desenvolvimento;
- a gestão de terras;
- a ordenação, gestão e execução de disciplina urbanística;
- os parques, jardins e mobiliário urbano;
- a cultura;
- o património físico e cultural;
- o(s) tempo(s) livre(s) e o desporto;
- o planeamento físico;
- a saúde.

Como garantia da descentralização e autonomia municipal, a lei institui a transferência de recursos financeiros e humanos do Estado, em favor dos municípios. O Art. 60 estabelece autonomia financeira aos municípios, através da atribuição, a cada um destes, de um regime financeiro e patrimonial próprio, assim como a posse de orçamentos próprios, elaborados e geridos pelos órgãos locais. Além disso, são estabelecidos poderes aos municípios para criar ou gerar receitas próprias para o seu sustento e desenvolvimento.

Creemos que esta nova disposição administrativa e a concessão de autonomia financeira, na definição de políticas de desenvolvimento social proporcionem condições

para a inversão do atual quadro desportivo voltado à alta competição, para uma situação que privilegie a ocupação do maior número de cidadãos em atividades culturais e desportivas, durante o seu tempo livre.

A análise do Plano de atividades culturais e desportivas para a cidade de Maputo parece indicar a existência de uma preocupação predominante, por parte dos dirigentes municipais, no sentido de estimular o desenvolvimento de condições para a generalização da prática de atividades culturais e desportivas de tempo livre de seus munícipes.

Tal plano apresenta os seguintes objetivos gerais:

- maximizar e difundir a prática de atividades desportivas e culturais na cidade de Maputo;
- capacitar os recursos humanos e criar condições materiais necessárias para a realização e dinamização da prática de atividades culturais e desportivas;
- estimular a formação de associações culturais e desportivas de base, nos bairros da cidade.

De acordo com o sistema de desenvolvimento cultural e desportivo moçambicano, o referido plano definiu objetivos específicos por área de intervenção, a saber:

Para a área escolar :

- apoiar o desenvolvimento de programas culturais e de jogos desportivos escolares de massificação juvenil, na cidade;
- incentivar a utilização plena das instalações culturais e desportivas localizadas nas escolas.

Para desporto e cultura de massas:

- maximizar a utilização das instalações culturais e desportivas e outros recursos existentes na cidade, em atividades culturais e desportivas de tempo livre;
- facilitar e estimular a construção de instalações culturais e desportivas, utilizando material de baixo custo de investimento e de manutenção;
- facilitar a promoção de eventos culturais e desportivos;

- promover campanhas de esclarecimento e mobilização para a prática de atividades culturais e desportivas.

Para o desporto federado e as atividades artísticas profissionais:

- apoiar e estimular os clubes desportivos e associações culturais;
- promover atividades de formação que elevem o nível profissional dos técnicos e dirigentes;
- promover intercâmbios culturais e desportivos regionais, nacionais e internacionais;
- apoiar e incentivar os grupos artísticos e desportivos de representação da cidade;
- conceder facilidades à produção de material cultural e desportivo.

O documento sustenta que o objetivo principal do município é o desenvolvimento de ações culturais e desportivas capazes de contribuir para maior e melhor formação do cidadão e para a ocupação dos seus tempos livres em atividades de lazer. O plano indica que dirigirá as suas ações preferencialmente as zonas periféricas, definindo que o apoio financeiro será localizado na divulgação de atividades e na disponibilidade de infra-estruturas.

Como forma de otimizar os recursos existentes, o documento recomenda a realização de ações ligadas à pesquisa sócio-cultural, ao património físico, cultural e desportivo e a diferentes formas de expressão cultural e desportiva; recomenda, ainda, que o modelo de ação municipal tenha o envolvimento das associações culturais e desportivas, bem como das iniciativas privada e estatal.

Para alcançar seus objetivos, as autoridades municipais propõem, ainda, as seguintes ações:

- promoção de campanhas de publicidade, de esclarecimento e mobilização das comunidades para a prática das atividades culturais e desportivas.
- mobilização de voluntários para a organização e realização das atividades.
- sinalização e aproveitamento de espaços livres, áreas verdes, parques e praias da cidade, para a prática de atividades culturais e desportivas.
- recuperação ou adaptação de áreas verdes, na zona periférica da cidade, em cooperação com a comunidade local.

Por ocasião da realização deste estudo, a estrutura administrativa do município ainda estava sendo montada, o Plano de Atividades Culturais e Desportivas para a Cidade de Maputo ainda não tinha sido implementado, portanto, não pudemos nos debruçar sobre os seus resultados. Contudo, julgamos que esta pesquisa pode contribuir para o conhecimento da situação desportiva da cidade quanto às suas infra-estruturas desportivas, bem como para o estabelecimento de ações que possibilitem a otimização das instalações desportivas públicas.

CAPÍTULO 3

DIAGNÓSTICO SOBRE AS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DA CIDADE DE MAPUTO:

Constamos que, de um modo geral, a cidade de Maputo apresenta várias desigualdades na organização e distribuição do seu espaço urbano que devem ser corrigidas. No entanto, pouco se sabe sobre as proporções em que se encontra distribuído e como é utilizado o equipamento cultural e desportivo na cidade. Em consequência da falta de informação, tem se observado o desenvolvimento de ações que acentuam as desigualdades sociais existentes.

Vários autores concordam que a correção das assimetrias existentes no espaço urbano e na oferta de serviços públicos só se torna possível através de um diagnóstico que vise conhecer os recursos existentes. É nesse sentido que, no presente capítulo, procuraremos descrever e analisar a situação do parque desportivo da cidade de Maputo, considerando a informação adquirida nos capítulos anteriores, sobre o espaço urbano e sobre os fatores que influenciam o uso das instalações desportivas.

Nesta primeira parte, apresentaremos a divisão administrativa da capital moçambicana, bem como alguns aspectos relacionados ao seu espaço urbano; procederemos à avaliação quantitativa das instalações desportivas, quanto a seu tipo, proprietários, propriedade e distrito urbano; em seguida, verificaremos a proporção entre o número de habitantes por instalação desportiva. Na segunda parte, realizaremos a avaliação qualitativa - no que se refere à iluminação, piso, vestiários, grupos de usuários, períodos e taxas de uso - das instalações desportivas das escolas públicas.

3.1. Divisão Administrativa da Cidade de Maputo

Como foi exposto no capítulo dedicado ao desenvolvimento histórico moçambicano e às políticas desportivas, constatou-se que as origens das assimetrias do espaço urbano da cidade de Maputo são, principalmente, fruto da herança colonial. O espaço urbano foi construído baseado na segregação social e racial existente na sociedade colonial. A cidade era formada por uma área - bem urbanizada, com forte concentração de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação, culturais e desportivos - denominada de "*cidade de cimento*" e outra parte da cidade - não urbanizada, carente em serviços públicos - denominada "*bairros de caniço*". Vimos também que com a independência, a estrutura do espaço urbano mudou apenas com relação à sua ocupação: uma parte da população

negra que antes habitava a periferia passou a habitar a cidade de cimento, porém, a maioria permaneceu nos bairros suburbanos. Além disso, um número crescente de pessoas, provenientes do campo ou “expulsos” da cidade de cimento por não conseguirem suportar os altos custos de vida, aumentou a população desses bairros.

Até 1985, a cidade de Maputo estava integrada na província de Maputo, que no conjunto era formada por 8 distritos urbanos e vários distritos rurais. Com a introdução da nova divisão administrativa do país, a cidade de Maputo ganha autonomia de província, e passa a ter uma nova divisão administrativa interna. A cidade passa a estar formada por 5 (cinco) Distritos Urbanos (DU.s) e no conjunto é formada por 71 (sessenta e um) bairros residenciais . Dados II Recenseamento Geral da População (1997), divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, revelam que no censo realizado em 1997, a cidade possuía 966.837 habitantes.

Em termos administrativos a cidade em cinco áreas (distritos), cuja distribuição populacional a superfície urbana em hectares (ha), pode ser vista na Tabela 5 . Quanto ao nível de urbanização o Resumo do Plano Estrutura da Cidade de Maputo (1985), indica que a cidade está dividida em 3 áreas, de acordo com o tipo de habitação, ordenamento urbano e disponibilidade de infra-estruturas.

Tabela 5 – Superfície urbana de Maputo

Divisão administrativa	População (em 1997)	Superfície Urbana	Densidade demográfica
Distrito Urbano (DU) nº 1	154.284	1133,3 ha	136
Distrito Urbano (DU) nº 2	162.750	687,0 há	237
Distrito Urbano (DU) nº 3	210.551	1043,3 ha	202
Distrito Urbano (DU) nº 4	228.244	1811,0 ha	126
Distrito Urbano (DU) nº 5	211.008	1570,0 ha	134
Total da cidade	966.837	6244,6 ha	155

Fonte: Serviços de Endereçamento da Cidade de Maputo (1998)

Áreas urbanizadas possuem estrutura urbana ordenada, infra-estruturas públicas completas e casas permanentes. A principal área urbanizada é a da cidade de cimento, que corresponde a grande parte do DU nº1, com preponderância em habitações altas e densidade populacional média de até 300 habitantes por hectare (ha). As outras áreas urbanizadas estão dispersas e correspondem a uma pequena parcela dos distritos urbanos nº 5 e 4, com densidades populacionais menores.

Áreas semi-urbanizadas são aquelas com estrutura urbana ordenada, porém com infra estrutura deficiente e casas com caracter provisório. As áreas semi-urbanizadas são principalmente as novas malhas urbanas na periferia da cidade e algumas áreas reordenadas dos distritos urbanos nº 3, 4, 5.

Áreas não-urbanizadas têm estrutura totalmente desordenada, carecendo de infra-estruturas e serviços públicos, e as casas, em sua maioria, encontram-se em condições precárias. As áreas não-urbanizadas localizam-se principalmente nos distritos urbanos nº 2 e 3, embora existam pequenas áreas não urbanizadas nos restantes distritos.

Os principais problemas da cidade, apresentados pelo Instituto Nacional do Planeamento Físico, são:

- 1- Desequilíbrio nas condições físicas, com 25% da população vivendo em áreas urbanizadas, as quais constituem a menor superfície da cidade. A maior parte da cidade é composta por áreas não-urbanizadas e áreas semi-urbanizadas, que albergam aproximadamente 75 % da população;
- 2- Fraca base econômica (uma vez que a concentração dos postos de trabalho encontra-se nos distritos nº 1 e 2 e na província de Maputo) e aumento do desemprego;
- 3- Relação fraca entre áreas habitacionais e postos de trabalho, agravada pela carência de transportes públicos;
- 4- Centralização das infra-estruturas em direção à cidade de cimento (habitações permanentes, equipamentos sociais, comércio, rede de transporte);
- 5- Ocupação descontrolada do espaço urbano;
- 6- Diminuição da capacidade de manutenção das infra- estruturas públicas.

3.2 - Avaliação Quantitativa das Instalações Desportivas

Constada a importância e a necessidade de se conhecerem os recursos existentes para a projeção de políticas desportivas voltadas para o lazer, procederemos a avaliação quantitativa visando verificar a situação real das instalações desportivas nos distritos urbanos, a fim de identificar os distritos mais carentes. Tencionamos, com isso, apurar as potencialidades e a natureza da oferta desportiva de cada distrito urbano, quanto ao tipo de instalação desportiva, proprietários das instalações e a proporção entre o número de habitantes por instalação desportiva em cada distrito.

É importante esclarecer, novamente, que em nosso estudo utilizaremos o termo *instalação desportiva* para nos referirmos à infra-estrutura, ou superfície específica, sinalizada, onde se pratica alguma atividade desportiva, com os respectivos anexos.

As instalações desportivas podem ser classificadas de acordo a dimensão do recinto de jogo, marcação existente ou de acordo a predominância da prática de uma modalidade desportiva, associando-se à instalação o nome da modalidade em causa (pôr exemplo, *campo de futebol, campo de rugby*). Tendo em conta os pontos apresentados classificamos as instalações desportivas da cidade de Maputo do seguinte modo:

- *Grandes campos de jogos*: instalações ao ar livre, com dimensões superiores a 90x45 metros, que se destinam à prática do futebol, hóquei em campo e rugby, podendo os pisos serem do tipo gramado, ou sem grama;
- *Pequenos campos de jogos*- instalações ao ar livre ou cobertas, com dimensões aproximadas de 20x40 metros, que se destinam à prática de Handebol, Basquetebol, Voleibol, Futebol de Salão, badminton, etc. Devido à multiplicidade de modalidades praticadas no seu interior, os pequenos campos de *jogos (quadra de jogos)* são ainda chamados de *campos polivalentes (quadras poliesportivas)*. Quando localizados ao ar livre, denominam-se *campos polivalentes descobertos (quadras poliesportivas descobertas)* e, possuindo cobertura, são chamados *pavilhões desportivos*
- *Ginásios* – instalações cobertas para a prática de ginástica, dança e artes marciais (com dimensões ligeiramente inferiores aos pavilhões, em comprimento e altura);

- *Piscinas* – instalações preenchidas com água, de dimensões e profundidade variáveis, cobertas ou não, destinadas à prática de modalidades desportivas aquáticas.

- *Especiais* – instalações com dimensões, superfície e construção bastante específica, normalmente destinadas à prática de desportos e atividades peculiares, entre os quais, aeródromos, autódromos, pistas de ciclismo, campos de golfe, hipódromos, circuitos de manutenção física, parques de campismo, carreiras de tiro com pistola ou arco, etc.

- Ao longo de nossa pesquisa constatamos a existência de vários espaços, de propriedade escolar ou municipal, usados para a prática desportiva sem que, entretanto, tais espaços apresentem o piso especificamente trabalhado para fins desportivos. Decidimos incluir tais espaços no nosso levantamento como instalações desportivas, denominando-os *espaços improvisados*, devido à sua importância como espaços de prática de atividades culturais e desportivas – são únicos em determinados bairros ou escolas – e porque suas dimensões e características físicas são idênticas às características das instalações desportivas.

Julgamos conveniente esclarecer que não foram incluídos, no grupo dos espaços improvisados, aqueles que apesar de usados diariamente ou aos fins de semana pela população para a prática desportiva, não possuem sinalização ou características propícias a essa finalidade e coincidem, às vezes, com outras atividades ou põem em perigo a vida dos seus praticantes. A título de exemplo, temos as ruas, calçadas, pátios dos prédios, jardins e praças públicas .

Apesar das praias constituírem espaços de lazer, usados pela população durante o seu tempo livre, as mesmas não foram incluídas no censo pelo fato de possuírem características bastante peculiares: não possuem nenhum tipo de demarcação ou sinalização desportiva, são espaços muito extensos e fogem às características das instalações desportivas, ou seja, do tipo de instalações que pretendemos analisar. Por isso sugerimos a realização de um estudo sobre o seu uso enquanto equipamento de lazer, em separado.

Embora as praias não façam parte do nosso objeto de estudo, faremos um parêntesis a fim de realizar uma breve descrição das mesmas como parte do espaço urbano da cidade.

A cidade de Maputo, está construída numa baía e possui várias praias. O acesso às praias depende da sua localização e do poder econômico do cidadão. Por um lado, temos praias de acesso relativamente fácil à população, por se localizarem próximas à cidade de cimento, como é o caso das praias do Mira Mar e Costa do Sol. Localizadas ao longo dos DUs n.º 3 e 4, o acesso a estas praias é feito normalmente através da rede de transportes públicos e privados existentes na cidade, porém nem sempre ao alcance de qualquer um. Do lado oposto da baía temos a Praia da Catembe, localizada na continuação do DU n.º 1, cujo acesso é ainda mais restrito para a maioria dos habitantes da cidade, pois ele é feito com a utilização de uma barca. Apesar das praias localizadas na baía de Maputo possuírem elevados graus de poluição proveniente da passagem de navios para o maior porto do país e de servirem de área de despejo de águas residuais da cidade, elas constituem um dos principais pontos de lazer, nos fins de semana, para grande parte da população, principalmente para aqueles que possuem menos recursos financeiros para se deslocarem até as outras praias. Os cidadãos com maiores recursos financeiros deslocam-se para as praias turísticas da Ponta do Ouro e da Ilha da Inhaca, pertencentes à Maputo, ou ainda para praias pertencentes às províncias vizinhas.

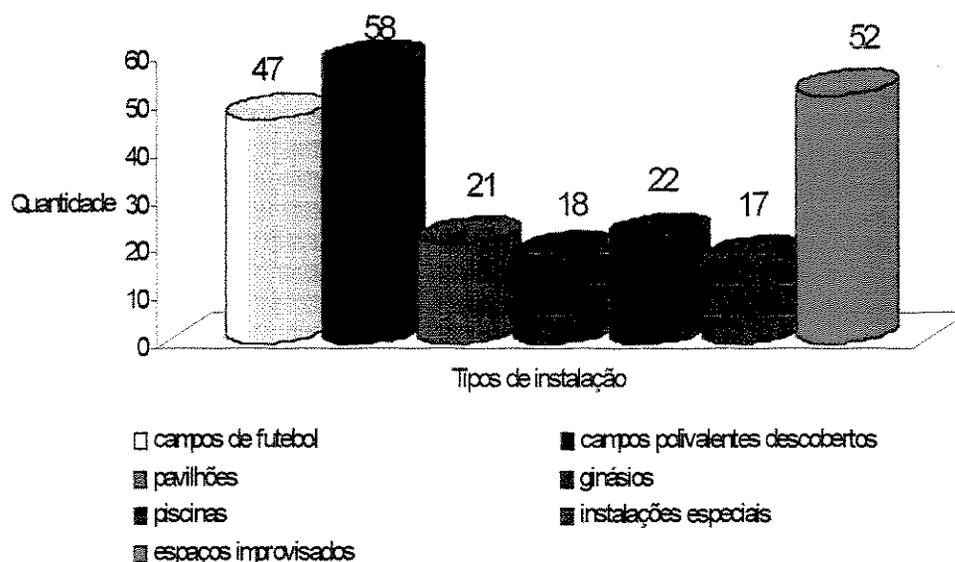
Tendo em consideração o espaço que as praias representam no conjunto dos espaços de lazer para a cidade de Maputo, somos da opinião que as mesmas devam ocupar um espaço privilegiado, na elaboração de uma política municipal de ocupação do tempo livre.

3.2.1 Tipos de instalações desportivas

Verificamos anteriormente que as instalações desportivas são classificadas de acordo com as modalidades desportivas nelas praticadas além de outras características específicas de cada uma dessas. O tipo de instalações desportivas existentes vai determinar, em certa medida, a oferta desportiva municipal assim como influenciará a elaboração de programas de atividades desportivas, ao nível de determinada região.

A cidade possui maior percentagem de campos polivalentes descobertos, seguidos de espaços desportivos improvisados e de grandes campos de jogos, além de uma quantidade menor de ginásios, piscinas e instalações especiais. Gráfico 2.

Gráfico 2 - Instalações desportivas - da cidade de Maputo



É útil observar que os espaços improvisados ocupam uma parcela significativa no quadro geral das áreas de prática desportiva da cidade, razão pela qual deverão ser considerados na elaboração de uma política de lazer, voltada a criação espaços que proporcionem oportunidades de preenchimento saudável do tempo livre dos cidadãos. Como veremos mais adiante, grande parte desses espaços são de propriedade municipal, servindo, sem restrições, a toda a comunidade.

A importância do levantamento e futura preservação dos espaços improvisados como espaços desportivos públicos, revela-se na descrição que os administradores distritais fazem da utilização dos mesmos. Estes espaços são considerados locais de prática desportiva e cultural da população residente nos bairros. Os administradores manifestaram a sua preocupação pelo fato de alguns desses espaços serem objeto de disputa entre várias entidades e instituições que os querem ocupar para outros fins. As estruturas distritais sentem-se debilitadas nessa disputa e temem que, vários espaços possam vir a ser destruídos, como já aconteceu com alguns, se não houver intervenção das autoridades municipais máximas, no sentido de registrar e proteger tais espaços, que em certos casos são os únicos espaços existentes em determinados bairros.

Baseados nas informações dadas pelos administradores distritais e em nosso trabalho de campo, podemos verificar que algumas instalações desportivas que datam do tempo colonial foram sendo destruídas ou ocupadas pela população fugida das zonas de guerra civil. A ocupação desses espaços e instalações desportivas foi possível devido à inexistência de uma estrutura que acompanhasse o deslocamento e assentamento dos deslocados de guerra e ao estado de abandono em que se encontravam as instalações desportivas. Ao longo de nossa pesquisa podemos identificar a existência de vários campos localizados nos distritos da periferia, que foram ocupados ou destruídos, dando lugar a mercados informais, áreas residenciais ilegais, depósitos de lixo, etc.

Dada a constatação da destruição e uso indevido de instalações desportivas, assim como a existência de disputas e conflitos em redor de alguns espaços improvisados, realçamos a necessidade urgente de se atuar no sentido de se preservar e melhorar estes espaços, enquanto locais de prática desportiva, em virtude dos mesmos remediarem a ausência de instalações desportivas acessíveis em alguns bairros.

3.2.2 Proprietários³⁰ e propriedade³¹ das instalações desportivas

As instalações desportivas são geridas e mantidas por vários agentes desportivos: municípios, instituições educativas, clubes, associações, federações, sindicatos, empresas, igrejas, organizações não-governamentais (ONGs), entre outros. Cada um dos agentes desportivos contribuiu na oferta de serviços desportivos da cidade, entretanto, com objetivos, formas de intervenção e grupo alvo diferenciados. Algumas das instituições buscam o lucro (academias, hotéis, escolas privadas), outras procuram proporcionar atividades lúdicas aos seus membros exigindo, porém, como pagamento, taxas ou mensalidades nem sempre ao alcance de todos (caso de alguns clubes); outras, ainda, buscam basicamente a criação e o desenvolvimento de equipas de alta competição (clubes, associações e federações), outras têm fins relacionados ao ensino e competições desportivas escolares (escolas públicas), e há aquelas que visam a realização de atividades desportivas e culturais voltadas à população em geral (municípios, ONGs).

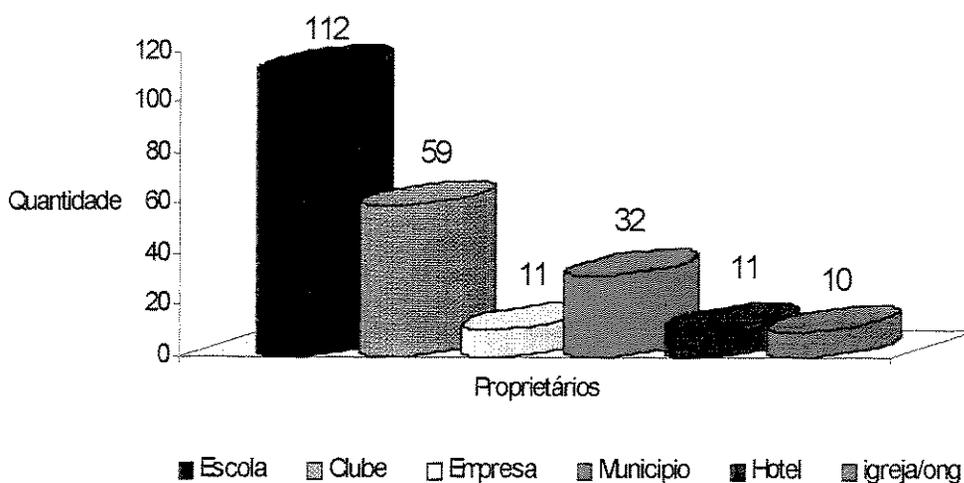
³⁰ Os proprietários podem ser pessoas singulares ou coletivas que têm a posse de determinado bem.

³¹ A propriedade é diferenciada, *grosso modo*, quanto a origem dos meios financeiros do proprietário e prestação de serviços. Desse modo temos instituições públicas, privadas e o terceiro setor

No presente estudo não podemos avaliar a utilização das instalações desportivas de cada um dos agentes desportivos no geral, (apenas o fizemos em relação as escolas públicas) mas com base em nossa vivência dentro da área desportiva, podemos afirmar que, *grosso modo*, o uso das instalações desportivas das escolas, dos clubes e das empresas tem se restringido a alguns grupos específicos, e apenas as instalações municipais (que são, na verdade, espaços improvisados, conforme verificaremos adiante) oferecem efetivamente serviços abertos a toda população (excetuando-se a pista de atletismo do parque dos continuadores).

Dentro da atual organização da prática desportiva, observa-se que a responsabilidade da generalização desportiva, no que se refere aos bairros, parece pertencer às instituições municipais que, na verdade, terão grandes dificuldades em cumprir com tamanha responsabilidade, por não possuírem instalações desportivas em número suficiente. Como podemos observar no Gráfico 3, as autoridades municipais possuem uma das menores quantidades de instalações desportivas; a maioria pertence às escolas e aos clubes que, normalmente, restringem o seu uso ao cidadão comum.

Gráfico 3 - Proprietários das instalações desportivas



Julgamos que a carência de instalações desportivas municipais compromete, de certa forma, a generalização da prática desportiva na cidade, por isso torna-se necessária a

elaboração de mecanismos de integração das instalações das escolas de propriedade públicas e clubes, dentro de um plano municipal de desenvolvimento desportivo.

Encontramos dificuldades em identificar claramente a propriedade de algumas das instalações pela forma de trabalho e serviços prestados, na área desportiva, pois constatamos que algumas instituições públicas, que deveriam prestar serviços à população são subjugadas pelo interesse privado; em contrapartida, há instituições privadas prestando serviços públicos. Navega-se numa teia em que o interesse público se confunde com o privado, o que provoca desvios na utilização dos recursos públicos em benefício de uma minoria.

Tendo considerado a identificação da quantidade de instalações desportivas por proprietário insuficiente, para efeitos de análise das carências em instalações desportivas, vimos a necessidade de reagrupar as instalações desportivas de acordo com o tipo de propriedade, por acreditarmos que esse procedimento, permitiria identificar, com que agentes desportivos as autoridades municipais poderão estabelecer futuras parcerias.

Como foi visto, a maior percentagem de instalações desportivas pertence ao setor escolar, que é composto basicamente por escolas públicas e privadas. As primeiras são de propriedade pública e encontram-se sobre tutela da Direcção de Educação da Cidade de Maputo e, portanto, a gestão das instalações escolares depende do orçamento governamental. As escolas deparam-se com sérios problemas, uma vez que o orçamento têm sido bastante exíguo, sendo insuficiente para cobrir todas as suas necessidades; dessa forma, muitas escolas ficam sem verba para a manutenção das instalações desportivas, e normalmente acontece que este problema passa anualmente para segundo plano. Apenas duas escolas pré universitárias foram totalmente restauradas, incluindo as instalações desportivas. Como estratégia de manutenção de suas instalações desportivas, algumas escolas estabeleceram convênios com clubes desportivos que as utilizam, em troca da reabilitação das mesmas.

Segundo opinião do responsável pela Educação na cidade de Maputo, as escolas públicas, além de problemas ocasionados pela difícil situação financeira, debatem-se com questões de segurança em suas instalações. Na opinião do dirigente, esses dois fatores contribuem para que alguns diretores escolares fechem suas instalações escolares à comunidade. Essa postura reflete o quadro social atual, de insegurança na cidade, cremos

entretanto que a interdição das instalações desportivas escolares ao uso comunitário, não constitua a solução ideal, pois priva a sociedade de espaços que constituem um dos melhores meios de combate a violência, pela possibilidade que proporcionam aos jovens formas de ocupar os seus tempos livres com práticas saudáveis. Julgamos ainda que as instituições escolares, pelo fato de serem bens públicos, não devem ser interditadas a comunidade. E tendo em consideração que as mesmas constituem o principal potencial quantitativo de instalações desportivas da cidade de Maputo, julgamos que as mesmas devem ser utilizadas com o intuito de reduzir as carências existentes.

O setor de escolas privadas é caracterizado pela ausência de apoio governamental na manutenção das suas atividades, mas entre elas existem aquelas que tem trabalhado em estreita ligação com a Direção de Educação da cidade de Maputo. Constata-se a existência de dois tipos de escolas privadas: umas pertencentes a instituições religiosas, ONGs, cujos serviços prestados aproximam-se dos serviços públicos, no que tange à acessibilidade de ingresso; e outras, cujo ingresso é mais limitado, a indivíduos, ou empresas, caracterizadas pela defesa de interesses privados que visam essencialmente o lucro.

Apesar das dificuldades que possam vir a ser encontradas, na criação de parceria entre o município e as escolas privadas, devido a autonomia administrativa e financeira das escolas privadas, essa parceria deveria ser idealizada baseada na função educativa dessas instituições. Nesse sentido já existem exemplos de instalações pertencentes às igrejas e a algumas ONG's que têm sido cedidas à população residente nas redondezas.

Os clubes representam o segundo maior grupo detentor de instalações desportivas na cidade de Maputo. Embora juridicamente, todos eles sejam considerados pessoas coletivas ou singulares de direito privado – com autonomia para determinar políticas de gestão e utilização do seu patrimônio de acordo aos seus interesses específicos. (de desenvolvimento do desporto competitivo, realizar atividades lucrativa entre outras), entendemos que os clubes diferem entre si quanto à origem/natureza e vínculo, e que se deveria diferenciar o tratamento dado aos mesmos. No âmbito do nosso estudo agrupamos os clubes em 3 categorias: clubes de natureza associativa, clubes de natureza institucional e clubes privados .

Os clubes de natureza institucional são aqueles criados após a Independência, por instituições e empresas governamentais ou aqueles que ficaram vinculados a elas a partir de

1980 (vide cap. 2), beneficiando-se de verbas para seu funcionamento. A principal atividade desses clubes é o desenvolvimento da alta competição desportiva. A nosso ver, esses clubes, por usufruírem em certa medida de fundos públicos, deveriam priorizar a promoção da prática generalizada de atividades desportivas aos seus trabalhadores e ao público em geral ao invés de privilegiarem a alta competição, como acontece atualmente.

Nos clubes de raiz associativa, o principal suporte financeiro são as quotas pagas por seus associados, patrocínios e exploração comercial das instalações. Identificamos dois grupos de clubes associativos.

No primeiro grupo que constitui a maioria, o principal objetivo é a formação e treinamento de equipes voltadas para as competições desportivas. A utilização de suas instalações destina-se, prioritariamente, a essas atividades. Apesar de parte significativa dos fundos, em muitos desses clubes, ser proveniente de quotas pagas por seus associados, supõe-se que são poucos os clubes que promovem atividades desportivas para os seus associados.

No segundo grupo de clubes associativos, a principal atividade é a promoção de práticas de recreação para seus associados, em troca do pagamento de mensalidades ou anuidades específicas, destinadas à promoção de eventos culturais e desportivos de recreação aos seus membros. Cabe realçar que embora tendo caráter associativo, os valores cobrados em tais clubes, não estão ao alcance do cidadão comum.

Os clubes desportivos privados essencialmente constituídos por academias estão voltados para o lucro, através da oferta de atividades desportivas não-competitivas de ocupação do tempo livre dos cidadãos. Tais clubes não têm nenhum apoio ou comprometimento com verbas públicas, têm gestão e fundos próprios, adquiridos do lucro proveniente da cobrança de mensalidades aos seus clientes. A característica dos serviços prestados e as mensalidades cobradas, fazem-nos crer, que os clubes privados são inacessíveis para a grande maioria da população.

Em nossa opinião a situação dos clubes institucionais e de alguns clubes associativos deveria ser estudada e verificada a legitimidade de serem considerados como propriedade privada, uma vez que constituem herança colonial. Muitos deles algum dia viveram (ou vivem) às custas de fundos públicos provenientes das empresas ou instituições governamentais as quais estiveram (ou estão) ligados, sendo assim, em nossa opinião, os

mesmos deveriam prestar serviços públicos e estar abertos à comunidade e não apenas privilegiar à alta competição ou o bem-estar de uma minoria.

Julgamos que uma mudança na atual noção de desenvolvimento desportivo implantada pelo governo permitiria uma parceria entre as autoridades municipais e os clubes, na busca de meios de ocupação do tempo livre do cidadão.

Uma parte do patrimônio desportivo pertence às empresas, que podem ser públicas ou privadas. Grande parte das empresas proprietárias de instalações desportivas é pública, sendo apenas uma minoria privada. No decorrer da nossa pesquisa de campo e entrevista com o presidente dos sindicatos de Moçambique, soubemos que algumas das empresas utilizam as instalações desportivas e investem no treinamento de seus trabalhadores para a participação dos mesmos em campeonatos recreativos ou de alta competição desportiva enquanto que outras pouco ou nada fazem no campo de atividades desportivas.

Em nossa visita às instalações desportivas do DU 2, acompanhados pelo respectivo responsável distrital, visitamos a fábrica de refeições de Maputo onde tivemos a oportunidade de constatar a existência de negligência e desrespeito, ao patrimônio conquistado com a independência. Identificamos nessa fábrica o abandono e destruição de uma das melhores instalações desportivas na cidade de Maputo, (o único campo polivalente descoberto no distrito urbano nº 2 e um dos poucos do gênero na cidade), com infraestrutura completa (arquibancadas para os espectadores, tribuna, vestiários e instalação elétrica). Segundo informações de um dos funcionários da empresa, esta instalação desportiva encontra-se no seu estado atual de abandono e destruição há pelo menos 5 anos, uma vez que os dirigentes da empresa não permitem a sua utilização, alegando motivos de segurança. No passado este campo era usado para o treinamento dos trabalhadores da empresa, competições do desporto recreativo e treinamento de algumas equipas federadas de futebol de salão, além de ser utilizada para atividades desportivas escolares de uma das escolas das redondezas e para a realização de espetáculos musicais.

A situação acima vivida leva-nos a questionar, até que ponto será justo que, uma instituição proprietária de um valioso patrimônio desportivo de herança colonial (para o qual não investiu nenhum dinheiro próprio), se acomode a soluções fáceis e promova a destruição de um bem público, por falta de interesse e prive a comunidade de utilizá-lo. Questionamos também a falta de intervenção dos órgãos desportivos governamentais na correção tal situação. Não nos cabe neste espaço a tarefa de responder a estas questões, elas

ficam apenas como um convite para reflexão sobre a política desportiva e sobre as formas de gestão do património desportivo público.

Dentro do grupo de empresas, particularmente das empresas privadas, encontramos um grupo bastante especial – os hotéis, que possuem instalações desportivas, na maioria das vezes, constituídas por piscinas, que são usadas em atividades culturais e desportivas direcionadas aos seus hóspedes e visitantes. Pelas suas características, julgamos que no geral, os hotéis não se encontram envolvidos em atividades desporto recreativo ou de alta competição desse modo a contribuição deste setor no campo desportivo é limitada.

Nas empresas também se pode notar uma distorção na visão de desenvolvimento desportivo, constatando-se, uma vez mais, que a prática de atividades desportivas é seletiva, e não voltada para atender a todos os trabalhadores da empresa. E pior ainda é o caso de empresas que, tendo sob sua responsabilidade um património público, vedam o seu acesso a quem dele necessita, promovendo sua degradação. Com um trabalho de sensibilização sobre a importância e os benefícios da atividade física, julgamos ser possível uma boa parceria entre as autoridades municipais e as empresas.

As autoridades municipais possuem poucas instalações desportivas, sendo estas constituídas principalmente por alguns campos de futebol e espaços improvisados. Apesar de serem as únicas realmente acessíveis a toda a população (sem qualquer tipo de discriminação) e serem utilizadas para várias atividades de carácter cultural, a situação delas é bastante crítica em quantidade e qualidade. As carências do setor municipal, exigem que, sejam tomadas medidas imediatas para invertam a atual situação.

A maioria das “instalações desportivas” municipais encontram-se ao ar livre, sem proteção, e, algumas vezes, em áreas sem demarcação, por isso têm sido objeto de disputas com entidades que pretendem ocupá-las para outros fins. Lamentavelmente, algumas dessas disputas têm culminado em detrimento da área desportiva.

Com a ajuda dos administradores distritais, pudemos identificar várias instalações desportivas e espaços improvisados destruídos (transformados em áreas de comércio informal, área de habitações precárias, depósitos de lixo, a saber: campos de futebol da Malanga, do Xipamanine, de Xitalamati; no DU 2, complexo cultural e desportivo do Nova Aliança; campo de futebol do Clube Rodoviário, no DU 3; campo de futebol do bairro de Inhagóia e campo de futebol da Inhagóia Escola Nova, no DU 5.

Ao longo de nosso estudo constatamos que não existe organismo que zele pelos espaços culturais e desportivos municipais existentes ou pôr aqueles que vão surgindo nas novas malhas urbanas, sem nenhum registro ou demarcação e sem fins claramente definidos. É imprescindível, então, a oficialização e demarcação desses espaços, como um dos primeiros passos para a sua preservação. Nesse sentido torna-se urgente que as autoridades municipais realizem o seu Plano de Atividades Culturais e Desportivas (1998) que se propõe, aproveitar e sinalizar os espaços livres, áreas verdes, parques, praças e praias da cidade, assim como recuperar ou adaptar as áreas livres na zona periférica da cidade para atividades culturais e desportivas. Acreditamos que o presente estudo poderá contribuir para a realização dessa ação municipal.

Entendemos que devido a alguns fatores relacionados ao desenvolvimento histórico, político e desportivo moçambicano, subsistem algumas ambigüidades na definição da propriedade das instalações desportivas e respetivas instituições proprietárias. Observa-se que as instituições são agrupadas essencialmente em públicas e privadas. Entretanto em alguns casos, sua identificação (pública ou privada) torna-se difícil pelo histórico de cada uma, a forma de gestão e a origem dos fundos de financiamento. Observando, a origem e atuação de algumas instituições, encontramos aquelas que, embora privadas, defendem interesses públicos, e outras, públicas, que sustentam interesses privados. Não sendo possível encontrar um padrão que nos permitisse agrupar os proprietários das instalações desportivas em apenas dois setores (público e privado), optamos pela sua classificação em três setores, a saber: instituições públicas, instituições privadas e terceiro setor.

Entendemos instituições públicas, como aquelas de propriedade do estado, cuja gestão depende dos recursos estatais e têm como objetivo principal, a defesa de interesses colectivos. Constituem este grupo as escolas e empresas públicas e os municípios.

Instituições privadas, são concebidas como projetos individuais ou colectivos que estão fora dos esquemas de controle directo do estado. São instituições que defendem interesses privados guiados pela lei do mercado. Compõem Este setor é composto pelas escolas, clubes e empresas privadas.

Entendemos o terceiro setor, como aquele setor que engloba instituições que no nosso entender não são públicas nem privadas. Ou seja, são organizações instituídas por particulares, colectividades ou pelo poder publico, que realizam vários serviços, sem fins

lucrativos. São instituições que defendem interesses coletivos, fazem parte deste grupo, os clubes de raiz institucional e associativa, associações, igrejas e ONG's.

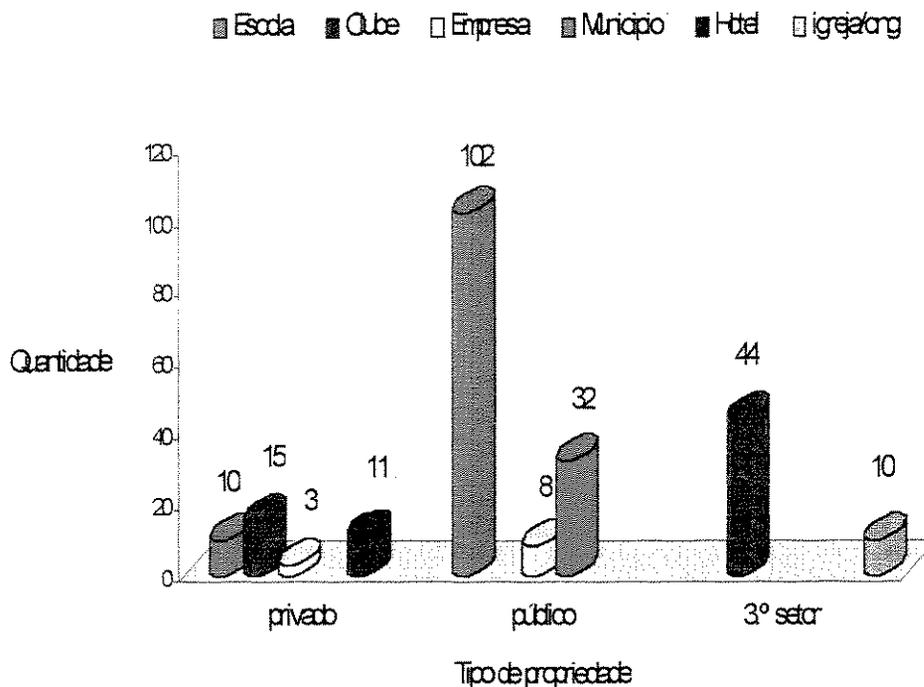
Cada um dos setores tem a sua importância e deve contribuir na prestação de serviços desportivos para a comunidade, existem entretanto algumas particularidades entre eles. O setor privado é guiado pela lógica do mercado, os seus serviços são inacessíveis para o grosso da população. Muito poucos podem pagar esses serviços, na verdade, essa é uma realidade difícil de ser alterada, devido as imposições próprias do mercado e os impostos que as instituições privadas são obrigadas a pagar ao estado.

O setor público e o terceiro setor possuem como características comuns, a perseguição de objetivos sociais e defesa de interesses coletivos, além da ausência de encargos fiscais. Essas características tornam em nossa opinião possível uma parceria viável entre estes dois setores, na prestação de serviços desportivos acessíveis as classes de nível socio- económico mais baixo

O gráfico 4 mostra que mais de metade, das instalações desportivas da cidade de Maputo, pertence ao setor público. Este fato seria significativamente positivo se na realidade o grosso das instalações públicas estivesse ao dispor da comunidade, o que não acontece na realidade. Pois não obstante os municípios serem as únicas instituições que disponibilizam gratuitamente as suas instalações a comunidade, o conjunto das suas instalações, representa apenas 22.0 % do total das instalações públicas e quando comparadas ao universo das instalações da cidade, o município detém apenas 13.7 % do conjunto das instalações da cidade.

O segundo setor com mais instalações desportivas, é o terceiro setor, que totaliza 23.0 % das instalações da cidade. Este setor é constituído maioritariamente por clubes desportivos de origem institucional e associativa. Não obstante alguns destes clubes possuírem um grande numero de sócios, estes pouco usufruem do uso das instalações desportivas, estas são usadas prioritariamente pelas equipas de alta competição. O uso das instalações dos clubes é restrito a comunidade geral.

Gráfico 4- Propriedade das instalações desportivas

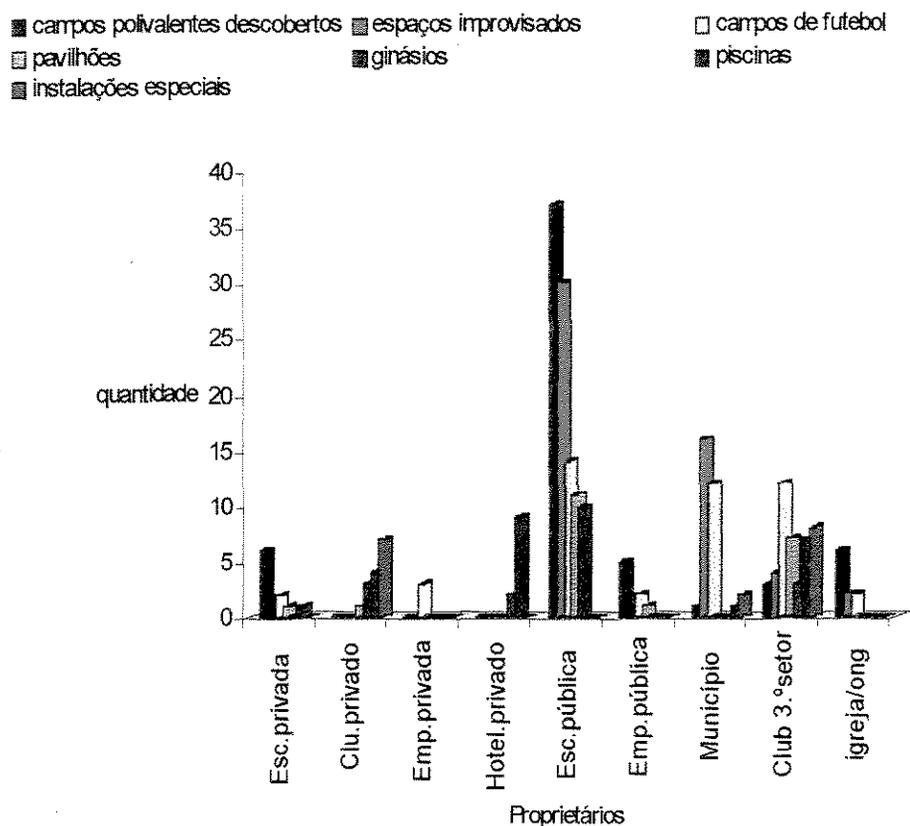


Creemos que uma mudança na atual concepção de desporto virada para a alta competição desportiva e eliminadas algumas barreiras existentes na utilização das instalações desportivas pertencente ao terceiro setor e ao setor público, poderá contribuir para viabilizar uma política de generalização desportiva.

O gráfico 5 apresenta as proporções entre o tipo de instalação e seus proprietários, esta informação é de utilidade porque através dela, podemos deduzir o tipo de atividades desenvolvida por cada um dos grupos de proprietários..

Observa-se que o setor privado tem predominância de instalações especiais (com realce para campos de tênis e um centro hípico), e um número considerável de piscinas pertencente aos hotéis. Não se observa nenhum espaço improvisado e os campos polivalentes descobertos são de propriedade escolar. No geral nota-se que a oferta privada é limitada, e cingi-se a pratica de modalidades pouco populares

Gráfico 5 - Tipo de instalação desportiva por proprietário



O terceiro setor é caracterizado por uma variedade de instalações desportivas mas todas em pequenas quantidades. Neste setor, instalações de realce são os pequenos campos de jogos, campos de futebol, maioritariamente pertencentes aos clubes de raiz institucional e associativa. No terceiro setor realça-se a prática de modalidades mais populares com bola.

No setor público constituído predominantemente por escolas, destacam-se os pequenos campos de jogos, espaços improvisados e campos futebol, enquanto que nos municípios realçam-se os espaços improvisados e campos de futebol. O setor público possui apenas uma piscina e duas instalações especiais (parque dos continuadores e circuito de manutenção Repinga). O elevado número de recintos improvisados, alias muitos deles considerados campos de futebol, sem nenhum tratamento do piso, afeta a qualidade

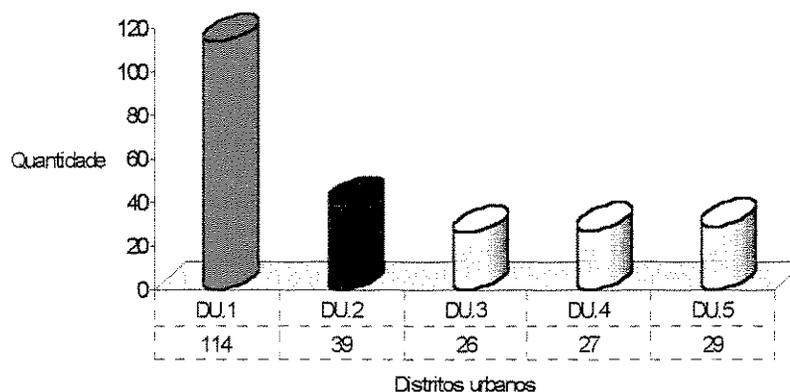
de oferta proporcionada pelo setor público. Pela característica do seu equipamento, este setor movimenta predominantemente modalidades coletivas com bola.

3.2.3 Distribuição das instalações desportivas por distrito urbano ³²

Como foi referido na primeira parte deste capítulo, a cidade de Maputo está dividida em cinco distritos que possuem diferenças significativas quanto ao seu nível de urbanização. Apenas o distrito urbano 1 é totalmente urbanizado, sendo os restantes compostos por áreas semi-urbanizadas e áreas não-urbanizadas. Estudos anteriores indicam a existência de uma distribuição assimétrica do equipamento urbano na cidade, encontrando-se o mesmo concentrado na cidade de cimento, e sendo quase inexistentes nos bairros da periferia. No entanto, não encontramos estudos ou levantamentos que indiquem qual a situação específica das instalações desportivas como um todo em cada um dos distritos urbanos, face à nova divisão administrativa. Nesta seção pretende-se apresentar a situação de cada distrito urbano quanto às instalações desportivas, identificando, assim, quais os mais carentes e os mais privilegiados.

O Gráfico 6 apresenta a distribuição das instalações desportivas por distrito urbano, onde se observa que o distrito urbano nº 1 é o mais privilegiado, com quase 50% do total do total das instalações desportivas, enquanto os restantes distritos, apesar de concentrarem elevada densidade demográfica, possuem poucas instalações desportivas.

Gráfico 6 - Instalações desportivas por distrito urbano

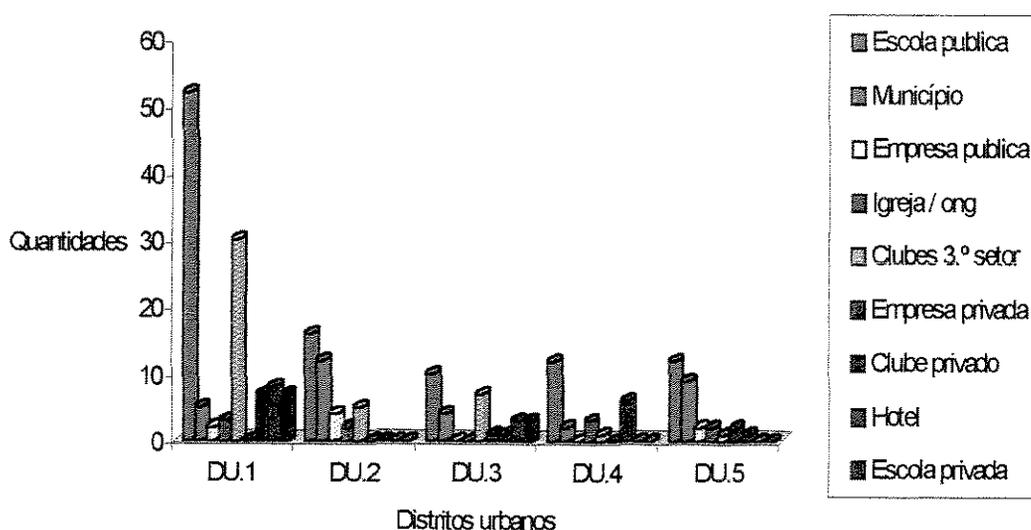


³² A relação das instalações desportivas por distrito e por bairro é apresentada no anexo - 3

Levando em conta que o acesso às instalações desportivas é influenciado pela propriedade e pelo tipo de instalação verifica-se que a situação de carência em instalações municipais para a totalidade dos distritos urbanos inclusive no distrito urbano nº 1.

Analisando a oferta de instalações desportivas quanto ao tipo de propriedade e às restrições características a ela, observa-se no Gráfico 7 que, apesar de o distrito urbano nº 1 possuir a maior quantidade de instalações desportivas, verifica-se há, na mesma, apenas 5 instalações municipais (1 piscina, 1 circuito de manutenção, 1 pista de atletismo, 1 quadra poliesportiva descoberta e 1 pista de atletismo), das quais somente 3 são de utilização gratuita. O acesso à piscina é condicionado ao pagamento de uma taxa ou à existência de algum tipo de vínculo com o clube que usa a piscina, a mesma é usada também para treinamento das seleções nacionais de natação e pelas duas instituições nacionais de formação de professores de Educação Física.

Gráfico 7 - Proprietários das instalações desportivas por distrito



Outra instalação de uso restrito é a pista de atletismo do parque dos continuadores, que serve apenas as equipes ligadas à alta competição. Supomos que o restante das

instalações desportivas do distrito urbano nº 1 - pertencente às escolas públicas e aos clubes do terceiro setor - esteja sendo utilizado com restrições impostas pelas direções das escolas e dos clubes.

Relacionando os Gráficos 7 e 8, observa-se que o DU 1 agrega o maior número das instalações privadas (com especial destaque para os hotéis, escolas e clubes). Quanto ao tipo de instalação desportiva, este distrito possui uma oferta diversificada de instalações desportivas, destacando-se os campos polivalentes descobertos, ginásios (de propriedade escolar) e piscinas (pertencentes a hotéis e clubes do terceiro setor), e alguns espaços improvisados pertencentes às escolas públicas.

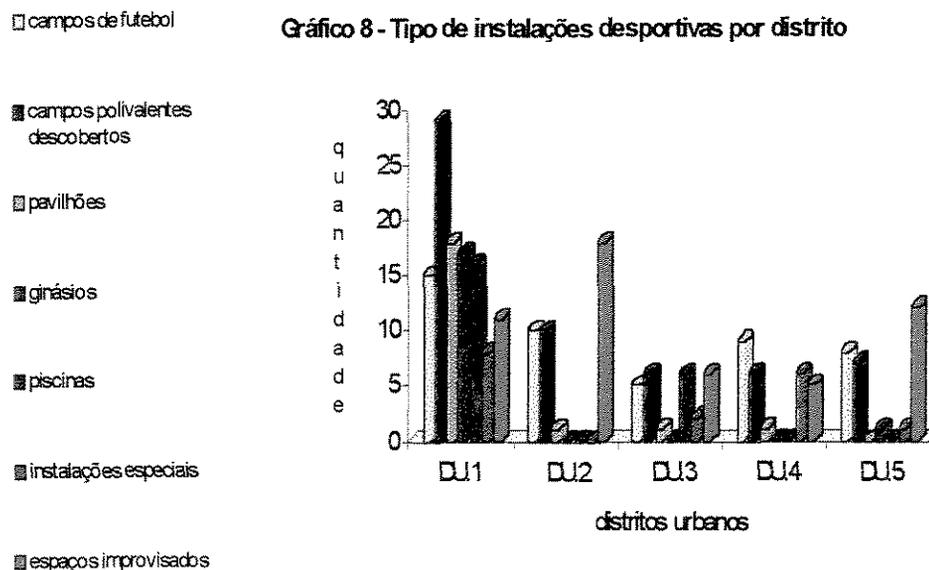
O distrito n.º 2 é o segundo distrito com maior número de instalações desportivas pertencentes ao setor público e ao terceiro setor, possuindo também a maior quantidade de instalações municipais, constituídas basicamente por espaços improvisados. Porém, em termos de qualidade de oferta em instalações desportivas, este distrito é um dos menos favorecidos, visto que 46,2% de suas instalações desportivas são constituídas por espaços improvisados, possuindo apenas um pavilhão pertencente à escola pública, nenhum ginásio ou piscina.

O distrito urbano n.º 3 possui o menor número de instalações desportivas, que corresponde apenas a 11,1 % das instalações da cidade. Destas, apenas 4 são municipais, a quantidade significativa das instalações pertence às escolas públicas e aos clubes do terceiro setor. O distrito possui algumas instalações (4 piscinas e algumas instalações especiais), pertencentes ao setor privado representado por hotéis e clubes. Pela característica de tais instituições (privadas), podemos considerar suas instalações inacessíveis à comunidade desse distrito.

O distrito urbano n.º 4 é o segundo com o menor número de instalações. Em relação à oferta municipal em instalações, é o mais carente, possuindo apenas 2 campos de futebol. A quantidade mais significativa de instalações pertence às escolas públicas sendo, porém, de baixa qualidade (cerca de 50% são constituídas por espaços improvisados). O distrito possui apenas 1 clube do terceiro setor com um campo de futebol e um clube privado com 6 campos de tênis.

No distrito urbano n.º 5, a quantidade de instalações privadas e do terceiro setor é praticamente inexistente: a oferta resume-se às existentes nas escolas públicas (41,4%) e no

município (31,0%). A qualidade da oferta é baixa (mais da metade das instalações públicas são espaços improvisados), e, o distrito não possui pavilhão nem piscina.



3.2.4 Quantidade de habitantes por instalação desportiva

Em Sarmento (1998) encontramos indicadores utilizados pelo Conselho da Europa que permitem a avaliação e a comparação da situação territorial das instalações desportivas em cada um dos territórios da Comunidade. Os índices acima referidos são: índice de área e raio de influência das instalações desportivas (estabelece a relação entre a área territorial e o número de instalações desportivas, refletindo a área de influência de cada instalação); índice de área desportiva útil por habitante (preconiza um valor de $4.00 \text{ m}^2 / \text{Hab.}$); e índice relativo a quantidade de habitantes por instalação desportiva (Hab/Inst).

No presente estudo utilizamos apenas o índice referente ao número de habitantes por instalação desportiva (Hab./Inst), obtido através da divisão do número de habitantes pelo número total de instalações, e pelo número de habitantes por tipo de instalação desportiva. A aplicação deste índice, permite-nos comparar a situação das instalações desportivas entre várias regiões. Apesar da limitação dos dados existentes, o índice serviu para compararmos a situação de Moçambique em relação a alguns países europeus, assim como a situação de cada um dos distritos da cidade de Maputo.

Em relação ao mundo, constata-se a existência de diferenças entre os vários países, de acordo com o seu grau de desenvolvimento. A revista *Desporto e Sociedade* (1986) indica que na Turquia existiam 38.000 Hab/Inst. e em Luxemburgo 500 Hab/Inst. Sarmiento (1998) indica que em Portugal existiam, em 1985, 1.008 Hab/Inst. e a Carta Desportiva Nacional (1980), indicava a existência 2.866.779 Hab/Inst.. desportiva para Moçambique em 1980. Verifica-se que nos países mais desenvolvidos o numero de habitantes por instalações desportiva é mais reduzido ou seja as carências em instalações desportivas são menores. Não podemos realizar a comparação da situação da cidade de Maputo com outras cidades moçambicanas e de outros países, por falta de informação.

A situação da cidade de Maputo, é apresentada na tabela 6, cujos dados indicam que o distrito urbano possuir a menor proporção de habitantes por instalação, ao passo que os distritos 3, 4 e 5 possuem as maiores proporções de habitantes por instalação, refletindo a carência destas em tais distritos urbanos. Quanto ao tipo de instalação desportiva, as carências mais relevantes salientam-se em relação aos ginásios, instalações especiais e piscinas, havendo alguns distritos com proporções elevadas de habitantes para esses tipos de instalação, e outros, que não possuem nenhuma das instalações desportivas referidas. O valor correspondente à totalidade de instalações desportivas por habitante, na cidade de Maputo, é de 4.144 Hab/Inst.

Tabela 6- Número de habitantes por instalação desportiva (Hab/Inst.)

Tipo de instalação desportiva	Quantidade de habitantes por instalação					
	DUI	DU2	DU3	DU4	DU5	C. Map
Campos de futebol	10286	16275	42110	25360	26376	20571
campos polivalentes descobertos	5320	16275	35092	38041	30144	16670
Pavilhões	8571	162750	210551	228244	-	46040
Ginásios	9076	-	-	-	211008	53713
Piscinas	9643	-	35092	-	-	43947
Instalações especiais	19286	-	105276	38041	211008	56873
Espaços improvisados	14026	9042	35092	45649	17584	18593
Total de Hab/Inst.	1353	4173	8098	8453	7276	4114

Fonte: A tabela foi elaborada dividindo-se o número de habitantes de cada distrito (vide tabela 5), e pelo número de instalações desportivas do distrito correspondente(vide tabela 7).

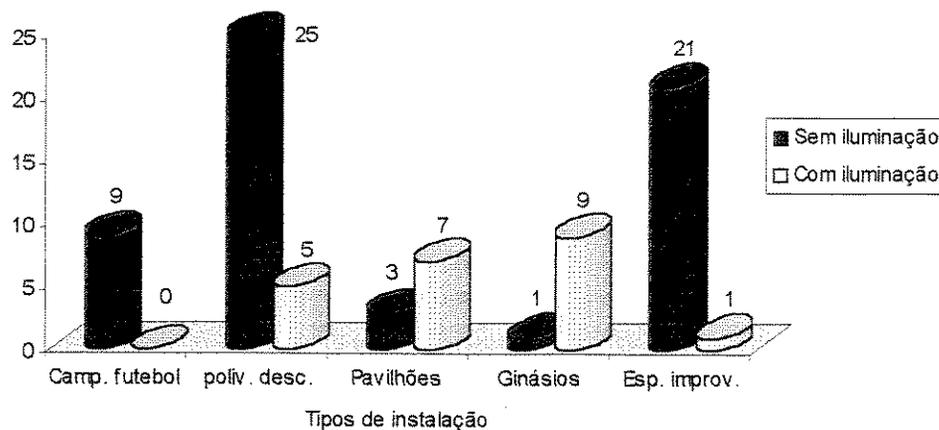
Tabela 7- Tipo de instalação desportiva por distrito urbano

Tipo de instalação	Quantidade de instalações por DU					Total
	DU.1	DU.2	DU.3	DU.4	DU.5	
Campos de futebol	15	10	5	9	8	47
Campos polivalentes descobertos	29	10	6	6	7	58
Pavilhões	18	1	1	1	-	21
Ginásios	17	-	-	-	1	18
Piscinas	16	-	6	-	-	22
Instalações especiais	8	-	2	6	1	17
espaços improvisados	11	18	6	5	12	52
Total	114	39	26	27	29	235

3.3 - Avaliação qualitativa das instalações desportivas das escolas públicas

Neste trecho, procederemos à avaliação qualitativa das instalações desportivas das escolas públicas. A avaliação baseou-se naqueles indicadores que julgamos relacionados à prática segura de atividades desportivas e interferentes no uso das instalações. Os indicadores propostos foram: a existência ou ausência de iluminação, a existência ou ausência de vestiários, e o estado do piso. Foi incluída, nesta análise, a avaliação dos períodos de uso e a percentagem de utilização pelos principais usuários.

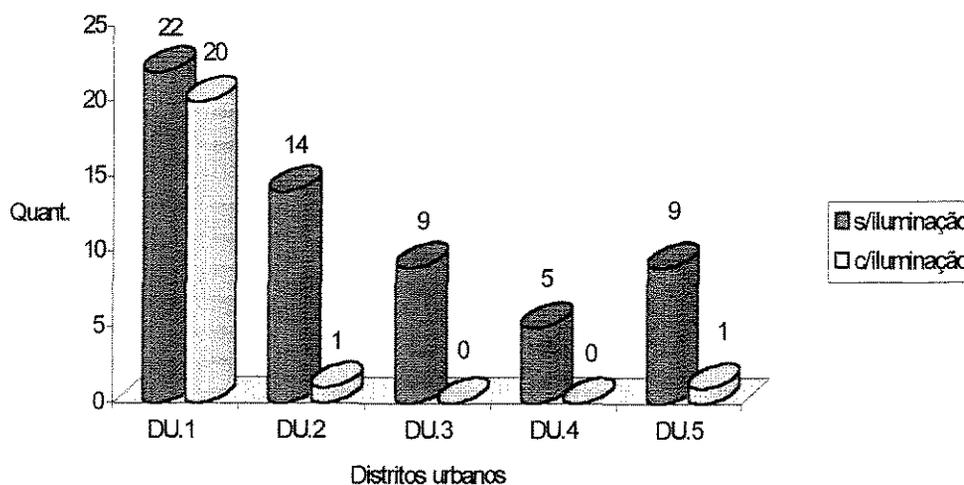
3.3.1 Iluminação

Gráfico 9 - instalações com iluminação

A presença ou ausência de iluminação numa dada instalação pode aumentar ou diminuir a frequência de uso da mesma, assim como poderá aumentar ou diminuir a segurança da prática de determinadas modalidades em certos períodos do dia. Vários critérios podem ser utilizados para avaliar uma instalação quanto à iluminação, no entanto, optamos apenas por considerar a presença ou a ausência da mesma. O gráfico 9 mostra que aproximadamente 3/4 do parque desportivo escolar não possuem iluminação elétrica, o que significa que o uso e a exploração plena desses recintos, principalmente no período noturno, é inviável. Observa-se que, das poucas instalações iluminadas, a maior parte são ginásios e pavilhões e que as instalações sem iluminação são constituídos por espaços improvisados e campos de futebol.

O Gráfico 10 representa a distribuição das instalações iluminadas por distrito urbano. Observa-se que a maior percentagem de instalações iluminadas localiza-se no DU1 - os demais distritos são carentes em instalações iluminadas. Essa situação, indubitavelmente, inviabiliza o uso, na maior parte dos distritos urbanos, das instalações escolares, no período noturno.

Gráfico 10 - Instalações iluminadas / distrito



3.3.2 Piso

Quanto ao piso, a qualidade do equipamento desportivo pode ser medida pelo tipo de material usado na sua construção e pelo seu estado de conservação. No presente trabalho, avaliaremos o piso pelo seu estado de conservação. Baseados na segurança (menor risco de lesões) dos praticantes, definimos três níveis de conservação do piso:

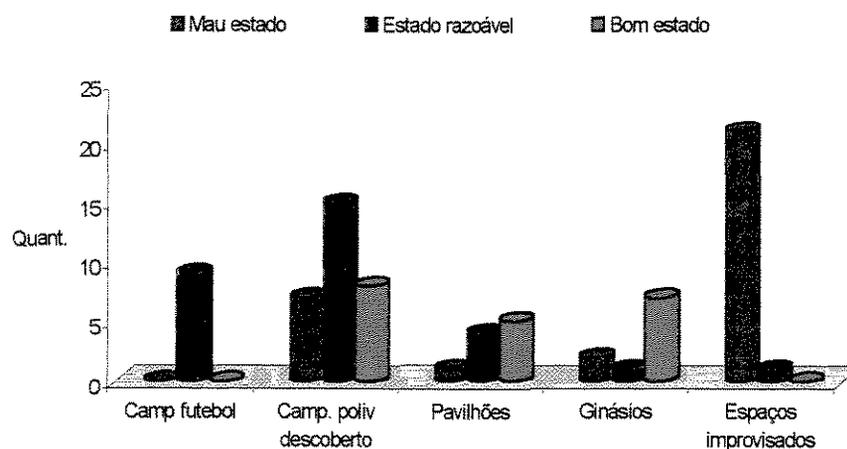
Piso em mau estado - superfície com várias irregularidades (piso parcialmente destruído) ou piso arenoso não apropriado para atividades desportivas.

Piso em estado razoável – superfície plana, rachada e com ligeiras irregularidades.

Piso em bom estado – superfície plana, conservada e sem irregularidades.

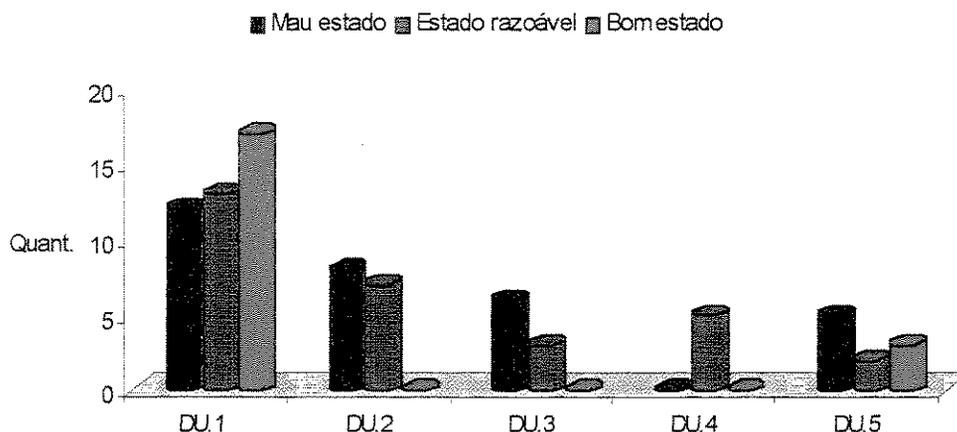
O gráfico 11 revela que grande parte do piso dos recintos desportivos encontra-se com o piso em mau estado e outra parte considerável, possui o piso em estado razoável sendo que, apenas 25% o possuem em bom estado. Quanto ao estado do piso por tipo de recinto, observa-se, basicamente, que quase todos os espaços improvisados e alguns campos polivalentes descobertos têm o piso em mau estado. Nos demais tipos de instalação, a quantidade de piso em mau estado é menor. O bom estado do piso destaca-se nos ginásios e pavilhões, e o piso razoável, nos campos de futebol e campos polivalentes descobertos.

Gráfico 11 - Estado do piso



Quanto ao estado do piso por distrito urbano, a situação revela-se benéfica para o n.º 1 que apresenta, em cerca de metade do equipamento, o piso em bom estado (Gráfico 12), ao passo que nos distritos urbanos 2, 3 e 5 predominam pisos em mau estado. Os distritos 2, 3 e 4 não apresentam nenhum piso em bom estado.

Gráfico 12 - Estado do piso / distrito



A situação dos distritos da periferia, carentes em instalações desportivas, agrava-se devido à existência de muitos pisos em mau estado.

3.3.3 Vestiários

Os vestiários representam um dos anexos mais importantes de uma instalação desportiva. Estão diretamente ligados à qualidade da oferta da instalação e à higiene. Os vestiários podem ser avaliados de múltiplas formas, entre elas: área, número de duchas, existência de água quente, etc. Não sendo nosso objetivo principal avaliar a qualidade dos vestiários, em específico, foi considerada apenas a existência ou ausência dos mesmos nas escolas. Pelo fato de algumas escolas terem mais de uma instalação com um vestiário comum, os dados apresentados desta variável referem-se ao número de escolas da amostra, e não ao número de instalações.

Verifica-se que, das 44 escolas analisadas, aproximadamente 50% não possuíam vestiários, e muitas delas possuíam somente um para várias instalações. Apesar de não Ter sido nosso objetivo analisar a qualidade dos balneários não podemos deixar de constatar

que muitos deles, apresentam condições que atentam contra a saúde dos seus utilizadores, sugerimos que a situação dos mesmos seja analisada pelas autoridades escolares e sanitárias da cidade. Quanto à distribuição das escolas com vestiários, por distrito urbano, verificou-se que nos distritos urbanos 2, 3, 4 e 5 somente metade das escolas possuem tais anexos e, em relação ao distrito urbano nº 1, a porcentagem de escolas com vestiário é de 68 %.

3.4 Avaliação sobre a utilização das instalações desportivas das escolas públicas

3.4.1 –Usuários e taxa de ocupação

O questionário aplicado aos delegados de disciplina revela que as instalações desportivas escolares são utilizadas no desenvolvimento de atividades escolares e não-escolares. As atividades escolares são aquelas que envolvem os alunos em atividades curriculares obrigatórias e extracurriculares facultativas, ligadas ao desporto escolar. As atividades não-escolares, que denominaremos de *comunitárias*, são aquelas organizadas por grupos formais (clubes e grupos registrados) e informais da comunidade.

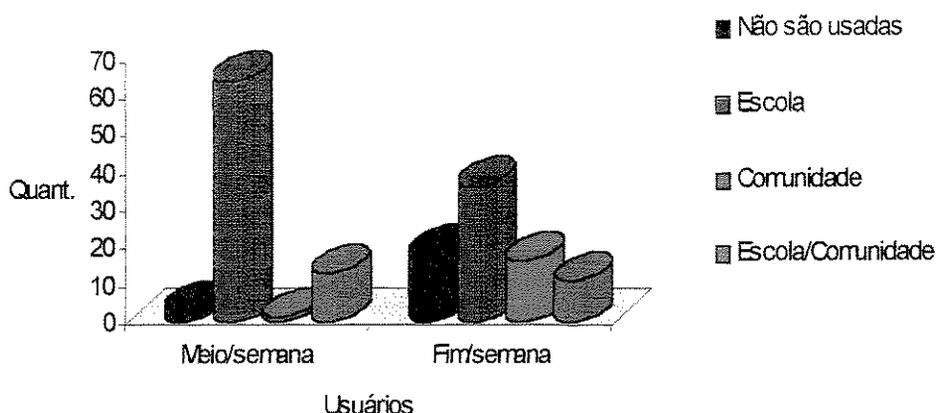
Com o intuito de verificar a proporção de ocupação das instalações durante a semana, diferenciamos o uso das instalações desportivas no meio de semana (de segunda à sexta-feira) do uso em finais de semana. Sendo importante conhecer a proporção de horas que cada instalação é ocupada e seus grupos de usuários, foi estabelecido um indicador, que denominamos de *potencial de uso*.

O potencial de uso da instalação, é o número de horas semanais, que cada instalação desportiva possui (considerando seu uso pleno dentro de determinado padrão). Foram consideradas 10 horas diárias de uso para as atividades escolares (ou seja, 50 horas semanais), e 2 horas para as atividades comunitárias (ou seja, 14 horas semanais para cada instalação desportiva), conforme podemos visualizar na Tabela 8:

Usuários	Potencial de uso semanal
Escola	50 horas
Comunidade	14 horas
Total	64 horas

Quanto aos períodos de ocupação, o Gráfico 13 revela que, durante o meio da semana, grande parte das instalações são usadas apenas em atividades escolares e somente 16% são utilizadas simultaneamente em atividades escolares e comunitárias. Consta-se um subaproveitamento das instalações iluminadas durante o período noturno, pois apenas 9 instalações dos 22 que possuem iluminação, são utilizados durante a semana pela comunidade.

Gráfico 13 - utilização das instalações desportivas



Foi detectada a presença de apenas um pavilhão escolar iluminado, usado exclusivamente para atividades comunitárias noturnas. Alegou-se que a sua utilização do período diurno perturbaria a realização de aulas teóricas e outras atividades administrativas.

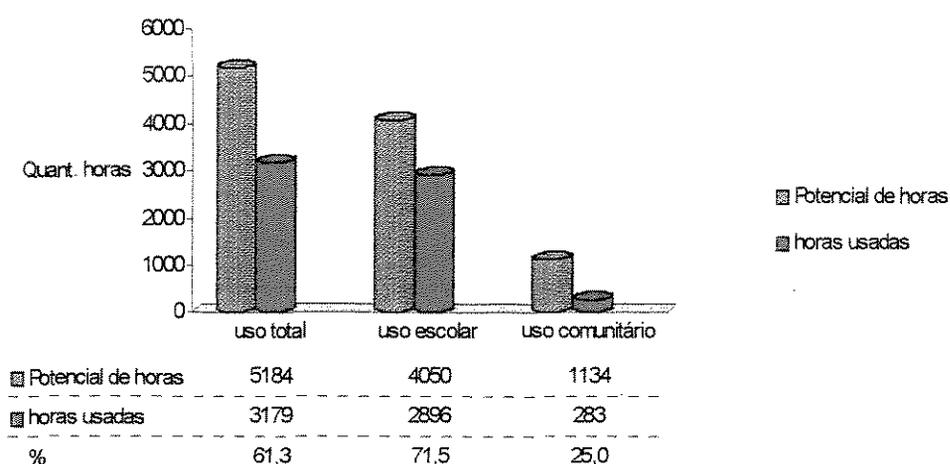
Observa-se que aproximadamente 50% das instalações escolares são utilizadas aos fins de semana (Gráfico 13) apenas para a realização de atividades ligadas aos jogos desportivos escolares, que se acontecem aos sábados de manhã (durante o restante do final de semana, essas instalações não são utilizadas). Somando-se a quantidade de instalações não usadas no fim de semana à quantidade de instalações usadas apenas para atividades escolares, verifica-se que 67% das instalações escolares não são usadas pela comunidade no referido período.

Conclui-se que as instalações das escolas públicas, apesar de se encontrarem disseminadas pelos bairros, não servem à comunidade.

Observando o Gráfico 14, verifica-se que o potencial de horas nas instalações desportivas, em geral, não é totalmente explorado, significando que, em muitas horas, as

instalações estão vazias. Uma análise específica de cada instalação permitiria a otimização de seu uso. Observa-se, ainda, que as taxas de ocupação das instalações escolares em atividades comunitárias é muito baixa, pois são utilizados apenas 25 % do seu potencial de uso para atividades comunitárias. Descartamos, assim, a possibilidade de as instalações escolares não estarem sendo utilizadas, pela comunidade, por falta de espaço e horários para tal atividade.

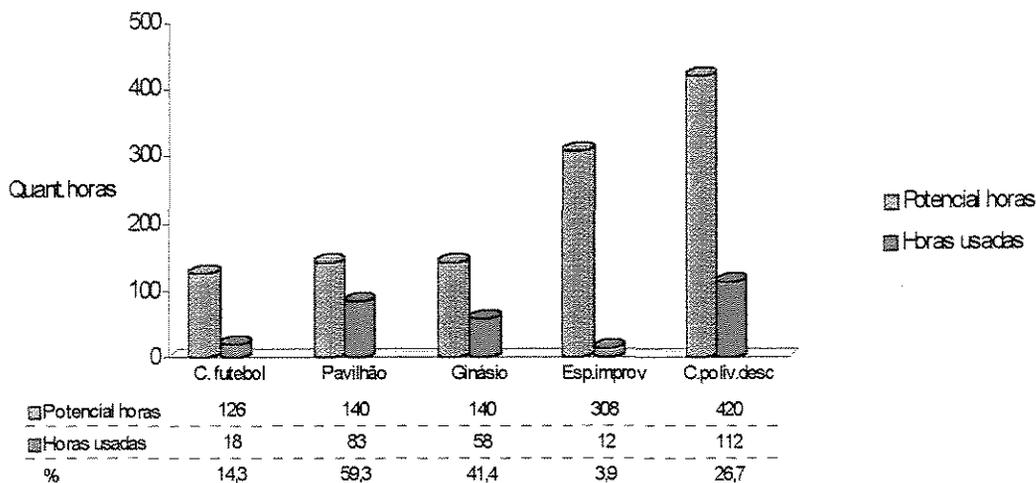
Gráfico 14 - Taxa de ocupação das instalações desp. escolares



3.4.2 Taxa de ocupação das instalações desportivas por tipo de instalação

De forma geral, observa-se que a taxa de ocupação das instalações desportivas em atividades escolares é alta para todos os tipos de instalação, com especial destaque para os pavilhões. Observa-se, ainda, que mesmo os espaços improvisados que possuem péssima qualidade (conforme citado anteriormente) apresentam taxas de ocupação alta. A taxa de ocupação alta dos recintos improvisados em atividades escolares, é explicada pelo fato desses espaços serem as “únicas instalações” existentes em algumas escolas.

Gráfico 15 - Taxa de ocupação comunitária por tipo de instalação



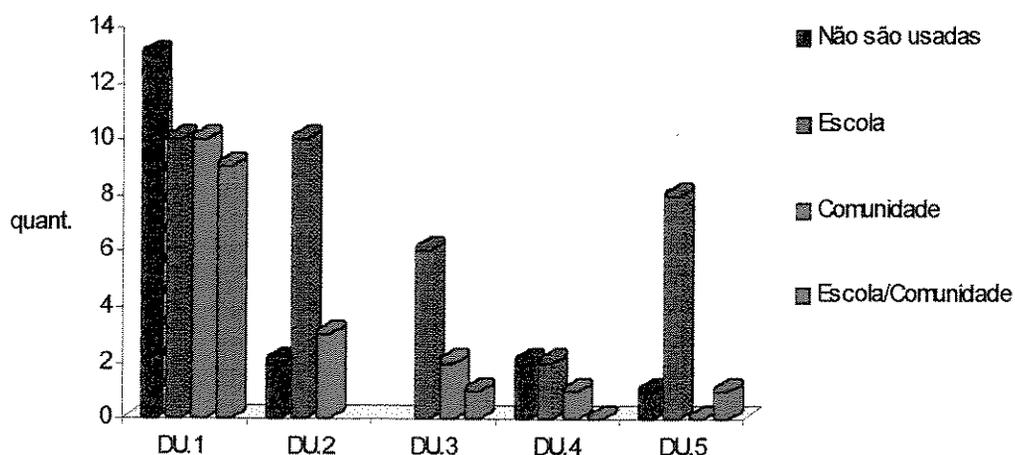
Analisando a taxa de ocupação por tipo de instalação desportiva em atividades comunitárias, observam-se diferenças entre os diversos tipos de instalação desportiva. O Gráfico 15 indica que as instalações mais procuradas pela comunidade são os pavilhões e os ginásios, provavelmente porque tais instalações possuem iluminação, o que possibilita que à comunidade sua utilização durante a semana, no período noturno e, além disso, os pavilhões são os mais usados durante o fim de semana pela possibilidade que oferecem de abrigo contra a natureza. O segundo grupo de instalações mais usadas são as campos polivalentes descobertos e os campos de futebol que, apesar de não possuírem cobertura, apresentam boas condições para a prática desportiva em relação ao piso e à restante infraestrutura. Contrariamente ao que acontece com as atividades escolares, observa-se que os espaços improvisados são menos procurados pela comunidade para as suas atividades desportivas de lazer; supomos que isso se deva a baixa qualidade desses espaços, que apresentam o piso em más condições, este fato torna os espaços poucos atrativos. Esta diferença de uso em benefício das melhores instalações leva-nos a supor que a qualidade das instalações têm um papel determinante para que a comunidade se desloque até mesmas.

3.4.3 Taxa de ocupação das instalações desportivas por distrito urbano

Constatou-se que durante o meio de semana, as instalações desportivas escolares são utilizadas majoritariamente em atividades escolares, e apenas no distrito urbano n.º1 destaca-se o uso das instalações, pela comunidade durante o período noturno.

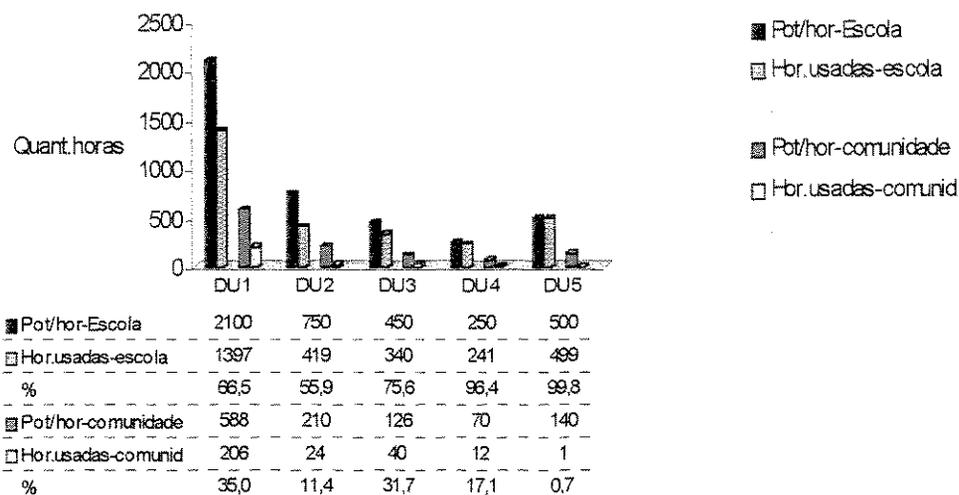
O Gráfico 16 expõe que, no final de semana, continua a se destacar o uso das instalações desportivas em atividades escolares, no entanto, cresce a proporção de instalações sem uso, principalmente nos distritos 1 e 4. Apenas no distrito n.º 1 evidencia-se a utilização das instalações pela comunidade, em geral, pois, nos demais distritos o uso comunitário das instalações escolares é restrito.

Gráfico - 16 utilização das instalações ao fim de semana / distrito



Observa-se que as instalações desportivas escolares têm um uso elevado em atividades escolares (em particular os distritos 4 e 5) e, quanto às atividades comunitárias, verifica-se que existe um sub-aproveitamento das mesmas instalações desportivas. Os baixos níveis de ocupação das instalações escolares em atividades comunitárias são realçados no Gráfico 17, onde se observa que a taxa de ocupação é insignificante no caso do distrito n.º 5.

Gráfico -17 taxa de ocupação por distrito em atividades escolares e comunitárias



Em síntese pode-se constata-se que : a) os distritos mais carentes em instalações desportivas, são os que menos se beneficiam do uso das instalações escolares e, no distrito com maior oferta, o uso das instalações escolares pela comunidade é mais acentuado. b) as assimetrias espaciais existentes na distribuição das instalações desportivas, são acentuadas pelas assimetrias de uso e ocupação das instalações desportivas. c) a qualidade das instalações influencia na procura das mesmas pela comunidade d) existem assimetrias na distribuição das instalações desportivas entre os distritos urbanos, quanto a quantidade, tipo de instalação, proprietário e propriedade, e) o DU.1 é o mais privilegiado, enquanto os restantes são carentes, sobretudo aqueles localizados nas áreas não urbanizadas f) a qualidade da oferta escolar é baixa em termos de estado de piso, existência de iluminação e vestiários. g) as instalações escolares são subutilizadas ao final de semana, h) as autoridades municipais possuem poucas instalações desportivas, sendo elas constituídas maioritariamente por espaços improvisados, i) o principal proprietário de instalações é o setor público e mais concretamente as escolas j) os espaços improvisados são o segundo maior grupo de instalações desportivas, entretanto a situação dos mesmos é delicada em termos de qualidade e falta de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte final, optamos por sintetizar a informação colhida e apresentar algumas considerações que julgamos pertinentes.

Considerações quanto ao espaço urbano

Constatou-se que o espaço urbano é fruto da iniciativa humana e da expressão de cada sociedade, e que o homem transforma o meio ambiente e condiciona-o à realização dos seus objetivos. Concluiu-se que o espaço urbano é reflexo social das ações que estão sendo realizadas no presente e das ações que foram realizadas no passado.

Verificou-se que as desigualdades existentes no espaço urbano da cidade de Maputo são reflexo de uma sociedade colonial, baseada na forte segregação social e racial. Os bens e os serviços públicos culturais e desportivos concentravam-se na área da cidade habitada pela classe dominante, sendo que, este fato era justificado com base na (falsa) afirmação de que somente aqueles com elevado nível sócio-econômico teriam necessidade e possibilidade de usufruir desses bens.

Apesar da independência nacional, houve poucas alterações na estruturação do espaço urbano e, as que ocorreram, foram reflexos da guerra, do êxodo populacional, de algumas políticas inadequadas e da falta de planejamento urbano apropriado. Este conjunto de acontecimentos agravou a situação degradante dos bairros periféricos.

Observa-se que os espaços urbanos vêm sendo, cada vez mais, ocupados pelo poder econômico. Tem-se observado que vários espaços culturais, desportivos e outras áreas livres para a prática de atividades de lazer da população vem sendo substituídos por postos de combustível, prédios, centros comerciais e outros edifícios. Além dos exemplos citados ao longo do texto em relação a cidade de Maputo, podemos constatar recentemente que outras cidades moçambicanas vivem o mesmo drama da sobreposição da força econômica sobre a atividade desportiva. Através do Not.Moc 41 (1999)³³, divulgado na Internet, tomamos conhecimento que no norte do país, decorrem negociações entre Benfica de Nampula e Marcomick Prosperity Development (multinacional sul africana), para a cedência do terreno onde esta localizada a sede social do clube e as respectivas instalações

³³ Dados obtidos através do NotMoc n.º 41 de 25 de Out de 1999 [online] NoTMOc@fem.ueem.mz

desportivas, para a construção de um centro comercial nesse espaço. Sendo que em troca o clube receberá 100 mil dólares (USD) para a construção de novas instalações noutra local e material desportivo para a sua equipe principal de futebol. Retornando a cidade de Maputo, observa-se a ocupação das instalações desportivas para fins comerciais ou religiosos, além da construção de instalações desportivas em espaços com baixa concentração populacional e a interdição de uso das instalações em áreas populosas. Estas ações resultam na diminuição dos espaços para o lazer, restando apenas alguns espaços municipais improvisados, de qualidade precária, e as praias, cujo acesso não está ao alcance de todos. Tais ações sobre o espaço urbano contribuem para exacerbar as desigualdades sociais existentes na cidade de Maputo. Retomando Santos (1987, p. 112), *“as condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa; tais distorções contribuem para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive”*, sugerindo que as distorções existentes no espaço devem ser corrigidas, em nome da cidadania.

Constatou-se que as instalações desportivas são parte integrante do espaço urbano e proporcionam uma vocação ao espaço pelo tipo de atividades que nelas se realizam. Através das instalações desportivas, o espaço assume-se como um símbolo e representa um valor para cada habitante de determinada região.

A existência ou ausência de instalações desportivas, a qualidade das mesmas, bem como seu acesso diferenciado, formam diferentes representações do espaço, onde a acessibilidade a tais instalações traduz-se: pela proximidade relativa da população em relação a elas; pela capacidade que os usuários têm de se deslocar até as mesmas e custeio das respectivas despesas, quando houver; pela existência de tempo livre suficiente não somente para praticar as atividades, como também para deslocar-se até os locais de prática; pela variedade e qualidade de oferta; e, finalmente, pela otimização das instalações disponíveis.

Verificou-se que o desporto manifesta diferentes graus de acesso ao espaço, os quais podem acentuar ou diminuir as diferenças sociais de determinada sociedade.

Considerações sobre avaliação das instalações desportivas

Constatou-se que em Maputo, a acessibilidade às instalações desportivas é afetada pela distribuição assimétrica das mesmas, devido à quantidade de instalações por distrito urbano, tipo de instalação, proprietário e uso das mesmas.

Em geral, o distrito urbano nº 1 é o mais privilegiado, enquanto que os demais distritos são carentes em instalações desportivas. Julgamos que a intervenção que visa minimizar as desigualdades existentes deverá ser diferenciada para cada distrito, uma vez que cada um deles apresenta problemas específicos, entre eles:

- a proporção de habitantes por instalação desportiva no distrito 4 é seis vezes maior que no distrito 1, devido às disparidades no número de instalações: o distrito 1 possui 144, ao passo que o distrito 4 (o mais populoso) possui apenas 27;

- os distritos 2 e 5 são os que apresentam o maior número de espaços improvisados (o distrito 2 não possui nenhuma piscina ou ginásio e o 5, nenhum pavilhão ou piscina);

- as instalações privadas concentram-se nos distritos 1 e 3; o setor público possui apenas uma piscina enquanto que o terceiro setor possui sete;

- os distritos 3 e 4 não possuem nenhuma instalação escolar iluminada;

- os distritos 2, 3 e 4 não possuem nenhuma instalação escolar com piso em bom estado;

- o distrito 1 apresenta um número considerável de instalações escolares utilizadas aos finais de semana pela comunidade, sendo que nos restantes distritos a proporção de utilização é baixa;

- o distrito 1 utiliza 35% da capacidade horária para atividades comunitárias, em contrapartida, o distrito 5 utiliza apenas 0,7%. Esse distrito apresenta inúmeras carências em instalações municipais, apresentando apenas 4 instalações, com o agravante de que, em duas delas, praticam-se a “privatização do espaço público”, ou seja, a comunidade em geral tem sua participação restrita, em benefício do desporto de alto rendimento.

Quanto ao tipo de instalação desportiva, mais especificamente, constata-se que a cidade possui, *grosso modo*, quantidades consideráveis de campos polivalentes descobertos, espaços improvisados e campos de futebol, no entanto, ainda é carente de ginásios, piscinas, pistas de atletismo, circuitos de manutenção e outras instalações especiais.

As instalações (mais particularmente os campos polivalentes descobertos, campos de futebol e espaços improvisados) são, majoritariamente, propriedade do Estado.

O conjunto dos espaços improvisados das escolas e do município representam uma parte importante no total de instalações urbanas. Apesar da sua importância como espaços de prática desportiva, verifica-se que pouca atenção tem sido dada aos mesmos. Vários desses espaços foram destruídos ou estão sendo usados para outros fins, existindo outros que têm sido alvo de disputa por instituições com interesses comerciais entre outras. A má qualidade e a falta de condições dos espaços improvisados inibem a sua utilização e promovem o seu abandono.

As autoridades municipais não possuem condições infra-estruturais de satisfazer por si só a demanda em atividades desportivas de lazer, devido à quantidade reduzida de instalações desportivas, à qualidade precária das mesmas e à sua distribuição irregular. É imprescindível que o município melhore a qualidade do seu património desportivo e desenvolva parcerias com as escolas e clubes desportivos no sentido de utilizar as instalações destas instituições nos seus programas com a comunidade.

As instalações desportivas das escolas públicas representam um potencial sub-utilizado pela comunidade, principalmente aos finais de semana.

A baixa qualidade das instalações desportivas escolares (constatada pela quantidade reduzida de instalações iluminadas e pelo mau estado do piso) comprometem a exploração plena da capacidade horária destas instalações (verificou-se que a comunidade possuía um tempo de utilização maior nas instalações iluminadas e nas instalações com melhor piso).

A natureza da propriedade é determinante para a escolha do tipo de instalação a ser explorada, pois, verificou-se que o setor privado possui, em sua maior parte, piscinas, academias e quadras de ténis. Em relação ao número total de instalações, esses tipos são, contudo, limitados. O principal objetivo do setor privado é o lucro, por isso os investimentos deste setor concentram-se em instalações desportivas de prática seletiva e de carácter predominantemente comercial.

O terceiro setor possui um número considerável de campos de futebol, pavilhões e piscinas. Apesar desse setor dedicar-se, sobretudo, ao desporto de alta competição, a julgar pelas suas características associativas e pelo apoio que algumas dessas instituições recebem de fundos públicos, acreditamos que esse setor constitui um campo a ser explorado pelo

município, no sentido de se ampliar o número de instalações desportivas disponíveis à comunidade.

Considerações quanto às políticas desportivas

Baseado no histórico das ações governamentais - documentos oficiais apontando o direcionamento de vários recursos públicos para a construção ou manutenção de instalações destinadas ao espetáculo ou treinamento de equipas; financiamento das representações nacionais; realização de eventos de grande porte que enfatizam a competição; promoção de cursos de técnicos desportivos em detrimento do investimento na área do lazer (manutenção de instalações municipais, formação de técnicos ligados ao lazer comunitário) - levamos a concluir que a prioridade de atendimento do governo tem sido o desporto de alto rendimento, com fins meramente políticos. Consideramos que, dessa forma, faz-se um “uso ilegítimo” do desporto, devido aos poucos benefícios sociais que essa opção proporciona à população.

Quanto a nós o esporte de rendimento é uma manifestação do fenómeno desportivo que não deve ser priorizado, devido às suas características seletivas, pois apenas um pequeno grupo específico da sociedade tem acesso a essa modalidade desportiva, ficando, assim, condenada a maioria da população ao papel de consumidores passivos do esporte - papel este que poucos benefícios traz para a sua saúde e melhoria da sua qualidade de vida.

As intenções de descentralização e autonomia, expressas na lei dos municípios, passam, a estes, a responsabilidade de inversão do atual quadro desportivo, voltado para a alta competição desportiva, para um outro, mais democrático e que priorize a generalização desportiva sem fins competitivos.

Dada a recente criação dos municípios, reconhecemos a precocidade em se efetuar a análise precisa sobre a atuação dos mesmos, porém, tomando como base o plano de atividades culturais e desportivas, elaborado pelas autoridades municipais da cidade de Maputo, podemos tecer algumas opiniões. Apesar de considerarmos que a elaboração do plano constitui um avanço dentro da política desportiva nacional, pelos aspectos positivos que apresenta, em nossa opinião existem alguns aspectos que podem comprometer as suas intenções.

O plano propõe apoio e dinamização de todos os setores, sem, no entanto, especificar qual é o setor prioritário. Julgamos que a definição clara de prioridades é importante, pois possibilita um direcionamento mais adequado dos recursos existentes. Tomamos como exemplo dessa indefinição presente no plano, a programação de formação de técnicos e dirigentes para o desporto de alto rendimento, sem fazer referência à formação de técnicos dinamizadores de atividades desportivas de lazer em específico.

Propõe-se, em linhas gerais, o apoio e o estímulo aos clubes e associações ligados ao desporto de alto rendimento, sem mencionar em que condições se processará esse apoio e qual será o retorno para o município. Julgamos ser importante a definição de critérios de modo a dirigir esse apoio aos clubes e associações que se proponham a contribuir na implementação de grupos desportivos recreativos, sem a tônica exclusiva do alto rendimento desportivo. Caso contrário, corre-se o risco de perpetuar o ciclo vicioso de apoiar os clubes que enfatizam exclusivamente a busca de talentos desportivos.

Somos da opinião de que o apoio e a organização dos jogos desportivos juvenis e escolares precisariam ser repensados, pois, julgamos que nos moldes do atual Sistema Desportivo Nacional, eles representam uma cópia fiel do desporto competitivo. Os atuais jogos escolares baseiam-se na lógica seletiva do desporto de rendimento, portanto nem todas as crianças têm possibilidades de satisfazer aos pré-requisitos impostos por esse modelo excludente, fazendo com que as crianças passem a desempenhar o papel de meros espectadores.

O problema do espaço urbano e das carências de serviços públicos de lazer é generalizado na cidade de Maputo. A nossa abordagem centrou-se apenas nas instalações desportivas devido à necessidade de delimitação do estudo e à nossa área de inserção académica em Educação Física. Para efeitos de análise, as instalações desportivas foram tratadas como espaço desportivo, no entanto, elas são também espaços para a realização de outras práticas culturais. Centramo-nos nas políticas desportivas pelas razões citadas, porém, consideramos que as mesmas deverão ser parte de uma política de lazer integrada às políticas públicas.

Gutierrez (1998) considera que as políticas públicas devem estar articuladas e que o desenvolvimento de uma delas produz um efeito sinérgico no desenvolvimento das demais. Exemplificando o autor refere-se à relação entre o lazer e a educação, onde afirma que as atividades de lazer proporcionam um *“espaço de sociabilização espontânea, onde*

em condições de liberdade e igualdade as crianças procuram articular seus planos individuais de ação, para em conjunto vivenciarem momentos lúdicos”(Gutierrez, 1998:33). Para o autor, essas experiências são um elemento rico para a formação intelectual e amadurecimento social e político do futuro cidadão. No que se refere à saúde pública, o autor considera que a ausência de espaços e momentos de lazer é responsável pela existência de inúmeras doenças psico-somáticas, que podem comprometer a realização de metas econômicas. Outras vantagens sociais de uma política de lazer são expostas pelo autor ao destacar ganhos da prática de atividades de lazer, a nível da família e da comunidade, o autor considera que estas atividades contribuem a esse nível através da *“manutenção de mecanismos de solidariedade que evitam os riscos de esgarçamento do tecido social, com as conseqüências nefastas que daí advém”*, e conclui afirmando que uma política de lazer, proporciona uma economia no investimento em segurança pública além de permitir, *“uma economia de sofrimento humano, já que as pessoas estarão menos expostas a toda a forma de violência e os traumas daí decorrentes”* (Gutierrez, 1998:34). Como exemplo dessa sua afirmação o autor cita exemplos de cidades norte americanas, que numa experiência bem sucedida tem mantido as quadras públicas abertas no período noturno, como forma de reduzir a prática de formas de convívio inadequadas entre os jovens.

Segundo Stigger (1998), as atividades desportivas de lazer, por permitirem a participação ativa dos cidadãos, abrem um espaço para outras lógicas e motivações que possam vir a orientar a prática esportiva, como o simples prazer pela atividade, o encontro solidário entre os participantes e o desenvolvimento de hábitos ligados a saúde. No entender de Bracht (1993), a prática de atividades desportivas de lazer proporciona à população um espaço onde ela pode exercer, dentro de certos limites, sua autonomia cultural, criando e recriando o seu esporte.

Gutierrez (1998) afirma, ainda, que uma política de lazer adequada, pode ampliar a sociabilização entre grupos, incentivando a integração do cidadão aos seus grupos de referência mais próximos (vizinhos e colegas), reunidos em associações e clubes de cunho cultural e desportivo. Segundo o autor, as vantagens dessas “redes de solidariedade e amizade” é a sua utilização em mutirões e programas de auxílio mútuo onde a população e o poder público se auxiliam mutuamente na resolução dos problemas mais imediatos da sociedade.

Concluindo, entendemos que as políticas públicas devem refletir o esforço planejado e coletivo na redução das desigualdades sociais, e, assim, somos da opinião que as políticas desportivas devem estar prioritariamente direcionadas para o cidadão comum, o que não acontece quando se prioriza o desporto de rendimento, uma vez que a maioria dos cidadãos é excluída da sua prática devido aos critérios seletivos da mesma. Em suma, deve-se priorizar a prática de atividades desportivas de lazer.

Sugestões Finais

Em primeiro lugar, julgamos que o desenvolvimento de uma política desportiva de lazer, passa por seu rompimento com a tradição histórica de apoio ao esporte de alto rendimento e pelo direcionamento dos esforços políticos e materiais em estratégias que assegurem a participação efetiva de cada cidadão nas atividades desportivas de lazer.

Apresentamos, a seguir, algumas ações que, entre outras, podem contribuir para a promoção, desenvolvimento e participação da população em atividades desportivas de lazer.

- Conscientizar a sociedade sobre a importância social das atividades de lazer como fator que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população;
- Investir na formação humanística de profissionais que atuam na áreas do lazer;
- Promover a aproximação dos moradores com os locais de prática desportiva, através do seu envolvimento na definição do uso, na construção e nas transformações dos espaços (considerando que esse envolvimento criará maior identidade e intimidade com esses locais e uma melhor compreensão dos problemas envolvidos);
- Sinalizar e melhorar a qualidade das instalações desportivas, em particular a dos espaços improvisados;
- Realizar programas e eventos desportivos alternativos, com características diferentes das do esporte de rendimento;
- Priorizar a construção e a manutenção de equipamentos públicos, nas áreas mais carentes, destinados à prática de atividades de lazer pela população, em suas horas livres;

- Flexibilizar a utilização das instalações desportivas, com a aplicação do princípio de multifuncionalidade (adaptar o espaço, de tal forma que, nele se desenvolvam a prática de várias atividades);

- Questionar a “privatização” dos espaços públicos e do terceiro setor. Criação de parcerias entre as autoridades municipais e os demais proprietários de instalações desportivas;

- Procurar parcerias com outros setores de atividade econômica, a fim de conseguir financiamentos para a realização de projetos na área de lazer;

- Democratizar o uso das instalações públicas escolares entre outras, disponibilizando-as à comunidade quando estas não estiverem sendo utilizadas;

- Introdução da componente *lazer* nos clubes e associações voltados para o alto rendimento, de modo a estimular a população a usar essas instalações;

- Adaptação das instalações existentes às necessidades recreativas da população, sendo que, a reconversão de espaços abandonados em áreas de lazer deve ser estudada;

- Aproveitamento das potencialidades naturais da cidade de Maputo, compatibilizando as atividades de lazer com a conservação do meio ambiente;

- Criar condições de transporte acessíveis a população se deslocar às áreas de lazer.

Finalizando, esperamos ter deixado, neste espaço, nossa modesta contribuição, esperando que a mesma possa vir a estimular a reflexão sobre o espaço urbano de Maputo, as políticas desportivas e o plano desportivo municipal. De modo algum as sugestões apresentadas devem ser consideradas soluções acabadas ou receitas prontas. Entendemos que nosso ponto de vista não esgota o assunto e que as questões levantadas merecem ser analisadas e discutidas em profundidade, não apenas pelos técnicos envolvidos na área, como também por toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Pedro. Carta Desportiva Nacional : a experiência do distrito de guarda, políticas europeias para os equipamentos desportivos, experiências e perspectivas.** Lisboa: MEC: DGD, 1986: (Coleção Desporto e Sociedade, 5).
- ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER. Carta internacional de educação para o lazer.** Brasília: Sesi-DN, 1995
- BETTI, Mauro. Educação física e sociedade.** São Paulo: Movimento, 1991.
- BERGA, Joan. Reserva de espaços para os equipamentos desportivos nas comunidades de média dimensão.** In: anais do CONGRESSO EUROPEU DE DESPORTO PARA TODOS : Os espaços e os equipamentos desportivos, Lisboa: Câmara Municipal de Oeiras, 1992
- BRACHT, Valter. Esporte- estado- sociedade.** Revista **Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, vol.10, n.2, jan/89
- BRAMANTE, António.** Para a formulação de uma política sectorial de lazer. **Conexões :** educação, esporte, lazer, Campinas, v.1, n. 2, p. 108-125, jun. 1999.
- CAMARGO, Luiz . O que é o lazer,** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARBERT, José. O estado da Educação Física e Desportos,** Maputo: Secretaria de Estado de Educação Física e Desporto, 1989.
- CONGRESSO EUROPEU DESPORTO PARA TODOS.** Os espaços e equipamentos desportivos. **Anais ... Portugal :** Câmara Municipal de Oeiras, 1992
- CONSELHO DA EUROPA – Políticas europeias para os equipamentos desportivos.** Lisboa: MEC: DGD, 1986: (Coleção Desporto e Sociedade, 5)
- CORREIA Roberto.. O espaço urbano,** São Paulo: Ática, 1989
- COSTA , Lamartine da. Diagnóstico de Educação Física /desportos no Brasil.** Brasília: MEC , 1971
- CUNHA, Luís. “Espaço e Desporto”. Ludens,** Lisboa, v. 13, n. 3/4 jul/dez 1993
- _____ **O espaço e o acesso ao desporto.** Lisboa, Tese (Doutorado) Faculdade de Motricidade Humana , 1997
- DOREN, Carlton et al.. Suelo y Ócio.** Madrid: Instituto de Estudios de Administracion, 1983 (Coleção Nuevo, Urbanismo)

- FEIO, Noronha. Desporto e política: ensaios para a sua compreensão.** Lisboa: Compendium, 1978 (Coleção Educação Física e Desporto)
- _____ **Desporto para a liberdade: ensaio de uma experiência do caniço.** Lisboa: Diabril, 1976
- GOMEZ, Miguel. A educação moçambicana : a história de um processo: 1962 – 1984**
São Paulo, 1993. Tese(Doutorado) - Faculdade de Educação, USP, 1993
- GUTIERREZ, Gustavo. Lazer e probreza: aspectos de uma falsa questão. Conexões :**
educação, esporte, lazer, Campinas, v.1, n. 1, p. 30-34, 1998
- HAUSE, Philip., SCHONORE, Leo. Estudos da urbanização,** São Paulo: Pioneira, 1975
- LASSIME, Charles. Metodologia de reflexão sobre o conhecimento das necessidades a fim de as satisfazer da maneira mais racional ,** Lisboa: DGD, [19--].(Desporto e Sociedade, 5).
- MARSHALL, Judith. Structural adjustment and social policy in Mozambique, Review of african political economy** UK: n.º 47, 1990
- MARCELINO, Nelson. Lazer e humanização,** Campinas: Papyrus, 1983
- _____ **Estudos de lazer uma introdução,** Campinas: **Autores Associados,** 1996
(Coleção Educação Física E Esportes)
- MEDEIROS, Ethel. O lazer e o planejamento urbano, 2.^a edição** Rio de Janeiro , FGV, 1975
- MENDES, Maria. Maputo antes da independência : geografia de uma cidade colonial,**
Lisboa: Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical . n.68, 1985
- MUCCHIELLI, Roger. O questionário na pesquisa psico-social ,** São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- NILSSON, Anders. , ABRAHAMSSON, Hans. Mozambique the troubled transition :from socialist construction to free market capitalism,** Cape Town: SAPES-S.A. 1995
- PALEN, John. O mundo urbano: urbanização e urbanismo,** Rio de Janeiro: Forense, 1975
- PARKER, Stanley. A sociologia do lazer.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- PEDRO, Fernando. Modelos desportivos, organização e vias de desenvolvimento,**
Maputo: SRCDDCJD, , 1997 (Doc.11)
- PIRES, Gustavo. Política e desporto: paradoxos e realidades,** Madeira: Desporto, 1996

- POVILL, Andreu. Curso de administração e gestão esportiva.** Santa Maria: Centro de Educação Física e Desporto, 1993a. (apostila)
- _____ Política desportiva local, **Ludens**, Lisboa, v.13, n.3/4, jul-dez, 1993b
- PRISTA, António. Análise estatística da actividade desportiva da cidade de Maputo.** Maputo: Direcção de Educação e Cultura: Serviços de Educação Física e Desportos , 1981
- PUIG, Nuria et al. Sports facilities as a revealing of a society , Internacional Review for the Sociology of Sport**, Munich, vol.28 1993
- QUIVY, Raymond., CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de investigação em ciências sociais**, Lisboa : Gradiva , 1992
- SANTINI, Rita., Tipologia dos espaços de lazer .** São Paulo: Angelotti, 1993
- SANTOS Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965
- _____ **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel , 1987
- SARMENTO, Pedro. Organização e gestão desportiva**, Porto: Faculdade de Ciências de desporto e Educação Física, 1998 (apostilha)
- SISQUELLA, Jordi. Planificação dos equipamentos desportivos nas grandes cidades**, In : CONGRESSO EUROPEU DE DESPORTO PARA TODOS : Os espaços e os equipamentos desportivos , Lisboa: **Anais ...** Lisboa : Câmara Municipal de Oeiras, 1992
- STIGGER, Marco. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder. Motrivivência**, Santa Catarina, Ano X, n.11, jul/98
- STUCCHI, Sérgio. Espaços e equipamentos de recreação e lazer** In: BRUHNS, Heloísa (Org.). Introdução aos estudos do lazer, Campinas: Editora da Unicamp, 1997
- REQUIXA, Renato. Sugestões para uma política nacional de lazer.** São Paulo: SESC, 1980

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DOCUMENTOS OFICIAIS)

- DIRECÇÃO DE URBANIZAÇÃO - Relatório geral:** Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques, Lourenço Marques, 1969, v.23
- MAPUTO [BUREAU DE INFORMAÇÃO PÚBLICA]. Resultados do recenseamento geral da população,** 1997 [online] Available: www.uem.mozambique.mz
- MOÇAMBIQUE.** Assembléia da República. **Quadro institucional dos distritos municipais,** Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique,1995. (Lei n. 3/94 B.R. n.37 1.ª série)
- MOÇAMBIQUE.** Ministério da Educação. Direcção Nacional de Educação Física e Desporto. **Carta desportiva nacional** , Moçambique,1980.
- MOÇAMBIQUE .** Comissão Nacional do Plano . Direcção Nacional de Estatística, Unidade de População e Planificação. **Relatório nacional sobre população e desenvolvimento.** Maputo, set, 1994
- MOÇAMBIQUE .** Comissão Nacional do Plano . Direcção Nacional de Estatística **Relatório sobre os resultados finais do inquérito às famílias da cidade de Maputo.** Maputo, 1993 v.1 , n.3
- MOÇAMBIQUE.** Instituto Nacional de Estatística. **II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997** – resultados definitivos, Cidade de Maputo, Maputo,1997
- MOÇAMBIQUE.** Conselho de Ministros. **Programa do governo da republica de Moçambique para 1995/1999,** Maputo, 1995. (Resolução n. 4/95 doc.7/CCA/MCJD/95)
- MOÇAMBIQUE.** Conselho Municipal de Maputo . **Plano de actividades culturais e desportivas para a cidade de Maputo.** Maputo, [1998 ?]
- MOÇAMBIQUE.** Assembleia da República. **Constituição da Republica de Moçambique** Maputo: Imprensa nacional de Moçambique, 2.ª ,1990. (B.R. , 1.ª série, n.º 44)
- MOÇAMBIQUE.** Ministério da Cultura Juventude e Desporto. **Balanço preliminar do programa quinquenal do governo,** Maputo: Direcção Nacional do Desporto, 1999
- MOÇAMBIQUE.** Instituto Nacional do Planeamento Físico. **Resumo do plano estrutura da cidade de Maputo.** Maputo, 1985

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. **Lei de base do sistema desportivo.**
Maputo,1998

MOÇAMBIQUE. Ministério da Cultura Juventude e Desporto. **I conselho coordenador -
Política sectorial dos desportos,** Maputo, 1996 (doc. 25/I CCMCJD)

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. **Política sectorial dos desportos,** Maputo, 1995
(doc. 13/CCA/MCJD/95)

MOÇAMBIQUE. Direcção Nacional do Desporto.Proposta de apresentação da **Lei de
base do sistema desportivo.** Maputo,[1996?]

Anexo 1

Direcção de Educação da Cidade de Maputo
Departamento de Educação Física e Desporto Escolar

Exmo Senhor
Delegado da Disciplina de Educação Física

Convocatória

Estando a Faculdade de Ciências de Educação Física e Desporto em parceria com a Direcção de Educação da Cidade de Maputo a proceder um diagnóstico sobre as instalações desportivas escolares com o intuito de se calcular a capacidade de oferta em instalações desportivas escolares da Cidade de Maputo e compara-la ao seu uso real, com vista a maximizar a sua utilização.

Nesta conformidade o Departamento de Educação Física e Desporto Escolar da DEC vem através desta convocar ao Ex.mo Senhor Delegado de Educação Física para um encontro a realizar-se no dia / / 1999 das 09:00 as 10:00 horas no 9.º andar da DEC.

Para rentabilização máxima do encontro solicita-se que o Sr. Professor faça um levantamento dos dados abaixo mencionados referentes ao estabelecimento de ensino que representa de modo a estar habilitado a preencher as fichas que serão distribuídas no encontro.

1. Nome da escola
2. Localização bairro e distrito urbano
3. Inventário das instalações existentes (quantidade de ginásios, campos polivalentes, pavilhões, piscinas, campos de futebol)
4. Estado de conservação de cada instalação (piso, balneários, iluminação)
5. Informação sobre as principais actividades e instituições que utilizam as instalações nomeadamente: aulas de Educação Física, Clube Escolar, Clubes Desportivo, actividades desportivas recreativas e de manutenção, actividades culturais, religiosas, políticas etc. Indicando na medida do possível para cada actividade:
 - nº. de vezes que se realiza por semana (1,2,3, 4,...)
 - em que período do dia (manha ,tarde, ou noite)
 - em que período da semana (meio de semana ou fim de semana)
 - em que condições (aluguer, prestação de serviços , ou grátis) a instalação é cedida para outros fins. (clubes, actividades recreativas etc.)
 - Duração de cada actividade
6. Quantidade de turmas que utilizam determinado recinto desportivo por dia (cada recinto em separado)
7. Média de alunos por turma
8. Quantidade de horas que cada actividade se realiza por semana em cada recinto.

Obs. aconselha-se que os senhores delegados sejam portadores dos horários das aulas de Educação Física, para facilitar o preenchimento do ponto n.º 8

Sem mais de momento, queira aceitar os nossos mais sinceros cumprimentos, agradecemos antecipadamente a vossa presença.

Maputo, aos 14 de Abril de 1999

Anexo - 2

FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO
QUESTIONÁRIO SOBRE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ESCOLARES

Nome da Escola _____ PUBLICA () COMUNITÁRIA () PRIVADA ()

Bairro _____ Distrito Urbano _____ Código _____

Nome do inquirido _____ Função _____ Data / / 1999

Por favor LEIA ATENTAMENTE o questionário e responda as perguntas que se seguem, assinalando com (X) ou colocando valores numéricos de acordo a característica de cada pergunta.

A-1 A sua instituição possui INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ? Sim _____ Não _____
 Indique a quantidade de instalações existentes.

Equipamento	Quant
Campos de futebol 11	
Campos polivalentes descobertos	
Campos polivalentes cobertos	
Outras	

Equipamento	Quant
Ginásios	
Piscinas	
Pistas de Atletismo	
Quais	

A-2 Qual o estado de conservação dos BALNEÁRIOS*? Bom () Razoável () Mau () Não tem ()

B - Indique qual O ESTADO DE CONSERVAÇÃO E O USO das instalação desportivas

B-1) Indique o tipo de instalação: _____ Código _____

B-2) Assinale com X o estado:

PISO Bom() Razoável (),Mau() iluminação Bom () Razoável () Mau () Não tem ()

B-3) Indique n.º de horas diário por período do dia, e a proveniência dos utentes..

ATIVIDADES	Meio semana	Meio Semana	Fim de semana	Fim de Semana	Utentes
	Period diurno	Periodo nocturno	Periodo diurno	Perio nocturno	
Aulas de Educação Física					
Treinos desporto escolar					
Treinos de clubes desportivos					
Atividades desp.comunitárias					
Outras					

B-4. Indique (a duração/aula, n.º de aulas diárias, n.º de aulas semanais).por cada atividade

ACTIVIDADES	Duração	aulas /diárias	aulas /semana
Aulas de Educação Física			
Equipe escolar			
Treinos de clubes desportivos			
Atividades desportivas comunitárias			
Outras			

* (vestiários)

Anexo 3

RELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS POR DISTRITO URBANO

Distrito Urbano 1

N.º	Tipo de instalação	Proprietário	Propriedade	Bairro	DU
1	Campo de futebol	clube ferroviario de maputo	clube associativo	Alto - Mae B	1
2	campo polivalente descoberto	campo marinha -bairro alto m	Município	Alto - Mae B	1
3	campo polivalente descoberto	Escola Francisco Manyanga	Escola pública	Alto Mae	1
4	campo polivalente descoberto	Escola Francisco Manyanga	Escola pública	Alto Mae	1
5	campo polivalente descoberto	Escola Francisco Manyanga	Escola pública	Alto Mae	1
6	pavilhão	Escola Francisco Manyanga	Escola pública	Alto Mae	1
7	ginásio	Escola Francisco Manyanga	Escola pública	Alto Mae	1
8	ginásio	Escola Francisco Manyanga	Escola pública	Alto Mae	1
9	Espaço improvisado	Escola primaria 1-2.º G Alto Mae	Escola pública	Alto Mae	1
10	Espaço improvisado	Escola primaria 1-2.º Alto Mae	Escola pública	Alto Mae	1
11	Espaço improvisado	Escola primária Eduardo Mondlane	Escola pública	Alto Mae	1
12	Espaço improvisado	Escola casa E Munhuana (igreja)	Igreja	Alto Mae	1
13	Campo de futebol	ITCM	Escola privada	Alto Mae B	1
14	campo polivalente descoberto	Escola Francesa	Escola privada	Alto Mae B	1
15	campo polivalente descoberto	FACIM	Empresa publica	Alto Mae B	1
16	pavilhão	Clube ferroviário de Maputo	clube associativo	Alto Mae B	1
17	ginásio	clube de judo	clube associativo	alto mae b	1
18	piscina	Clube ferroviario de Maputo	clube associativo	Alto Mae B	1
19	pavilhão	Ikbal	clube privado	Alto Mae B	1
20	Campo de futebol	esc guaxene	Escola pública	catembe	1
21	Campo de futebol	esc filipe tembe	Escola pública	catembe	1
22	campo polivalente descoberto	Instituto Comercial Maputo	Escola pública	Central	1
23	campo polivalente descoberto	Escola Industrial de Maputo	Escola pública	Central	1
24	campo polivalente descoberto	Escola Estrela Vermelha	Escola pública	Central	1
25	pavilhão	Sindicato dos trabalhadores	Sindicato	Central	1
26	ginásio	Escola Industrial de Maputo	Escola pública	Central	1
27	ginásio	Escola Estrela Vermelha	Escola pública	Central	1
28	Espaço improvisado	Escola primária 16 de Junho	Escola pública	Central	1
29	Espaço improvisado	Escola primária 3 de Fevereiro	Escola pública	Central	1
30	Espaço improvisado	Escola Industrial de Maputo	Escola pública	Central	1
31	Espaço improvisado	Escola Estrela Vermelha	Escola pública	Central	1
32	campo polivalente descoberto	Esc Arco Iris	Escola privada	Central A	1
33	Campo de futebol	clube Desportivo Maputo	clube associativo	Central c	1
34	Campo de futebol	clube maxaquene	clube associativo	Central c	1
35	pavilhão	clube Desportivo Maputo	clube associativo	Central C	1
36	pavilhão	clube Desportivo Maputo	clube associativo	Central C	1
37	pavilhão	Clube desportos da Maxaquene	clube associativo	Central C	1
38	ginásio	Ginásio 33	clube privado	Central C	1
39	ginásio	ginásio de Maputo	clube associativo	Central C	1
40	ginásio	ginásio Physical	clube privado	Central C	1
41	ginásio	ginasio do hotel rovuma	Hotel	Central C	1
42	piscina	clube Desportivo Maputo	clube associativo	Central C	1
43	piscina	clube Desportivo Maputo	clube associativo	Central C	1
44	piscina	Hotel Moçambicano	Hotel	Central C	1
45	piscina	Hotel Rovuma	Hotel	Central C	1
46	Instalação especial	Jardim Tunduru - campo tenis	clube associativo	Central C	1
47	Instalação especial	Jardim Tunduru - campo tenis	clube associativo	Central C	1

48	Instalação especial	Jardim Tunduru - campo tenis	clube associativo	Central C	1
49	Instalação especial	Jardim Tunduru - campo tenis	clube associativo	Central C	1
50	Instalação especial	Jardim Tunduru - campo tenis	clube associativo	Central C	1
51	Instalação especial	Jardim Tunduru - campo tenis	clube associativo	Central C	1
52	Instalação especial	Circuito de manutenção repinga	Município	Central C	1
53	Espaço improvisado	Esc chamissava	Escola pública	Chamissava	1
54	piscina	oasis	clube privado	coop	1
55	Campo de futebol	Escola Inhaca Sede	Escola pública	Inhaca	1
56	campo polivalente descoberto	Esc inhaca sede	Escola pública	Inhaca	1
57	piscina	hotel inhaca	Hotel	inhaca	1
58	campo polivalente descoberto	Esc São Cipriano	Igreja	Malanga	1
59	Campo de futebol	clube atletico	clube associativo	Malhangalene	1
60	pavilhão	clube Estrela Vermelha	clube associativo	Malhangalene	1
61	pavilhão	clube Estrela Vermelha	clube associativo	Malhangalene	1
62	Espaço improvisado	Escola primária 7 de Setembro	Escola pública	Malhangalene	1
63	Campo de futebol	clube estrela vermelha	Clube estatal	Malhangalene A	1
64	Campo de futebol	clube estrela vermelha	Clube estatal	Malhangalene A	1
65	pavilhão	Escola primaria 2.º G Malhangalene	Escola pública	Malhangalene A	1
66	ginásio	clube estrela vermelha	clube associativo	Malhangalene A	1
67	ginásio	Power house	clube privado	Malhangalene A	1
68	Espaço improvisado	campo bairro Malhangalene B	Município	Malhangalene B	1
69	Campo de futebol	Escola secundária da maxaquene	Escola pública	Polana cimento A	1
70	Campo de futebol	Escola secundária Polana	Escola pública	Polana Cimento A	1
71	campo polivalente descoberto	Escola Comercial	Escola pública	Polana cimento A	1
72	campo polivalente descoberto	Escola Comercial	Escola pública	Polana cimento A	1
73	campo polivalente descoberto	Escola Comercial	Escola pública	Polana cimento A	1
74	campo polivalente descoberto	Escola secundária da maxaquene	Escola pública	Polana cimento A	1
75	campo polivalente descoberto	INEF	Escola pública	Polana cimento A	1
76	campo polivalente descoberto	Escola Internacional	Escola pública	Polana cimento A	1
77	campo polivalente descoberto	Escola secundária Josina Machel	Escola pública	Polana cimento A	1
78	campo polivalente descoberto	Escola secundária Josina Machel	Escola pública	Polana cimento A	1
79	campo polivalente descoberto	Escola a Luta Continua	Escola pública	Polana cimento A	1
80	campo polivalente descoberto	campo esc nautica	Escola pública	Polana cimento A	1
81	campo polivalente descoberto	Escola Sueca	Escola privada	polana cimento A	1
82	pavilhão	Escola Comercial	Escola pública	Polana cimento A	1
83	pavilhão	Escola secundária da maxaquene	Escola pública	Polana cimento A	1
84	pavilhão	Escola Internacional	Escola pública	Polana cimento A	1
85	pavilhão	Universidade pedagógica	Univers. pública	Polana cimento A	1
86	ginásio	Escola Comercial	Escola pública	Polana cimento A	1
87	ginásio	INEF	Escola pública	Polana cimento A	1
88	ginásio	Escola secundária Josina Machel	Escola pública	Polana cimento A	1
89	ginásio	Escola secundária Josina Machel	Escola pública	Polana cimento A	1
90	ginásio	hotel polana	Hotel	Polana Cimento A	1
91	piscina	Escola Sueca	Escola privada	polana cimento A	1
92	piscina	clube naval	clube privado	Polana cimento A	1
93	piscina	clube Naval	clube privado	Polana cimento A	1
94	piscina	associação dos empresarios	clube privado	Polana cimento A	1
95	piscina	Hotel Polana	Hotel	Polana cimento A	1
96	piscina	Hotel Cardoso	Hotel	Polana cimento B	1
97	piscina	Hotel Terminus	Hotel	Polana cimento B	1
98	piscina	Associação de natação da CM	Município	Polana Cimento B	1
99	pavilhão	Escola secundária Polana	Escola pública	Somerchield	1

100	Ginásio	Escola primária 7 de Setembro	Escola pública	Somerchield	1
101	campo polivalente descoberto	UEM -Faculdade de Direito	Univers. pública	sommerchield	1
102	Campo de futebol	Seminario Pio X (igreja)	Igreja	Sommerchield	1
103	Campo de futebol	Uni Eduardo Mondlane	Escola pública	sommerchield	1
104	Campo de futebol	Uni Eduardo Mondlane	UniversPública	sommerchield	1
105	campo polivalente descoberto	Esc Kitabu	Escola privada	Sommerchield	1
106	campo polivalente descoberto	clube militar	Clube estatal	Sommerchield	1
107	campo polivalente descoberto	clube militar	Clube estatal	Sommerchield	1
108	campo polivalente descoberto	clube militar	Clube estatal	Sommerchield	1
109	campo polivalente descoberto	UEM – Fac de Direito	Univers Pública	sommerchield	1
110	pavilhão	Uni Eduardo Mondlane	Escola pública	sommerchield	1
111	pavilhão	Escola Americana	Escola privada	sommerchield	1
112	pavilhão	TDM	Empresa publica	Sommerchield	1
113	piscina	clube militar	clube estatal	Sommerchield	1
114	Instalação especial	Pista de atletismo “p. continuadores”	Município	Sommerchield	1

Distrito Urbano 2

	Tipo de instalação	Proprietário	Propriedade	Bairro	DU
1	Espaço improvisado	campo bairro aeroporto A	Município	Aeroporto A	2
2	Campo de futebol	base aerea	Clube estatal	aeroporto B	2
3	Campo de futebol	campo xitala-mati	Município	Aeroporto B	2
4	Campo de futebol	campo protal	Município	Aeroporto B	2
5	campo polivalente descoberto	Fabrica das refeições	Empresa publica	Aeroporto B	2
6	campo polivalente descoberto	Fabrica das refeições	Empresa pública	Aeroporto B	2
7	Espaço improvisado	Escola primaria 2.º G do Aeroporto	Escola pública	Aeroporto B	2
8	Espaço improvisado	Escola primária Unidade 18	Escola pública	Aeroporto B	2
9	Espaço improvisado	campo campene (indira)	Município	Aeroporto B	2
10	Espaço improvisado	Escola primária da Munhuana	Escola pública	Alto Mae	2
11	Espaço improvisado	Esc primária 25 de Junho	Escola pública	Chamanculo	2
12	campo polivalente descoberto	Escola primária mista de Chamanculo	Escola pública	Chamanculo A	2
13	Espaço improvisado	campo chamanculo A	Município	Chamanculo A	2
14	Espaço improvisado	clube chamanculo	Município	chamanculo A	2
15	Campo de futebol	clubezixaxa	clube associativo	chamanculo B	2
16	Espaço improvisado	Escola primária Unidade 10	Escola pública	Chamanculo B	2
17	Espaço improvisado	campo fut ufa	Município	Chamanculo B	2
18	Campo de futebol	Escola primária 2.º G Lhangene Centro	Escola pública	Chamanculo C	2
19	Campo de futebol	campo fut cape cape	Município	Chamanculo C	2
20	campo polivalente descoberto	Escola Primaria 1-2.º Lhangene Piloto	Escola pública	Chamanculo C	2
21	campo polivalente descoberto	Esola secundária de Lhangene	Escola pública	Chamanculo C	2
22	campo polivalente descoberto	Universidade pedagógica	Univers. pública	Chamanculo C	2
23	campo polivalente descoberto	Universidade pedagógica	Univers. pública	Chamanculo C	2
24	campo polivalente descoberto	Universidade pedagógica	Univers. pública	Chamanculo C	2
25	pavilhão	Esola secundária de Lhangene	Escola pública	Chamanculo C	2
26	Espaço improvisado	Escola primária 2.º G Lhangene Centro	Escola pública	Chamanculo C	2
27	Campo de futebol	campo fut malanga	Município	Malanga	2
28	Campo de futebol	clube mahafil	clube associativo	Minkadjuine	2
29	Espaço improvisado	Escola primária Minkadjuine	Escola pública	Minkadjuine	2
30	Espaço improvisado	Escola da Munhuana	Escola pública	munhuana	2
31	Espaço improvisado	campo fut ceta	Município	Munhuana	2
32	Campo de futebol	Direção Serviços de Urbanização	Empresa publica	Xipamanine	2
33	Campo de futebol	campo fut habitação	Município	Xipamanine	2

34	campo polivalente descoberto	Adpp xipamanine	ONG	Xipamanine	2
35	campo polivalente descoberto	Mogás	Empresa publica	Xipamanine	2
36	Espaço improvisado	clube pao nosso	clube associativo	Xipamanine	2
37	Espaço improvisado	clube nova aliança	clube associativo	Xipamanine	2
38	Espaço improvisado	campo fut mangueiras	Município	Xipamanine	2
39	Espaço improvisado	adpp xipamanine	Ong	Xipamanine	2

Distrito Urbano 3

N.º	Tipo de instalação	Proprietário	Propriedade	Bairro	DU
1	campo polivalente descoberto	Escola primária Unidade 18	Escola pública	Aeroporto B	3
2	piscina	Complexo Mini Golf	Clube privado	costa do sol	3
3	Espaço improvisado	campo fut mafalala	Município	Mafalala	3
4	campo polivalente descoberto	Escola primária FPLM	Escola pública	Maxaquene	3
5	Espaço improvisado	Escola primária -FPLM	Escola pública	Maxaquene	3
6	campo polivalente descoberto	Instituto Industrial	Escola pública	Maxaquene C	3
7	campo polivalente descoberto	Escola secundária Noroeste1	Escola pública	Maxaquene A	3
8	campo polivalente descoberto	Escola secundária Noroeste1	Escola pública	Maxaquene A	3
9	pavilhão	Escola secundária Noroeste1	Escola pública	Maxaquene A	3
10	Espaço improvisado	Escola secundária Noroeste1	Escola pública	Maxaquene A	3
11	Campo de futebol	clube 1 de maio	clube associativo	Maxaquene B	3
12	Espaço improvisado	Escola Primaria 1-2.º Kurhula	Escola pública	Maxaquene B	3
13	Campo de futebol	fabrica sovestre	Empresa privada	Maxaquene D	3
14	Campo de futebol	campo1 fut polana caniço A	Município	Polana caniço A	3
15	Campo de futebol	campo2 fut polana caniço A	Município	Polana caniço A	3
16	Campo de futebol	clube costa do sol	clube associativo	Polana caniço B	3
17	piscina	Clube costa do sol	clube associativo	Polana caniço B	3
18	piscina	Club de Golf	clube associativo	Polana caniço B	3
19	Instalação especial	clube de golfe	clube associativo	Polana caniço B	3
20	Instalação especial	ATCM clube de Moc. (autodromo)	clube associativo	Polana caniço B	3
21	Espaço improvisado	campo1 fut polana caniço B	Município	Polana caniço B	3
22	piscina	residencial Kaya-Kyanga	Hotel	sommerchild	3
23	piscina	residencial Kaya-Kyanga	Hotel	sommerchild	3
24	piscina	residencial Kaya-Kyanga	Hotel	sommerchild	3
25	campo polivalente descoberto	EP 4.congresso	Escola pública	Urbanização	3
26	Espaço improvisado	clube xirico	clube associativo	Urbanização	3

Distrito Urbano 4

N.º	Tipo de instalação	Proprietário	Propriedade	Bairro	DU
1	Campo de futebol	campo fut SOS	ONG	3 de fevereiro	4
2	campo polivalente descoberto	Escola SOS	ONG	3 de fevereiro	4
3	Espaço improvisado	Esc Albasine	Escola pública	albasine	4
4	Campo de futebol	Centro Educ Chiango	Escola pública	costa do sol	4
5	campo polivalente descoberto	Centro Ed de Chiango	Escola pública	costa do sol	4
6	campo polivalente descoberto	Escola Portuguesa	Escola privada	costa do sol	4
7	Instalação especial	Helena Park- campo tenis	clube privado	costa do sol	4
8	Instalação especial	Helena Park- campo tenis	clube privado	costa do sol	4
9	Instalação especial	Helena Park- campo tenis	clube privado	costa do sol	4
10	Instalação especial	Helena Park- campo tenis	clube privado	costa do sol	4
11	Instalação especial	Helena Park- campo tenis	clube privado	costa do sol	4
12	Instalação especial	Helena Park- campo tenis	clube privado	costa do sol	4

13	Espaço improvisado	Esc Costa do Sol	Escola pública	costa do sol	4
14	Campo de futebol	clube ferroviario das mahotas	clube associativo	Ferroviano	4
15	Campo de futebol	Escola Força do Povo	Escola pública	Hulene	4
16	campo polivalente descoberto	Esc EP 12 de outubro	Escola pública	Hulene	4
17	Campo de futebol	campo fut hulene A	Município	Hulene A	4
18	Espaço improvisado	Esc EP Hulene	Escola pública	Hulene A	4
19	Espaço improvisado	Esc EP hulene B	Escola pública	Hulene B	4
20	Campo de futebol	Escola Primaria 1-2.º Laulane	Escola pública	Laulane	4
21	Campo de futebol	Esc 10 de Novembro	Escola pública	laulane	4
22	Espaço improvisado	Escola Primaria 1-2.º Mavalane	Escola pública	Mavalane	4
23	Campo de futebol	campo fut mavalane A	Município	Mavalane A	4
24	campo polivalente descoberto	Esc unidade 31	Escola pública	Mavalane A	4
25	Campo de futebol	Escola secundária Noroeste 2	Escola pública	Maxaquene B	4
26	pavilhão	Escola secundária Noroeste 2	Escola pública	Maxaquene B	4
27	campo polivalente descoberto	ADPP cidadela crianças	ONG	pescadores	4

Distrito Urbano 5

N.º	Tipo de instalação	Proprietário	Propriedade	Bairro	DU
1	Espaço improvisado	Escola primaria 2.º G B. 25 de Jun.R/7	Escola pública	25 de Junho	5
2	Espaço improvisado	clube recreativo 25 de junho	clube associativo	25 de junho A	5
3	Campo de futebol	campo fut 25 de junho	Município	25 de Junho A	5
4	Espaço improvisado	Escola primaria 2.º G Bagamoio	Escola pública	Bagamoio	5
5	Espaço improvisado	Escola primaria 2.º G Bagamoio	Escola pública	Bagamoio	5
6	Campo de futebol	Enafrio	Empresa privada	Bagamoyo	5
7	Espaço improvisado	campo fut bagamoio	Município	Bagamoyo	5
8	campo polivalente descoberto	Esc Dom Bosco	Igreja	benfica	5
9	Campo de futebol	fabrica de licores	Empresa privada	G dimitrov	5
10	Espaço improvisado	campo fut george dimitrov	Município	George Dimitrov	5
11	Instalação especial	Centro Hipico de Maputo	clube privado	Inhagoia B	5
12	Campo de futebol	campo fut inhagoia A	Município	InhagoiaA	5
13	campo polivalente descoberto	Jardin zoologico	Empresa publica	Jardin	5
14	campo polivalente descoberto	igreja católica-jardin	Igreja	jardin	5
15	Espaço improvisado	Escola Primaria 1-2.º do Jardin	Escola pública	jardin	5
16	Espaço improvisado	Escola primaria 1-2.º Infulene Benfica	Escola pública	Jorge Dimitrov	5
17	Campo de futebol	central termica de maputo	Empresa publica	Luis cabral	5
18	Campo de futebol	UEM-Fac veterenária	Univers. Pública	Luis Cabral	5
19	Campo de futebol	bairro de magoanine	Município	magoanine	5
20	Campo de futebol	EP magoanine	Escola pública	Magoanine	5
21	campo polivalente descoberto	Escola secundária de Malhazine	Escola pública	Malhazine	5
22	campo polivalente descoberto	Escola secundária de Malhazine	Escola pública	Malhazine	5
23	campo polivalente descoberto	Escola secundária de Malhazine	Escola pública	Malhazine	5
24	ginásio	Escola secundária de Malhazine	Escola pública	Malhazine	5
25	Espaço improvisado	campo fut de malhazine	Município	Malhazine	5
26	campo polivalente descoberto	Escola primária 2.º G Mubuane	Escola pública	Mukuane	5
27	Espaço improvisado	bairro zimpeto polana	Município	Zimpeto	5
28	Espaço improvisado	bairro zimpeto	Município	Zimpeto	5
29	Espaço improvisado	Bairro zimpeto	Município	Zimpeto	5

República de Moçambique

**Localização Geográfica:
África Austral**

**Área:
799.380 Km**

**População 1997:
16.099.246 habitantes**

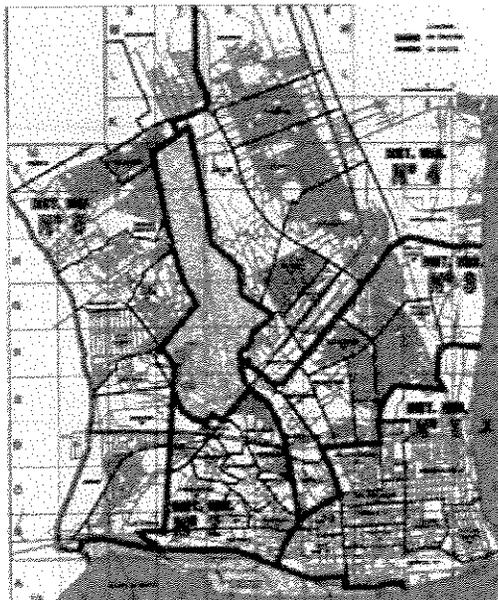
**Capital
Cidade de Maputo**

**Pop. Cidade de Maputo
966.837 habitantes**

Divisão Administrativa



Divisão Administrativa da cidade de Maputo (5 DU)



Fonte: CIRC/Direção de serviços urbanos

Tabela - Superfície urbana de Maputo

Divisão administrativa	População (em 1997)	Superfície Urbana		Densidade demográfica
		Superfície Urbana	Superfície Urbana	
Distrito Urbano (DU) nº 1	154.284	1133,3 ha	136	
Distrito Urbano (DU) nº 2	162.750	687,0 ha	237	
Distrito Urbano (DU) nº 3	210.551	1043,3 ha	202	
Distrito Urbano (DU) nº 4	228.244	1811,0 ha	126	
Distrito Urbano (DU) nº 5	211.008	1570,0 ha	134	
Total da cidade	966.837	6244,6 ha	155	

Fonte: Serviços de Estatística da Cidade de Maputo (1998)